



Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais de Mulheres sobre Violência Contra a Mulher nas Relações
Conjugais na cidade de Maputo, Moçambique**

Aniceto Mateus

Brasília – DF

2015

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais de Mulheres sobre Violência Contra a Mulher nas Relações
Conjugais na cidade de Maputo, Moçambique**

Aniceto Mateus

Brasília – DF
2015

Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Representações Sociais de Mulheres sobre Violência Contra a Mulher nas Relações
Conjugais na cidade de Maputo, Moçambique**

Aniceto Mateus

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Prof.^a Doutora Angela Maria de Oliveira Almeida

Brasília – DF, Dezembro de 2015

**Representações Sociais de Mulheres sobre Violência Contra a Mulher nas Relações
Conjugais na cidade de Maputo, Moçambique**

Dissertação de mestrado defendida e aprovada pela banca examinadora constituída por:

Prof^a. Doutora Angela Maria de Oliveira Almeida (Presidente)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília/Instituto de Psicologia

Prof^a. Doutora Ana Lúcia Galinkin (Membro)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília/Instituto de Psicologia

Prof^a. Doutora Gláucia Ribeiro Starling Diniz (Membro externo)

Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura
Universidade de Brasília/Instituto de Psicologia

Prof^a. Doutora Divaneide Lira Lima Paixão (Membro suplente)

União Marista do Brasil (UMBRASIL)

No decurso da longa caminhada pela vida somos imposto ao desafio de interagir com o “outro”, de forma a legitimar nossa condição humana. Essa interação faz com que cada um de nós seja a soma total de todos os momentos que já experimentou, com todas as pessoas que já conheceu e todas as situações que já enfrentou. São esses momentos – as experiências partilhadas, as lições aprendidas, os fracassos renegados – que se tornam a nossa história pessoal.

Aniceto Mateus

“Tudo parece impossível até que seja feito. Depois de escalar uma montanha muito alta, descobrimos que há muitas outras montanhas por escalar”.

Nelson Mandela

“O valor que atribuímos à ciência depende, em suma, da ideia que fazemos coletivamente de sua natureza e de seu papel na vida, (...) ela expressa um estado de opinião. De facto, tudo na vida social, a própria ciência, repousa sobre a opinião”.

Serge Moscovici, in: *La psychanalyse, son image et son public*, 2012

Dedicatória

Ao meu filho, Wenzô, minha fonte de aprendizagem e de inspiração.

Agradecimentos

Ninguém caminha sozinho.

Toda caminhada é sempre tornada possível pelo “outro”, que pode nos influenciar tanto de forma concreta ou simbólica, quanto de forma direta ou indireta. Porém, sempre precisamos de alguém que nos segure pela mão e nos mostre o norte, dado que somos seres incompletos por natureza.

Sem dúvidas, eu não chegaria a este porto se várias pessoas não intercedessem na minha caminhada. A lista é longa, mas sou feito de todas elas. Não sei se conseguiria mencioná-las todas. Duvido. Caso conseguisse, o espaço seria insuficiente para listar seus nomes.

Portanto, você que está lendo este trabalho, mas que eventualmente seu nome não consta na pauta abaixo, certamente que não me esqueci de ti. Fazes e sempre farás parte de mim e, com certeza, o sucesso desta etapa se deve a sua valiosa colaboração.

Agradeço à Deus pela saúde, coragem e bênção que me concedeu para seguir sempre em frente, mesmo diante de fracassos e incertezas.

Aos meus pais, Pedro Mateus e Maria da Conceição Sabune, as mais importantes e fidedignas referências da escola da vida, que me mostraram a luz da existência humana e que, com muito carinho e dedicação, tiveram a paciência de me ensinar o alfabeto da vida. Que Deus os tenha eternamente em paz!

Aos meus irmãos, Maria Felismina Mateus, Rosário Mateus, Nazário Mateus e Elvira Mateus, pelas valiosas contribuições que cada um deles deu para a minha formação como homem, principalmente na minha educação formal, desde os níveis iniciais até aos momentos atuais. Sempre serão os maiores exemplos da minha vida.

À minha Orientadora, Prof^a. Ângela Maria de Oliveira Almeida, pessoa extraordinária, com excelentes qualidades humanas e profissionais. Pelo desafio que assumiu para me orientar, desde os contatos iniciais que efetuei, honrando-me por ser seu orientando. Pela disponibilidade, paciência e atenção que teve em cada momento da minha formação, incluindo todos os ensinamentos que me proporcionou, que foram além da construção deste trabalho. Minha gratidão profunda.

Na mesma medida agradeço à Prof^a. Ana Lúcia Galinkin, a qual considero minha co-orientadora, não só pelo acolhimento desde os primeiros dias que cheguei à UnB, também pela valiosa contribuição e acompanhamento que fez em todo percurso da minha formação, sempre se dispondo a ajudar no que pudesse. Sua simplicidade contagiante denuncia suas qualidades humanas e profissionais. Obrigado.

À coordenação e à todos os professores do PSTO, tanto os com quem tive oportunidade de interagir diretamente, quanto os que não, especialmente ao Prof. Cláudio Vaz Torres, com quem mantive os contatos iniciais manifestando meu interesse em cursar o mestrado no PSTO, à Profa. Kátia Puente-Palácios, com a qual também mantive contatos com o mesmo propósito e, após a minha chegada a UnB, me recebeu e “integrou” ao programa; e ao Prof. Ronaldo Pilati, coordenador atual do programa, pelo apoio disponibilizado até ao momento. Muito obrigado.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa, especialmente Letícia Almeida, Rafael Moore, Luiz Octávio, Lislly Barros e todos outros, pelo apoio e encorajamento.

À Carla Zavale, Jéssica Manjate e Lina Paula, que colaboram na coleta de dados para a minha pesquisa em Maputo. Sua contribuição foi importantíssima para que este trabalho ganhasse corpo e para que eu alcançasse esta etapa. Obrigado.

Seria omissos se não expressasse minha gratidão ao Prof. Arlindo Sitóe e ao Prof. Juvenal Balemamire, ambos da Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane - Maputo/Moçambique, pela disponibilidade, apoio e encorajamento. Certamente, criaram condições primárias para que eu abraçasse o desafio de trilhar este caminho. Portanto, suas contribuições foram valiosas.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE FIGURAS	xi
RESUMO	xii
ABSTRACT	xiii
INTRODUÇÃO	14
1.CAPÍTULO I: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES CONJUGAIS	23
1.1. A Violência.....	23
1.2. Violência conjugal contra a mulher.....	27
1.3. Gênero e violência conjugal	29
1.3.1. Abordagem individualista	31
1.3.2. Abordagem interacionista	32
1.3.3. Abordagem estruturalista	33
1.4. Violência contra a mulher em Moçambique e na África Sub-Sahariana.....	34
1.5. Mulher e desigualdade de gênero em Moçambique	37
1.6. Matrimônio tradicional – <i>Lobolo</i> – no sul de Moçambique: sentido e significado	40
2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	48
2.1. Do social ao psicossocial	48
2.2. Fenômeno e conceito	54
2.3. A Teoria.....	58
2.4. Estrutura, processo e conteúdo	61
2.5. Desdobramentos da Teoria das Representações Sociais.....	64
2.5.1. Abordagem estrutural das representações sociais	66
3. O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL	70
3.1. Representações sociais e violência (conjugal) contra a mulher.....	81
3.1.1. Estudos no campo da Psicologia.....	82
3.1.2. Estudos no campo da saúde	87
4. CAPÍTULO II: A PESQUISA EMPÍRICA.....	91
4.1. O contexto de pesquisa	92
4.2. Objetivos.....	94
5. ESTUDO I: CONTEÚDO E ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	95
5.1. MÉTODO	95
5.1.1. Participantes	95
5.1.2. Instrumento	97
5.1.3. Procedimentos de coleta de dados	98
5.1.4. Análise de dados	99
5.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	102

5.2.1. Conteúdo e estrutura das representações de mulheres que sofrem de violência conjugal.....	102
5.2.2. Conteúdo e estrutura das representações de mulheres em união estável	105
5.2.3. Conteúdo e estrutura das representações de mulheres separadas.....	112
5.2.4. Comparando as representações das mulheres em união estável e separadas	116
6. ESTUDO II: CONTEÚDO E PROCESSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	117
6.1. MÉTODO	117
6.1.1. Participantes	117
6.1.2. Instrumento	118
6.1.3. Procedimentos de coleta de dados	119
6.1.4. Análise de dados	120
6.2. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	121
6.2.1. Mulheres em união estável e separadas	121
6.2.2. Mulheres em união estável.....	126
6.2.3. Mulheres separadas	133
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	151
ANEXOS	161
Anexo I: Questionário de evocação.....	162
Anexo II: Guião de entrevista	164
Anexo III: Termo de Consentimento Livre	165

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Violência praticada pelo parceiro íntimo em alguns países da África Sub-Sahariana.....	36
Tabela 2. Tipos de estudo dos artigos científicos sobre violência contra a mulher, resultantes das buscas efetuadas na <i>PsycInfo</i> , no período de 2005-2014.....	72
Tabela 3. Tipos de revistas de publicação dos artigos científicos sobre violência contra a mulher, resultantes das buscas efetuadas na <i>PsycInfo</i> , no período de 2005-2014.....	72
Tabela 4. Artigos que se apoiaram nas representações sociais como base teórica, encontrados no levantamento efetuado nas plataformas <i>PsycInfo</i> , <i>Web of Science</i> e <i>Google scholar</i> , no período entre 2005-2014.....	79
Tabela 5. Informações sócio-demográficas das participantes.....	96
Tabela 6. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor <i>violência conjugal contra a mulher</i> , pelo grupo confundido (N = 120).....	103
Tabela 7. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor <i>violência conjugal contra a mulher</i> , por mulheres em união estável (n = 60)	106
Tabela 8. Resultados de cálculos do teste de centralidade das palavras principais associadas à violência conjugal contra a mulher, por mulheres em união estável (n = 60)	107
Tabela 9. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor era <i>violência conjugal contra a mulher</i> , por mulheres separadas (n = 60)	113
Tabela 10. Resultados de cálculos do teste de centralidade das palavras principais associadas à violência conjugal contra a mulher, por mulheres separadas (n = 60).....	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Número de artigos publicados por ano sobre violência contra a mulher, incluindo violência conjugal, na base de dados <i>PsycInfo</i> , no período entre 2005 – 2014.....	71
Figura 2. Número de artigos publicados por ano sobre violência contra a mulher, incluindo violência conjugal, na base de dados <i>Web of Science</i> , no período de 2005-2014.....	76
Figura 3. Dendograma resultante da Classificação Hierárquica Descendente do <i>corpus</i> total das entrevistas com mulheres em união estável e separadas (N = 12)	122
Figura 4. Dendograma resultante da CHD do <i>corpus</i> de entrevistas com mulheres em união estável (n = 6)	127
Figura 5. Representação gráfica (x, y) da AFC do <i>corpus</i> de entrevistas com mulheres em união estável (n = 6)	131
Figura 6. Dendograma resultante da CHD do <i>corpus</i> de entrevistas com mulheres separadas (n = 6)	134
Figura 7. Representação gráfica (x, y) da AFC do <i>corpus</i> de entrevistas com mulheres separadas (n = 6)	142

Resumo

Este trabalho se propôs a compreender as representações sociais de mulheres sobre violência conjugal contra a mulher, construídas e compartilhadas no contexto das relações conjugais, evidenciando os processos psicossociais e culturais que possibilitam sua construção e os conteúdos que as compõem. Vários estudos têm associado com frequência a violência conjugal contra a mulher a fatores como pobreza, desemprego, baixa escolaridade, consumo de álcool, múltiplos parceiros e maior número de filhos. Todavia, são escassos os estudos, como o aqui proposto, que enfatizam determinantes *êmicos*, que incluem crenças, valores, atitudes e normas socialmente construídas, compartilhadas e fortemente ancorados na cultura. Da mesma forma, estudos sobre representações sociais da violência conjugal contra a mulher, focando possíveis consensos e variações *within* e *between groups* não foram encontrados na literatura científica examinada. O estudo é sustentado pela Teoria das Representações Sociais, quadro teórico inscrito na psicologia social e destinado ao estudo de diversos fenômenos psicossociais nas sociedades modernas. Esta teoria parte do pressuposto que os fenômenos sociais e psicológicos só podem ser adequadamente entendidos se examinadas, também, as condições históricas, culturais e macrosociais em que foram produzidos. Participaram do estudo 120 mulheres (60 das quais em união estável e outras 60 separadas), as quais preencheram um questionário de evocação. Também foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 12 mulheres, 6 de cada grupo. Os dados coletados pelo questionário foram analisados com recurso ao *software* EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations*) e o material das entrevistas foi processado pelo ALCESTE (*Analyse des Lexèmes Co-occurents dans les Énoncés Simples d'un Texte*). Os resultados mostram que as representações de mulheres em união estável sobre a violência conjugal contra a mulher estão estruturadas em torno dos elementos casamento, família e ciúme, demarcando um campo representacional ancorado nas instituições sociais. Houve também forte presença de conteúdos relativos à justificação da violência, demonstrando atitudes de minimização da violência sofrida e sobrevalorização de aspetos afetivos, familiares e socioculturais. As representações de mulheres separadas sobre esta forma de violência estão organizadas em torno dos elementos sofrimento, machismo e humilhação, e expressam significações negativas sobre esta forma de prática. Foi notável também o esforço de autolibertação das amarras sócio normativas e a consequente ressignificação de valores, com claros sinais de busca de autonomia pelas mulheres que participaram desta pesquisa.

Palavras-chave: representação social, violência, mulher, relação conjugal.

Abstract

This study aimed to understand social representations of women about marital violence against women, built and shared in the marital relations context, highlighting the psychosocial and cultural processes which enable its construction and content that make up. Several studies have associated frequently marital violence against women to factors such as poverty, low education, unemployment, alcohol consumption, multiple partner and more children. However, there are few studies, such as proposed here, that emphasize emic determinants, including beliefs, values, attitudes and social norms built, shared and strongly anchored in the culture. Similarly, studies about social representations of marital violence against women, focusing on possible consensus and variations within and between groups were not found in the examined literature. Social Representations Theory supported this study, since it's a theoretical framework enrolled in social psychology to study several psychosocial phenomena in modern societies. It maintains that social and psychological phenomena can only be properly understood if we considered also historical, cultural and macro-social conditions in which they were produced. 120 women (60 of them in stable unions and other 60 separate) participated in this study, which completed an evocation questionnaire. Semi-structured interviews with 12 women selected from the total number, 6 in each group, were also held. Data collected by questionnaire were analyzed using the software EVOC (*Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations*) and the material from interviews was processed using ALCESTE (*Analyse des Lexèmes Co-occurents dans les Énoncés Simples d'un Texte*). Results show that representations of women in stable relations, about marital violence against women are structured around marriage, family and jealousy elements, marking a representational field anchored to social institutions. There was also a strong presence of contents about justification of violence, showing up attitudes of minimization of the suffered violence and overvaluation of affective, family and socio-cultural, aspects. Separated women representations about this form of violence are organized around suffering, machismo and humiliation elements, and they express negative significations about this type of practice. It was notable also efforts of self-liberation of socio-normative moorings and the consequent redefinition of values, with clear signs of search for autonomy by the women who participated in this research.

Keywords: social representation, violence, women, marital relation.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher desafia, atualmente, todos os saberes da área das ciências sociais e humanas, incluindo a Psicologia. Ela se configura como um objeto híbrido, dado que não pertence a um campo específico de conhecimento e carece de olhares diversos e multidisciplinares para o seu entendimento. Sua complexidade exige que sejam abarcadas diferentes dimensões e níveis de análise para a compreensão e explicação dos reais fatores a ela associados.

Esta forma de violência foi declarada um problema universal – social e de saúde pública – pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002) e na sua forma mais endêmica se expressa no contexto das relações conjugais (*World Health Organization* [WHO], 2005, 2013). Considerando os efeitos nocivos que acarretam às mulheres que sofrem desta forma de violência, fica claro seu potencial de reunir critérios necessários para ser considerada uma questão de saúde pública, que se estende a um problema social de grandes proporções.

Muitas vezes nomeada como violência perpetrada pelo parceiro íntimo, ou violência de gênero, ou ainda violência marital, a violência conjugal contra a mulher passou a ser objeto de atenção social e científica a partir da segunda metade do século XX, concretamente na década de 1960 (Caridade & Machado, 2006; Diniz, Lopes, Gesteira & Gomes, 2003). Todavia, publicações científicas sobre este fenômeno se tornaram expressivas apenas na década de 1970 (Crachat, Prudence & Annieelm, 1975; Field & Field, 1973; Gilles, 1977; Heusser, 1978; Kimball, 1977; Saunders, 1977). Sua inserção tardia no âmbito acadêmico pode ser explicada pela crença histórica e amplamente compartilhada de que a violência se trata de um problema privado ao casal e, portanto, não carece de ingerências externas (Oliveira & Souza, 2006). Esta prática

encerra uma multiplicidade de fatores sociais, culturais e históricos, que os prescreve como um fenômeno multifacetado, multidimensional e multifatorial. Seu caráter plural permite que transcenda fronteiras de classes sociais, étnicas, raciais e religiosas, estando presente em quase todas as sociedades humanas, historicamente assentadas no patriarcado.

A violência contra a mulher constitui um dos problemas sociais que afeta a sociedade moçambicana, atingindo a maioria das mulheres independentemente da raça, etnia, *status* socioeconômico e nível de escolaridade, e comprometendo, assim, sua afirmação social e seu desenvolvimento emocional, intelectual e profissional. Esta forma de violência afeta, portanto, todas as dimensões da vida social da mulher moçambicana, como a escola, o trabalho e as relações conjugais e familiares (Tvedten, Paulo & Toumien, 2010; United Nations Children's Fund [UNICEF], 2010; WHO, 2005, 2010).

A importância e reconhecimento conferidos à violência contra a mulher, incluindo a violência conjugal, como um problema social e de saúde pública, em Moçambique, versam sobre a adoção de convenções e princípios internacionais e regionais pelo Governo, e também pela atuação de organizações feministas e outras de advocacia nacionais e internacionais (Women in Law in Southern Africa – WLSA, MULEIDE, Associação Moçambicana de Mulheres de Carreira Jurídica – AMMCJ, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Fórum Mulher, rede HOPEM, entre outras), que trabalham em prol da igualdade de gênero e na promoção e defesa dos direitos das mulheres, levantando a bandeira de Não-a-violência-contra-mulher. Falar de violência contra a mulher atualmente em Moçambique não é novidade, todavia antes do início do presente século (século XXI) esta temática não era do domínio do cidadão comum.

Entre as convenções ratificadas pelo Governo de Moçambique, destacam-se a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres

(CEDAW-1993), que entrou em vigor em 1997; Declaração e Plataforma de Ação de Beijing (1995); Declaração Solene de Gênero em África (2004); Protocolo Opcional à Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos, e dos Direitos relativos à Mulher (2005); e o Aditamento à Declaração Gênero e Desenvolvimento: Declaração dos Chefes de Estado da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC-1997) (Ministério da Mulher e Ação Social [MMAS], 2014; Moçambique, 2012; UNICEF, 2010).

Para dar conta de questões relativas à mulher e gênero, o Governo de Moçambique criou, em 2000, o Ministério para a Coordenação da Ação Social e, em 2005, este órgão sofreu uma reestruturação, passando a ser designado Ministério da Mulher e da Ação Social (MMAS), cujas atribuições se circunscreviam na implementação e coordenação de iniciativas relativas aos direitos das mulheres e crianças. Através do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher, este órgão monitorava a implementação do Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2006-2009 (PNAM), que se enquadrava no esforço de proteção dos direitos humanos das mulheres, visando elevar sua consciência sobre os direitos que as assiste, que incluem o direito a não-violência (Moçambique, 2012; UNICEF, 2010). Uma nova reestruturação foi efetuada para este órgão (MMAS), em Janeiro de 2015, alterando sua denominação para Ministério de Gênero, Criança e Ação Social (MGCAS) e estando adstrito às seguintes atribuições: promoção da igualdade e equidade de gênero, no desenvolvimento social, político e econômico; e promoção, proteção e materialização dos direitos da criança, visando o seu desenvolvimento integral.

A abertura e o compromisso expressos pelo Governo na promoção dos direitos das mulheres e no combate da violência doméstica contra a mulher, em coadjuvação com organizações feministas e outras de advocacia comprometidos com a causa, permitiu que em 2001 iniciasse a elaboração de um anteprojeto de lei, que foi concluído e submetido à

Assembleia da República para a sua apreciação só em 2007. Depois de vários debates sobre tal proposta de lei, em 2009 foi aprovada e promulgada a Lei nº 29/2009 sobre Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e Crianças, passando, assim, a ser legalmente criminalizada esta forma de ação.

Desde então, o Governo instituiu Gabinetes de Atendimento às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Doméstica, atualmente designados Gabinetes de Atendimento à Famílias e Menores Vítimas de Violência Doméstica, sendo que, dos 24 existentes em todo o país, 11 localizam-se nas capitais provinciais, incluindo a cidade de Maputo, e 13 em algumas sedes distritais. Um levantamento efetuado nos referidos gabinetes de 2009 – 2013 revelou que neste período foram atendidos 15.290 mulheres, a maioria das quais vítimas de violência conjugal (MMAS, 2014; Moçambique, 2012).

No seguimento dos mecanismos de combate desta forma de violência, o Governo lançou o Plano Nacional de Ação para Prevenção e Combate da Violência Contra a Mulher 2008-2012, que previa a prestação de serviços de apoio às vítimas de violência, através de assistência médica, legal e judicial. No mesmo espírito, aprovou o Mecanismo Multissetorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência (MMAI-MVV), em 2012, cujo objetivo assenta na melhoria do acesso e disponibilidade dos serviços prestados às mulheres e menores vítimas de violência, com base no estabelecimento de Centros de Atendimento Integrado (CAI) (MMAS, 2014). Cabe destacar que todas estas estratégias eram coordenadas pelo MMAS.

Ainda que seja inegável progressos na forma de enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, ao longo dos últimos quinze anos, em Moçambique, este fenómeno mantém números preocupantes no país. Atualmente há evidências científicas consistentes que apontam para esta forma de violência como uma das principais causas de morte de mulheres em todo mundo. A violência conjugal contra a mulher, em

particular, atingiu repercussões preocupantes e afeta um número significativo de mulheres em todas as partes do mundo. Uma compilação de dados em nível mundial, efetuada pela WHO, revela que 30% das mulheres já experimentou esta forma de violência em suas vidas e 38% dos assassinatos de mulheres em todo mundo são cometidos pelo parceiro íntimo. Nos países da África Sub-Sahariana, esta forma de prática atingiu proporções endêmicas, destacando-se com índices estimados em 36,6% (WHO, 2013).

Estudo sobre as características da violência contra a mulher realizado em Moçambique revelou que 63,2% das mulheres abrangidas pelo estudo foram vítimas de violência conjugal nos 12 meses anteriores, dos quais 49,5% dos casos eram graves, sendo as formas mais comuns a violência psicológica (64,3%), violência física (52,3%) e violência sexual (42,9%) (Vera Cruz, Domingos & Sabune, 2014). Outro estudo sobre violência contra a mulher praticada pelo parceiro íntimo realizado em Maputo constatou que 70,2% das mulheres envolvidas no estudo tinham sido objeto de violência conjugal nos 12 meses anteriores, destes, 65,3% era violência psicológica, 54,3% violência física e 50,9% violência sexual (Zacarias, Macassa, Svanstrom, Soares & Antai, 2012). Estes resultados nos remetem à uma reflexão sobre a subnotificação desta forma de prática, que pode estar associada, de alguma forma, ao sentido e significado que as mulheres atribuem a este tipo de ações. Outro estudo realizado em Maputo sobre este fenômeno apontou os seguintes aspetos que levam as vítimas a não denunciarem: a vítima pode lidar com a violência sozinha ou junto da família; as práticas violentas são consideradas "não sérias" ou "normais"; trata-se de um assunto privado ao casal; e medo de retaliação por parte do agressor – neste caso o cônjuge (Romão, Mabunda, Buque, Samo & Vieira, 2009).

Um dado interessante que merece reflexão e abre espaço para questionamentos é o fato de, mesmo com a aprovação e subsequente entrada em vigor da lei, em 2009, que

criminaliza esta forma de prática em Moçambique, ainda se verificar índices expressivos de casos de violência conjugal contra a mulher, sem tendências claras de redução. E, a despeito de as mulheres terem conhecimento de tal lei, as vítimas continuam relutantes em denunciar os agressores/cônjuges.

Alguns estudos sobre este fenômeno realizados no país são unânimes em afirmar que esta forma de prática resulta de desigualdades de gênero, imbricadas em relações de poder e no modelo patriarcal culturalmente vigente, que impõe uma forma de socialização diferenciada entre homens e mulheres, fomentando, assim, a masculinidade hegemônica (Arthur & Mejia, 2005; Osório, Andrade, Temba, José & Levi, 2001; Romão et al., 2009). Esse cenário é típico, portanto, de sociedades andocráticas¹, androcêntricas² e machistas, nas quais o homem manda e é servido, enquanto a mulher obedece e serve.

Não obstante os avanços em estudos sobre a violência conjugal contra a mulher, nos últimos quinze anos, em Moçambique – muitas vezes nomeada como violência perpetrada pelo parceiro íntimo, ou violência de gênero – inexistem estudos voltados para as representações sociais sobre esta forma de violência, que objectivam averiguar a existência de possíveis consensos e variações *within* e *between groups* na maneira de representação desta forma de violência, como se propôs o presente trabalho. São escassos também estudos que enfatizam aspectos simbólicos, crenças, valores, atitudes, opiniões e normas socialmente construídas, compartilhadas e fortemente ancorados na cultura, cujo entendimento pode contribuir para a compreensão dos fatores associados a este fenômeno e subsidiar novas formas de enfrentamento.

Merece destaque também o fato de a maioria de estudos sobre este fenômeno no país ser realizado por órgãos governamentais nacionais (Ministério do Interior; Ministério

¹ Andocrática: governada por homens.

² Androcêntrica: centralizada nos homens; que gravita em torno dos homens.

de Gênero, Criança e Ação Social/MMAS; Ministério da Saúde; Ministério da Justiça), agências das Nações Unidas (OMS, UNICEF) e organizações feministas e outras de advocacia nacionais e internacionais. Poucos são os estudos desenvolvidos no contexto acadêmico sobre o fenômeno.

Em Moçambique, particularmente em Maputo, a violência conjugal contra a mulher encontra-se inscrita num contexto social ativo que é concebido por pessoas e/ou grupos e, como tal, ela ocorre a meio de pressões normativas sustentadas pela cultura. Ainda assim, vários estudos têm associado esta forma de violência a fatores como pobreza, baixa escolaridade, desemprego, consumo de álcool, múltiplos parceiros e maior número de filhos. Em decorrência, entende-se, por um lado, que para o estudo deste fenômeno é de suma importância considerar os determinantes *ênicos* cristalizados na cultura na qual esta forma de violência ocorre, que se constituem em representações sociais mediante as quais os atores sociais envolvidos nesta forma de prática – no caso as mulheres – constroem sua visão de mundo; por outro, entende-se que, enquanto objeto psicossocial, esta forma de violência agrega elementos psicológicos e sociais, simultaneamente, que influenciam na forma como as pessoas pensam, agem e constroem sua própria realidade social.

Nesse sentido, partiu-se do pressuposto que situar o problema na perspectiva desse olhar permitirá penetrar no mundo vivido pelas mulheres que fizeram parte deste estudo, de modo que, através da rede de significados por elas compartilhada sobre este fenômeno, compreender suas representações sobre a violência conjugal contra a mulher, construídas e compartilhadas no contexto das relações conjugais, evidenciando os processos psicossociais e culturais que possibilitam sua construção e os conteúdos que as compõem. Para o efeito, tomou-se a Teoria das Representações Sociais (TRS) como referencial,

dado que ela constitui um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com seu meio social, determinando seus comportamentos e práticas.

A busca pelo alcance do objetivo que norteou este trabalho exigiu um percurso que englobou diversas etapas, estruturadas em dois capítulos. O primeiro capítulo é iniciado com uma discussão sobre violência contra a mulher – incluindo a violência conjugal – no mundo, na África Sub-Sahariana e em Moçambique, destacando-se o fato de a relevância e importância atribuídas a este fenômeno variarem em função de cada época histórica e contexto sociocultural. Ainda, nesta seção, foi efetuada uma breve discussão sobre gênero e sua relação com a violência conjugal e termina-se com uma rápida descrição do matrimônio tradicional predominantemente praticado na região sul de Moçambique – o *lobolo* – e seus desdobramentos folclóricos.

Na segunda seção do primeiro capítulo efetuou-se uma discussão sucinta sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), adotada como base teórica para o estudo da violência conjugal contra a mulher em Maputo. A discussão partiu dos fundamentos epistemológicos e históricos da teoria em alusão, da qual se enfatizou o fato de ela constituir uma abordagem psicossocial, que permite a compreensão e explicação de diversos fenômenos sociais por diversas áreas de conhecimento. Na mesma seção destacou-se o caráter multidisciplinar da TRS, cujo advento permitiu romper as dicotomias sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, estímulo-resposta, outrora propaladas pelas e nas ciências sociais e humanas, abrindo espaço para o estabelecimento de uma relação dialética sujeito-objeto, intermediada pelo “outro”, num processo intercambiável ancorado no substrato sócio-histórico e cultural, que leva à geração de representações sociais.

Na terceira seção do primeiro capítulo, foi efetuado um levantamento das publicações existentes sobre violência contra a mulher – incluindo a violência conjugal –

na literatura científica, com o propósito de trazer a evolução histórica desta temática. Para tal, foram visitadas as plataformas eletrônicas *PsycInfo*, *Web of Science* e *Google scholar*, a partir das quais vários artigos científicos foram extraídos, de acordo com alguns critérios previamente definidos, os quais foram posteriormente analisados. Nessas buscas, deu-se particular atenção às publicações relativas às representações sociais sobre violência (conjugal) contra a mulher.

O segundo capítulo diz respeito à pesquisa empírica. O capítulo inicia com a exposição de alguns pressupostos de base, definidos para orientar os dois eixos da pesquisa que dão corpo e suporte empírico ao presente trabalho. Na sequência foram apresentados os objetivos norteadores do trabalho, seguidos da descrição do contexto (Moçambique - Maputo) onde os estudos foram realizados. Por fim, um vasto conjunto de procedimentos metodológicos foi descrito, que culminou com a apresentação e discussão dos resultados, inclusive as conclusões do estudo realizado em Maputo.

CAPÍTULO I: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NAS RELAÇÕES CONJUGAIS

A Violência

Pensar a violência nas sociedades modernas, seja ela contra a mulher ou não, remete, automaticamente, à reflexão sobre as relações sociais – interpessoais, grupais e societais - que constroem e estruturam a memória coletiva, mantendo-a ou transformando-a ao longo do tempo. Nessas relações, as assimetrias de poder podem constituir fonte permanente de tensão e conflito, e culminar em atos de violência entre os membros nelas envolvidos (Almeida, 2006; Alvin & Souza, 2005).

Etimologicamente, a palavra violência provém do vocábulo latino *violentia*, cujo verbo *violare* significa tratar com violência, transgredir, profanar, e o seu núcleo *vis* significa carácter violento ou bravo, força, vigor, potência, quantidade, intensidade (Michaud, 1989). Para este autor, a etimologia deste termo evidencia uma força não qualificada, que se torna violência apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam as relações interpessoais, grupais ou societais.

A análise do sentido etimológico do conceito violência coloca em relevo a percepção do limite que vai caracterizar um ato como violento e essa percepção varia histórica e culturalmente (Bonamigo, 2008). Isso advém do fato de cada sociedade ou cultura, no decurso da sua história, num processo interminável de negociação entre seus membros, ser levada a eleger determinado conjunto de valores sociais, ajustados às suas práticas em detrimento de outros, que estruturam e dão significado à vida social dessa sociedade, permitindo-a nomear o que entende por violência (Almeida, 2006). Portanto, o conceito violência encerra uma complexidade que oferece imensas dificuldades e desafios para sua definição, de tal forma que dentro dos limites sociais do que se entende

por violência, pessoas, casais e famílias demarcam definições próprias em função do que consideram aceitável ou não no bojo de suas relações interpessoais (Diniz & Angelim, 2003).

Isso significa que a violência se configura como um fenômeno polissêmico e plural, na medida em que diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, constroem e concebem diferentemente o que consideram violência, de tal forma que em sociedades multiculturais, como é o caso de Moçambique, é normal encontrar vários sentidos e significações, incluindo definições do que é violência, principalmente quando ela ocorre entre parceiros no contexto de uma relação conjugal.

Este fenômeno não é recente, portanto, remonta à antiguidade e acompanha toda a história da humanidade. Desde então até século XXI, a violência vem se sofisticando e mudando suas formas de expressão e seus significados. Transforma-se historicamente não apenas como fenômeno concreto, mas também em seu significado social, político e cultural, incluindo as representações que dela se constroem (Wieviorka, 1997), podendo se manifestar em quaisquer ambientes tanto de forma simbólica, quanto concreta.

As mudanças que a violência sofre, enquanto fenômeno dinâmico, influenciam sobremaneira na forma como se procura compreender e explicá-la, nas suas diversas acepções, devido a sua natureza multifacetada, que abre espaço para uma pluralidade de abordagens, possibilitando, assim, que não haja apenas um único olhar capaz de esgotar a busca dos fatores a ela associados (Drawim, 2011). Assim, qualquer tentativa para compreendê-la deve passar pelo reconhecimento da sua complexidade, polissemia e multidimensionalidade, decorrentes das singularidades sociais e histórico-culturais que a acolhem (Guedes, Silva, Coelho, Silva & Freitas, 2007; Minayo, 1998).

Em virtude do seu caráter multifacetado, a dificuldade do alcance de uma definição consensual do que seja realmente violência ainda é notável entre os estudiosos

da área, principalmente quando esta ocorre em sociedades culturalmente tradicionais, regidas por normas sociais historicamente enraizadas. A respeito de tal dificuldade, Bonamigo (2008) afirma que enclausurar a expressão violência em uma única definição, rígida e simples, significa reduzi-la e deixar de considerar as singularidades que caracterizam cada sociedade, suas transformações e especificidades históricas. Na mesma direção, Diniz e Angelim (2003) apontam a necessidade de se evitarem imposições de definições fixas, dado que, enquanto fenômeno complexo e polissêmico, engloba uma teia de elementos impossíveis de caber numa definição única.

Todavia, em virtude da clara dificuldade de consensualizar uma definição do que seja violência, de se verificar diferentes maneiras de entendê-la, a OMS (2002) chama atenção da necessidade de qualquer tentativa de analisá-la começar pela definição das suas diversas formas para facilitar sua mensuração científica. Nesse sentido, este órgão define violência como:

/.../ o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 5).

Uma definição que reúne “consensos” em alguns círculos de estudiosos da área é apresentada por Michaud (1989, p. 10):

“Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses ou em suas participações simbólicas ou culturais”.

Algo comum a destacar em ambos os conceitos acima é o fato de este fenômeno poder causar danos físicos, psicológicos, emocionais, materiais e até mesmo danos simbólicos para a vítima, podendo envolver indivíduos, grupos, organizações ou Estados.

A literatura sobre violência, particularmente sobre violência contra a mulher, é vasta e envolve várias designações e dimensões. Esta forma de violência em particular pode ser perpetrada tanto pelo parceiro íntimo, neste caso o cônjuge, ou por outros homens que mantenham relações de intimidade com a mulher. Atreladas a ela, encontram-se outras formas de violência que mantêm fortes vínculos entre elas, dificultando, por vezes, a identificação das fronteiras que as separam.

É comum encontrar na literatura as seguintes designações: *violência doméstica*, que se circunscreve ao ambiente doméstico, não precisando que haja uma relação de parentesco entre os indivíduos envolvidos (Casique & Furegato, 2006; Oliveira & Souza, 2006; OMS, 2002); *violência intrafamiliar*, aquela que é praticada e sofrida entre pessoas com parentesco consanguíneo ou afim, podendo ocorrer dentro do ambiente domiciliar ou não (Barcellos, 2003 citado por Oliveira e Souza, 2006; Casique & Furegato, 2006); *violência de gênero*, aquela que é perpetrada por homens contra mulheres, mantendo controle, dominação e submissão das mulheres, e articula-se como uma relação de poder de homens sobre mulheres (Casique & Furegato, 2006).

Para afastar eventuais conotações do termo violência de gênero, que *a priori* remete à ideia de homem agressor e mulher vítima, além de não abranger todas as categorias de gênero para fazer jus ao termo, neste trabalho optou-se pela designação violência conjugal contra a mulher, por se considerar que delimita melhor o fenômeno, enquanto objeto de estudo, e considerando que este tipo de violência muitas das vezes está presente nos quotidianos doméstico e conjugal das mulheres.

Violência conjugal contra a mulher

As relações conjugais se constituem no encontro de duas identidades, cada uma com suas peculiaridades. Ao se estabelecer uma relação conjugal (no caso entre homem e mulher), dois indivíduos se definem como díade para formar uma unidade, confirmando, assim, a alteridade, de tal modo que na consciência da diferença em relação ao outro, cada indivíduo se (re)formula na tentativa de corresponder às expectativas do outro (Féres-Carneiro, 1998).

Entendida como todas as ações que prejudicam ou causam sofrimento ou humilhação às mulheres, sendo praticadas por homens contra mulheres (Saltzman, Fanslow, McMahon, & Shelley, 2002), a violência contra a mulher atualmente goza um estatuto de problema de dimensão universal, devido ao aumento constante dos índices de incidência ao longo dos últimos quinze anos (OMS, 2002; WHO, 2005, 2010, 2013).

Segundo a WHO (2010), violência conjugal contra a mulher são quaisquer atos perpetrados pelo parceiro íntimo atual ou anterior contra sua parceira, que resultem em danos físicos, sexuais, psicológicos ou emocionais. Nesta mesma direção, Grossi (1998) apresenta um conceito mais abrangente de violência conjugal, que define como todos atos violentos – físicos, sexuais, emocionais e psicológicos – que ocorrem em relações afetivas e conjugais, podendo ser de homens contra mulheres, mulheres contra homens, mulheres contra mulheres e homens contra homens.

Esta forma de violência posiciona-se como a mais endêmica, porém menos compreendida (Anderson, 2005; Dias & Machado, 2008) e engloba a violência física, psicológica, sexual, verbal, econômica ou financeira (OMS, 2002; WHO, 2005, 2010). Ela pode causar traumas psicológicos e emocionais, afetar negativamente a autoestima da mulher e causar sentimento de inferioridade e impotência – incapacidade de reação – em relação ao agressor.

A prática da violência conjugal contra as mulheres pelos homens é muitas vezes vista como legítima e como sinal intrínseco de masculinidade, o que faz com este tipo de ação esteja naturalizada pela sociedade. Portanto, pode acontecer com qualquer mulher independentemente da classe social, como é o caso do *status* sócioeconômico, nível de escolaridade, etnia ou raça, embora sua ocorrência esteja envolvida de pré-conceitos, tabus e estigma em relação às vítimas (Lima, 2009).

No geral, a violência conjugal contra a mulher não se expressa somente como um conjunto de práticas objetivas, é também uma representação. Trata-se, portanto, de construções sócio históricas e culturais que nada possuem de natural (Wieviorka, 1997). Constitui-se como uma forma de relação humana que, além de ser compreendida como tal, deve ser entendida como um comportamento aprendido e culturalizado, que não pode ser integrado na natureza humana (Minayo, 1998). Desse modo, sua definição e busca pela compreensão deve perpassar noções de comportamentos aceitáveis e inaceitáveis em uma sociedade, dado que se encontra submetida a contínua transformação à medida que valores e normas sociais assumem novos significados (Vieira, Padoin & Paula, 2010).

A despeito do crescente número de estudos sobre violência conjugal contra a mulher nos últimos 15 anos, muitos não levam em consideração o contexto histórico e sociocultural onde ela ocorre (Dantas-Berger & Giffin, 2005; Gomes et al., 2012; Guedes, Silva & Coelho, 2007; Rosa, Boing, Buchele, Oliveira & Coelho, 2008; Silva, Coelho & Njaine, 2014). Entretanto, vários estudiosos do assunto são unânimes em afirmar que esta forma de violência encontra-se associada a diversos fatores, dentre eles a cultura na qual se manifesta.

É frequente encontrar na literatura científica a violência conjugal contra a mulher vinculada à pobreza, consumo de álcool (Karamagi et al., 2006; Vera Cruz, Domingos & Sabune, 2014), múltiplos parceiros (Andersson, 2007), desemprego, baixa escolaridade,

maior número de filhos (Cunradi, Ames & Duke, 2011; Dubova et al., 2007; Perdona & Santos, 2011; Silva et al., 2014; Vieira, Perdona, & Santos, 2011). Todavia, este fenômeno também mantém intimidade com desigualdades de gênero (Anderson, 2005; Dias & Machado, 2008; Karamagi et al., 2006), exercício de poder assente em valores patriarcais (Hines, 2007; Jewkes, Levin & Penn-Kekana, 2002; Osório et al., 2001), relações de poder construídas ao longo da história e consolidadas por uma ideologia androcêntrica e sexista (Guedes et al., 2007).

No senso comum há um conjunto de discursos predominantemente patriarcais, acompanhados de práticas sociais concebidas no processo de socialização dos indivíduos, que fazem com que as pessoas olhem para a violência conjugal como uma forma de dominação socialmente legitimada, sendo por isso um problema familiar que não carece de ingerências externas (Silva, 2003).

Gênero e violência conjugal

Estudar a violência conjugal contra a mulher, sem discutir sobre as relações de gênero e como estas se intercambiam até gerar violência entre parceiros numa relação conjugal pode fragilizar a reflexão. A masculinidade e a feminilidade, enquanto categorias que constituem parte integrante das relações interpessoais, grupais e sociais podem contribuir de forma importante para as reflexões sobre este tipo de violência.

Gênero, enquanto categoria analítica (Scott, 1986) é um construto usado para designar expectativas comportamentais socialmente construídas, incluindo características psicológicas e culturais associadas às categorias masculino e feminino (Dias & Machado, 2008). Designa ainda relações sociais entre homens e mulheres que podem incluir o sexo, mas que não são diretamente determinadas por ele, nem determinam diretamente a sexualidade (Scott, 1986).

Em oposição ao determinismo biológico, a noção de gênero vem operar uma mudança conceitual da explicação biológica para a psicossocial e dissipar a hierarquização estabelecida entre os sexos (Dias & Machado, 2008). Opera, portanto, no sentido de desnaturalizar tanto as desigualdades sociais entre os sexos, quanto a sexualidade (Anderson, 2005). A noção gênero transcende, portanto, as fronteiras da sexualidade – homem ou mulher – englobando outras categorias como classe social, etnia, raça, entre outros.

“Não se nasce mulher, torna-se mulher”. Esta mediática frase de Simone de Beauvoir demonstra que o gênero não está objetivamente nos indivíduos, mas sim na interação entre eles. Portanto, as diferenças entre os sexos – homem e mulher – não existem em si mesmas, resultam de produções socioculturais e relacionais (Here-Mustin & Marecek, 1994, citados por Anderson, 2005).

O gênero é uma construção sociocultural (Scott, 1986). O masculino e o feminino são categorias que ganham significado no processo de socialização dos indivíduos, permitindo a organização e orientação das relações sociais em todas as culturas e sociedades. Os significados associados a estas duas categorias [masculino e feminino], incluindo o ser homem e ser mulher, variam em função do contexto histórico e sócio cultural (Anderson, 1997; Anderson, 2005; Dias & Machado, 2008). Deste ponto de vista, fica evidente que o que é aprendido como norma social, como valores e crenças, é assimilado como “natural” tanto por homens quanto por mulheres, dificultando a sua visibilidade enquanto construção social, passível de mudanças. Isso cria, de alguma forma, barreiras para a modificação das relações de gênero (Galinkin, 2007).

Inicialmente usado como sinônimo de mulher (Scott, 1986), o conceito gênero inscreve-se nas ciências sociais como referencial teórico para análise e compreensão das desigualdades entre os sexos (Gomes et al., 2007). Esta noção, tal como é compreendida

hoje, começa a ser usada na segunda metade do século XX, por feministas, tendo permitido dar visibilidade à violência conjugal contra a mulher, antes menos discutida, incluindo a subjetivação do sexo biológico (Dias & Machado, 2008). O conceito gênero, tal como se conhece hoje, foi introduzido pela primeira vez por Joan Scott, em 1986, em publicação da *Oxford University Press*, com o título *Gender: a useful category of historical analyses* (*Gênero: uma categoria útil para análise histórica*). Observa-se nos dias atuais uma nova visão de mundo que se configura no sentido da superação das desigualdades existentes entre homens e mulheres e, que remete ao questionamento da masculinidade hegemônica.

Para relacionar a violência conjugal ao gênero, Risman (1998, citado por Anderson, 2005) apresenta três abordagens teóricas sobre gênero: *individualista*, *estruturalista* e *interacionista*, cuja compreensão, no contexto deste trabalho, é de suma importância.

Abordagem individualista

Nesta abordagem, o gênero constitui uma propriedade dos indivíduos. A masculinidade e a feminilidade são traços que homens e mulheres incorporam nas suas identidades, seja por uma pré-disposição biológica, seja por um do processo de socialização (Dias & Machado, 2008). Nesta perspectiva, o gênero é visto como uma variável independente que influencia diretamente os comportamentos violentos e, dessa forma, a propensão de se comportar de forma violenta é vista como uma característica inata e intrínseca dos indivíduos masculino ou feminino (Anderson, 2005).

Nas últimas décadas estudiosos de gênero identificaram algumas limitações da abordagem individualista de gênero: primeiro porque ela reduz o gênero ao comportamento de homens e mulheres individuais, isto é, se homens e mulheres são igualmente violentos nas relações de intimidade, conforme esta abordagem assume,

então, pode-se concluir que a violência conjugal não é de gênero; em segundo lugar, não explica o porquê apenas alguns homens e mulheres cometem violência contra o parceiro íntimo, apesar de pertencerem a uma mesma cultura, vivenciando processos semelhantes de socialização (Dutton, 1994 citado por Anderson, 2005).

Abordagem interacionista

Esta abordagem concebe o gênero como produto de interações e práticas sociais, que visa responder a expectativas sociais. Ou seja, os indivíduos fazem o gênero no decurso das suas interações quotidianas (Anderson, 2005; Dias & Machado, 2005). A natureza das relações de gênero é construído mediante a percepção dos outros. Nesse sentido, a violência conjugal é percebida como o meio pelo qual os homens realizam a masculinidade e, portanto, o gênero é construído no âmbito das práticas violentas (Anderson, 2005).

A sociedade espera desempenhos diferentes de homens e mulheres. Um mesmo comportamento é avaliado de forma diferente se praticado por homem ou por mulher. O gênero expressa, assim, um acordo social baseado na interpretação dos outros, dependendo do gênero percebido no indivíduo e do contexto interativo em questão (Anderson, 2005). Desse modo, prossegue o autor, o mesmo ato violento que transmite masculinidade quando o ator é percebido como homem, é interpretado de forma diferente quando o ator é percebido como mulher.

A abordagem interacionista é apontada, portanto, como a abordagem que eventualmente pode explicar porque as taxas de violência conjugal são maiores em sociedades com baixo nível de renda – pobreza financeira -, desemprego e baixos níveis de escolaridade (Anderson, 2005; Dias & Machado, 2008). O sucesso financeiro do homem em alguns contextos sociais, por exemplo, é uma característica idealizada como sendo de masculinidade, principalmente em algumas culturas ocidentais, entretanto, nem

todos homens são capazes de viver de acordo com esse ideal. Nesse sentido, homens de baixa renda, nesses contextos, podem sentir que sua identidade masculina está sendo ameaçada porque não desempenham efetivamente o seu papel de homem e, como tal, não se sentem em condições de justificar, em termos financeiros, seu papel de “chefes de família”, podendo impor sua masculinidade por meio da violência a sua parceira (Anderson, 1997).

Abordagem estruturalista

Para esta abordagem, o gênero é uma forma de estrutura social, que organiza as instituições sociais, incluindo as identidades, atitudes e interações. Constitui uma força social que opera independente dos desejos dos indivíduos (Anderson, 2005). Nesta perspectiva, pode-se assumir que uma série de processos estruturais e sociais influencia para que as mulheres vivenciem experiências de violência pelo parceiro.

A violência no contexto social, segundo esta abordagem, é distribuída de forma desigual através de socialização diferenciada entre homens e mulheres. Isso significa que no processo de socialização, aos homens são dadas mais oportunidades de aprender e praticar a violência do que às mulheres, que são desencorajadas a praticá-la (Anderson, 1997) e, como resultado, as consequências da violência conjugal diferem para o homem e para a mulher, visto que estes se encontram situados numa sociedade organizada em função de desigualdade de gênero (Dias & Machado, 2008). Por exemplo, o casamento, enquanto instituição social, é organizado por sexo e nele atribuem-se papéis e responsabilidades diferentes para o marido e para a esposa, permitindo que este [casamento] seja experimentado de forma diferente pelos homens e pelas mulheres (Anderson, 2005).

Esta abordagem é muito usada por teóricos feministas de violência doméstica, embora não tem sido nomeada como tal. Estudiosos feministas, a partir da abordagem

estruturalista recomendam que a violência doméstica contra a mulher seja entendida no contexto de um sistema mais amplo de desigualdades de gênero, que condicionam a construção de relações de poder marcadas pelo binômio dominação *vs* submissão (Anderson, 2005). Estes estudiosos sugerem, portanto, que uma compreensão adequada da relação entre gênero e violência conjugal deve considerar a maneira pela qual o gênero se configura como elemento de organização e estruturação da vida social (Dias & Machado, 2008).

Violência contra a mulher em Moçambique e na África Sub-Sahariana

A presença manifesta ou latente da violência doméstica contra a mulher em Moçambique, começou a ser percebida pela maioria dos moçambicanos na primeira década do presente século (século XXI), com a atuação de organizações feministas e outras de advocacia, nacionais e internacionais, que trabalham em prol da igualdade de gênero e da defesa dos direitos das mulheres. Paralelamente, o advento e a popularização dos meios de comunicação de massa (incluindo as redes sociais), como reflexo da globalização, que também ocorreu na primeira década deste século, contribuíram significativamente para que as manifestações deste fenômeno fossem amplamente reconhecidas pela sociedade.

Essas organizações, coadjuvadas pelos *mass media*, contribuíram para a nomeação e “catalogação” de determinadas práticas antes não percebidas como violência contra a mulher no seio da sociedade moçambicana, particularmente quando perpetrada pelo parceiro íntimo no contexto de uma relação conjugal. Atualmente, um número significativo de moçambicanos compreende os meandros e desdobramentos deste fenômeno, que ainda assim permeia o quotidiano doméstico e conjugal de muitas mulheres naquele contexto.

Dada a forma sutil de manifestação deste fenômeno, que mascara sua visibilidade, sustentando tanto a sua legitimidade social quanto o silêncio das mulheres visadas, a violência conjugal se apoia em valores, crenças e normas socialmente construídos e compartilhados sobre hierarquias de gênero, que orientam no sentido da aceitabilidade da sua ocorrência no âmbito das relações conjugais. Desse ponto de vista, é coerente afirmar que este fenômeno encontra seu embasamento no modelo sociocultural vigente que sustenta o *status quo* das relações conjugais naquele contexto social (Osório et al. 2001; Romão et al., 2009; UNICEF, 2010).

Nas zonas rurais, por exemplo, em casos em que uma mulher é violentada pelo cônjuge, muitas das vezes ela fica relutante em denunciar o parceiro por causa de esta [mulher] ainda não se afirmar como sujeito social. Isso associa-se também ao fato de esta forma de violência ainda não ser vista como um crime digno de punição naqueles contextos sociais, sendo considerada um ato normal intrínseco às relações conjugais, embora haja uma lei que criminaliza este tipo de prática. Dessa forma, sua legitimação é feita não apenas pela sociedade mas também por quem a sofre, nesse caso as mulheres (UNICEF, 2010).

Estudo intitulado *Poder e violência: Homicídio e Femicídio em Moçambique*, realizado por Osório et al. (2001, p. 79) desta que:

a violência conjugal contra a mulher é uma das formas de exercício de poder pelos homens garantido pela condição de subordinação da mulher, de tal modo que sua persistência no país encontra sustentação em valores tradicionais enraizados na cultura, que sustentam a estruturação do poder através do seu exercício sobre a mulher. O estudo afirma ainda que este poder é legitimado não só por quem o exerce, mas também por quem o sofre na cumplicidade da sua subordinação que

reproduz o *status quo* das relações de poder no contexto das relações de conjugalidade.

Dados compilados por Callaghan (2010) sobre violência contra mulher praticada pelo parceiro íntimo, em alguns países da África Sub-Sahariana mostram (Tabela 1) o quão esta forma de violência constitui um problema social que atingiu níveis alarmantes. Dada a associação deste fenômeno com fatores que envolvem a vida familiar privada dos casais, é notável que nem todas as mulheres que sofrem desta forma de violência denunciam os agressores – seus próprios cônjuges – preferindo se manter no silêncio, conforme ilustra a Tabela 1.

Tabela 1. Violência praticada pelo parceiro íntimo em alguns países da África Sub-Sahariana

	Tipo de violência praticada pelo parceiro íntimo (em %)		
	Física	Sexual	Mulheres que não reportaram
Etiópia	50	59	39
Namíbia	31	17	21
Tanzânia	47	31	30
Quênia	39	16	*
Zâmbia	8	15	*
Zimbabwe	17	25	*
África do Sul (Mpumalanga)	28	7	*
África do Sul (Northern Cape)	27	5	*

*Nota: *não houve registo de dados de mulheres que não reportaram a violência nestes países.*

As mulheres que não denunciaram as práticas violentas dos parceiros/cônjuges, de acordo com Callaghan (2010), consideram a violência praticada pelo parceiro íntimo – cônjuge – como um ato normal e aceitável, de tal modo que nestes e outros países da África Sub-Sahariana, o estupro entre casais é, na maioria das vezes, visto como impossível e improvável. Em decorrência disso, segundo este autor, os índices de subnotificação da violência conjugal contra a mulher são maiores. Na mesma direção, Arthur e Mejia (2005) mencionam também o fato de o número de mulheres que denunciam os casos de violência perpetrada pelo seu parceiro (cônjuge) ser insignificante, em Moçambique.

A dificuldade de muitas mulheres moçambicanas em denunciar os atos de violência perpetrados pelos cônjuges, aliada a fatores socioculturais, levam Arthur e Mejia (2005) a assumirem que esta forma de prática em Moçambique está diretamente relacionada à forma de definição das identidades, dos papéis sociais e das relações de poder entre homens e mulheres, baseada em valores tradicionais enraizados na matriz cultural vigente. Para estas autoras, esses valores são cultivados e legitimados pela sociedade moçambicana, particularmente pela sociedade patriarcal, para a qual as desigualdades de gênero desaguam em relações de poder, legitimando-se, assim, o homem que violenta sua mulher como sinal intrínseco de masculinidade.

Mulher e desigualdade de gênero em Moçambique

Em Moçambique, as mulheres representam a maioria da população. Dos 25.041.922 de habitantes atualmente existentes, 51,75% corresponde à mulheres (INE, 2014). Este elevado número de mulheres é inversamente proporcional à distribuição das oportunidades entre homens e mulheres, particularmente no que diz respeito ao acesso à educação, saúde, emprego formal e atividade econômica. Isto é corroborado por Tvedten, Paulo e Toumien (2010, p. 01), ao afirmarem que:

As mulheres na África Sub-Sahariana, particularmente em Moçambique, têm ainda pesadas responsabilidades domésticas, empregos subalternos e rendimento mais baixo, acesso à terra inferior e níveis mais baixos de educação e saúde do que os homens.

No que diz respeito ao gênero e à pobreza, a proporção de mulheres que vive abaixo da linha de pobreza situa-se em 57,8% contra 53,9% de homens, conforme consta do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF, 2008/2009). Tais índices são menores quando comparados aos anteriormente disponíveis no Inquérito ao Agregado Familiar (IAF,

2003/4), que apresentava um índice de 62% de mulheres vivendo abaixo da linha da pobreza.

Em termos de população economicamente ativa, 75,2% da população moçambicana está ligada a atividade agrícola, pecuária, caça, pesca e silvicultura. Da percentagem acima, um número significativo de mulheres constitui a maioria nessas atividades, representando 86,7% contra 63,4% dos homens. No entanto, em outros ramos de atividade diferentes dos acima mencionados, os homens representam a maioria (INE, 2011).

Um dos indicadores que expressa a marcada desigualdade de gênero em Moçambique, particularmente entre homens e mulheres, no que diz respeito a oportunidades diferenciadas de educação, por exemplo, é o elevado índice de analfabetismo entre as mulheres comparativamente aos homens. Segundo o MMAS (2014), 64,1% das mulheres moçambicanas não são alfabetizadas, enquanto que a percentagem de homens não alfabetizados é de 34,5%.

Comparando os índices atualmente disponíveis com outros anteriormente publicados, verifica-se um ligeiro aumento no nível de analfabetismo entre as mulheres moçambicanas. O Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS, 2003) avançava uma taxa de analfabetismo de 62% entre as mulheres, comparado com 33% entre os homens.

Os elevados índices de analfabetismo entre as mulheres moçambicanas muitas vezes leva ao desconhecimento dos seus direitos e, como consequência, o nível de discriminação das mulheres torna-se elevado. Nas sociedades rurais moçambicanas, por exemplo, os modelos de socialização diferenciados entre homens e mulheres, que devem ser rigorosamente seguidos, determinam que a mulher serve e obedece, enquanto que o homem é servido e manda. Nesse cenário de convivência entre o casal, caso o homem se

sinta contrariado, vê-se no direito de punir a sua esposa, como uma clara demonstração de superioridade.

Paralelamente às questões de analfabetismo entre as mulheres, Moçambique regista um número significativo de mulheres que ocupam altos cargos nos diversos órgãos governamentais em nível nacional, como na Assembleia da República, nos Ministérios, nos Governos provinciais e distritais, inclusive em outros fóruns decisórios (Tvedten et al., 2010; UNICEF, 2010). Isso permite que o país seja comparado com países cujos níveis de igualdade de gênero são maiores e coloca o país numa posição de referência para outros países africanos e para o mundo em geral (MMAS, 2014).

A despeito dos avanços na representação feminina no cenário político e no governo, os constrangimentos estruturais e a forte cultura patriarcal, principalmente na região sul do país, continuam a preservar a posição dominante dos homens, e a inibir a maioria das mulheres de ganharem autoconfiança econômica, intelectual, profissional e independência social. Nesse sentido, Moçambique continua a ser um dos países mais pobres e menos desenvolvidos da África Austral em termos de desenvolvimento humano e de gênero, sendo que os indicadores sobre rendimento, educação e longevidade ainda são alarmantemente baixos (Tvedten et al., 2010).

Ainda que no âmbito jurídico se registem alguns progressos, a discriminação com base no gênero, particularmente contra as mulheres, é uma realidade em Moçambique, a qual se manifesta na vida social, cultural, política e econômica, incluindo na família, nas quais e sob certas situações, as mulheres são discriminadas pelos familiares diretos, enquanto aos homens cabe o lugar de tomada de decisão em nível familiar (UNICEF, 2010).

A Constituição da República de Moçambique prescreve o princípio de igualdade de gênero, particularmente entre homens e mulheres, no seu Artigo 36 onde se lê: “o

homem e a mulher são iguais perante a lei em todos os domínios da vida política, econômica, social e cultural” (Governo da República de Moçambique – GRM, 2004). Todavia, na prática está-se longe do alcance deste princípio constitucional.

À luz do exposto acima, entende-se que as desigualdades de gênero podem favorecer, de alguma forma, o estabelecimento de relações de poder, além de criar condições para a construção de uma sociedade andocrática, que legitima a hegemonia dos homens, mantendo as mulheres em uma posição periférica e de subordinação. No entanto, supõe-se que outros aspetos devem ser tomados em consideração, ainda que esteja evidente a existência de tais desigualdades em Moçambique.

É importante destacar que os estudos de gênero, vários deles sustentados em abordagens feministas, muitas vezes não levam em consideração o aspecto contextual, local, conferindo pouca ou nenhuma relevância aos entendimentos *êmicos* dos indivíduos sobre o papel dos homens e das mulheres, incluindo a natureza das relações entre eles (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008). Nesse sentido, entende-se que fixar-se às noções normativas puramente “ocidentais” de igualdade de gênero, sem considerar a matriz histórico-cultural local e os mecanismos que estão na base da construção das relações sociais num determinado contexto social, pode ser inadequado a qualquer modelo de análise, estudo ou intervenção sobre um dado fenómeno social.

Matrimônio tradicional – *Lobolo* – no sul de Moçambique: sentido e significado

Desde o período colonial as sociedades moçambicanas realizam casamentos tradicionais sustentados na matriz cultural vigente nas diversas regiões do país. Tratando-se de um país multicultural, marcado por diversidades étnicas, raciais e linguísticas, cada região – norte, centro e sul – possui manifestações culturais típicas que se impõem como marca identitária das sociedades nelas residentes.

No caso da região sul do país, circunscrita pelas províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e cidade de Maputo, uma das identidades culturalmente presentes é o *Lobolo*, uma forma de matrimônio tradicional de grande relevância histórica e cultural, que agrega consigo um carácter social aglutinador e se configura como um elemento estruturante do inconsciente coletivo da sociedade da região.

O *lobolo* transporta consigo uma forte carga simbólica, ideológica e cultural, que contribui para a estruturação da memória coletiva da sociedade naquelas regiões, e extrapola os limites de um simples matrimônio. A saída da mulher, neste caso a noiva, da sua família para seu lar é condicionada a um pagamento a ser efetuado pela família do noivo à família da noiva, em valor monetário e em produtos diversos, incluindo vestes.

Num comentário ao livro de Paulo Granjo (2004) intitulado “*O casamento do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas convivências conjugais*”, João Nobre afirma que durante o período colonial e logo após a independência do país, o *lobolo* foi sendo apresentado na literatura ora como prática retrógrada a eliminar, ora como prática e expressão cultural imaculada, parada no tempo e resistente a qualquer mudança, ora como instrumento de subjugação da mulher dentro do lar (Agadjanian, 1999; Osório & Arthur, 2000 citados por Nobre, 2005), e ainda como cerimônia com função integradora da sociedade (Nobre, 2005). E essas visões sobre o *lobolo* sugeriam a substituição ou eliminação dessa forma de manifestação cultural (expressa em forma de valores e crenças) supostamente primitiva, ultrapassada no tempo e sustentada no senso comum, para outra forma de manifestação civilizada, moderna e baseada na lógica ocidental.

Como funciona o *lobolo*? Durante anos ele se impôs não apenas como um tipo específico de matrimônio, mas também como uma forma de expressão e manifestação cultural. Por meio de uma breve narrativa ficcional, apresentar-se-á uma descrição do *lobolo*, sem a pretensão de esgotar as suas diversas peculiaridades folclóricas.

Imagine-se que um jovem chamado Xibindza enamorou-se por uma moça de nome Orikah e manifestou expressamente, junto dela, a sua intenção de torná-la esposa. Caso Orikah aceite a possibilidade de Xibindza tornar-se seu esposo, inicia-se com um processo para a realização do *lobolo* para a consumação das vontades de ambos. Qual seria o primeiro passo? Xibindza teria que ir junto de seus parentes comunicar o seu interesse e intenção de “*lobolar*” – realizar o *lobolo* – a sua amada, Orikah. E então? Os pais de Xibindza teriam que convocar os tios paternos do jovem para comunicar as suas intenções e, junto deles, se estudarem estratégias de quais procedimentos tomar para avançar-se com o assunto. Nessa reunião também podia-se marcar a data em que uma comissão da família poderia se deslocar à casa de Orikah, para transmitir a intenção de Xibindza, que passa a ser assumida por toda sua família, na medida em que daí em diante o assunto passa a ser tratado ao nível das lideranças da linhagem familiar paterna do jovem.

Depois de marcada a data em que a família do jovem se deslocará a casa da moça, ficaria na incumbência de Xibindza comunicar a sua namorada Orikah em que data sua família se deslocará a casa dela. Ela [Orikah], por sua vez, iria comunicar aos seus parentes sobre o assunto e estes também convocariam os tios paternos da menina para inteirá-los sobre a novidade, incluindo sobre a eventual data em que a família do jovem visitaria a casa da moça. Chegado a data marcada, uma comissão presidida pelo tio paterno do jovem, mais dois membros seniores da família, e o pretendente da moça, nesse caso Xibindza, se deslocariam a casa da menina. Chegados no local seriam recebidos com vénia, enquanto os anfitriões esperam ansiosamente pelo anúncio do motivo da visita, embora estivessem informados. Numa formalidade tipicamente tradicional, os visitantes anunciam o motivo da visita e solicitam uma lista na qual constarão os artigos e produtos necessários, normalmente impostos pela família da moça, como condição para a

realização do evento. Nessa lista, normalmente inclui-se a menção do valor monetário necessário, em dinheiro físico a ser pago à família da noiva, referente ao “preço da noiva”.

Depois do encontro interfamiliar, a família da moça fica a elaborar a lista dos artigos a serem trazidos pela família do jovem no dia da realização do *lobolo*, que basicamente incluem vestes completas para a noiva (incluindo um anel, brincos, um colar, tudo de ouro, incluindo pulseiras), vestes completas para os pais dela e por vezes para o tio paterno mais velho, um *mukhumi*³, uma garrafa de vinho branco, cinco litros de vinho tinto, incluindo outras bebidas, e o dinheiro físico. Importa referir que os artigos/produtos exigidos, incluindo o valor monetário, podem variar de uma família para outra, em função do consenso alcançado entre os membros sêniores de cada família. Há famílias que podem exigir mais e outras menos. De qualquer das formas, depois de elaborada, a lista é encaminhada à família do jovem e com consentimento de ambas famílias marca-se a data da realização da cerimónia.

Em posse da lista, o candidato à matrimónio, coadjuvado pelos pais e os demais familiares inicia com a aquisição dos produtos solicitados, os quais vão sendo reunidos até satisfazer as exigências da lista. Por outro lado, a família da noiva também vai se preparando para permitir que na data do evento os visitantes, incluindo o próprio noivo, se sintam bem recebidos, num ambiente festivo e de confraternização.

Na data de realização do evento, uma comissão presidida pelo tio mais velho do noivo e três membros sêniores da família, que podem ser do sexo feminino ou não, seguem para a casa da moça, levando consigo todos os produtos mencionados na lista, incluindo o dinheiro. Na casa da noiva, local onde será realizada a cerimónia, os familiares dela se encontram reunidos, aguardando pela chegada dos representantes do

³ *Mukhumi*: lençol resultante da compilação de duas *capulanas*.

futuro esposo. É importante salientar que, normalmente, o candidato não faz parte da comissão, fica em casa e só segue para o local depois de serem cumpridas todas as formalidades tradicionais que permeiam o *lobolo* propriamente dito, pelos mais velhos, e depois de retornados à casa.

Chegados à casa da noiva, os visitantes são recebidos igualmente por uma comissão instituída para o efeito, que vai cantarolando canções tradicionais de boas-vindas. Em seguida, são convidados a entrar e, após um discurso introdutório de boas-vindas proferido em língua local, é dado por iniciado o *lobolo* propriamente dito. A meio de um vasto conjunto de procedimentos e formalidades tradicionais, que incluem *kuphalha*⁴, faz-se a entrega dos artigos trazidos pela família do noivo à família da moça (conferidos um por um), incluindo o valor monetário (em dinheiro físico) solicitado.

Veste-se a noiva com as vestimentas trazidas (incluindo o anel, brincos, colar e as pulseiras), normalmente pela irmã do noivo, que em princípio deve fazer parte da comissão visitante. No mesmo momento, os pais da noiva, incluindo todos os outros membros que tiveram o privilégio de receber alguma vestimenta, também se vestem das roupas recebidas. Na sequência dessa etapa, várias “brincadeiras” típicas do momento são desencadeadas pela família anfitriã para animar o evento. Entre elas incluem condicionar à um pagamento adicional em valor monetário simbólico, para os visitantes verem a noiva vestida. Depois de cumpridas todas as formalidades tradicionais, seguidas de um breve momento de confraternização, os visitantes se despedem e retornam à casa, com a sensação de missão cumprida. Assim, dá-se como terminada a parte tradicional e mais importante do *lobolo*, restando apenas o momento da festa que envolve o protagonista principal do evento, o noivo.

⁴ *Kuphalha*: invocação e conversa com espíritos de antepassados, visando comunicar algo importante ou pedir proteção sobre alguma situação ou evento específico.

Ao fim do dia, acompanhado de amigos e outros convidados (normalmente do escalão da juventude), o noivo se dirige para a casa da noiva vestido formalmente, levando consigo um buquê de flores e um bolo (dependendo das condições sociais existentes na região – rural ou urbana – onde o evento é realizado). Chegados ao local são recebidos por um grupo feminino liderado pela noiva, composto por suas convidadas e familiares, num ambiente festivo, acompanhado de cânticos tradicionais locais. Nesse momento inicia-se a festa, que segue até a hora que se achar conveniente, cujo término anuncia a consumação do matrimônio – *lobolo*. Daí em diante, o noivo passa a ser reconhecido pela família da noiva como legítimo esposo e vice-versa, com direito de passar a morar junto dela onde acharem conveniente⁵.

Importa referir que a celebração deste tipo de matrimônio pela maioria dos membros da sociedade da região sul de Moçambique prevalece até aos momentos atuais, independentemente do *status* socioeconômico, nível de escolaridade, etnia e raça, e atualmente esta prática coexiste com as outras modalidades de matrimônio, originariamente ocidentais. Segundo Santana (2009, p. 84), o *lobolo* constitui uma prática cultural que representa um acordo realizado entre dois grupos familiares sob jurisdição dos chefes de ambas linhagens, de modo que não se trata apenas de uma simples forma de matrimônio.

No seu livro intitulado *O casamento do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais*, Granjo (2004) afirma que o carácter coletivo da aliança estabelecida no *lobolo* é passível de ser apropriado como um contrato pessoal entre um indivíduo e um grupo, com consequências ao nível simbólico e das relações de poder, remetendo à dependência e ao cumprimento de obrigações. Além da legitimação

⁵ Para quem se interessar em aprofundar o assunto [*lobolo*] recomenda-se que cf. Granja (2004): *O casamento do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais*.

conjugal, o autor prossegue, esta forma de matrimônio tem a função de controle da descendência, a dignificação das partes envolvidas e a domesticação do aleatório através da ação dos antepassados, de tal modo que as representações sociais subjacentes à esta prática possam a ser re-apropriadas para expressar e resolver preocupações conjugais marcadamente inovadoras. Nesta mesma direção, Thomaz (2012) salienta que o valor a ser pago à família da noiva não constitui, necessariamente, “preço da noiva”, mas sim e sobretudo a garantia da descendência patrilinear efetuada através de rituais que permitem estabelecer uma relação simbólica e de familiaridade entre as partes envolvidas, incluindo os antepassados dos noivos, dado que esta aliança não é tomada como assunto que apenas diz respeito aos vivos.

Com a celebração do *lobolo*, a mulher torna-se esposa de um determinado indivíduo e membro da família do marido e, como tal, recomenda-se que passe a se identificar com tal, mais do que com a sua própria família. Assim, em situações de desentendimento entre o casal, a mulher perde autonomia de decidir seu retorno à casa dos seus pais sem prévia deliberação explícita do marido ou da família dele.

A importância, o sentido e o significado conferidos a esta forma particular de matrimônio, enquanto prática cultural que agrega crenças, valores, normas e ideologias, contribui para a moldagem da estrutura de pensamento coletivo naquela sociedade. A despeito do seu carácter remuneratório, por um lado, o *lobolo* pode ser visto como uma forma de manter o *status quo* das relações de poder sustentadas numa masculinidade hegemônica; por outro lado, pode ser entendido como um mecanismo de perpetuação das ideologias patriarcais, culturalmente presentes na região sul do país e assentes num modelo sócio-cultural que fomenta desigualdades de gênero.

O fato de a mulher ser *lobolada* pode deixá-la, de alguma forma, com a sensação de propriedade ou “objeto” privado do marido, podendo comprometer a sua autonomia

como esposa e como mulher, e colocá-la numa situação de submissão. De outra forma, pode levar o homem a se sentir no direito de impor sua masculinidade, como se se tratasse de proprietário dela, em virtude do “pagamento” efetuado pela sua família para tê-la como esposa. Em última análise, com a realização do *lobolo* pode se gerar uma situação de dominação do homem sobre a mulher e ocasionar focos de violência perpetrada pelo homem contra a mulher, submissa, passiva e incapaz de reagir, tolerando subjugações psicologicamente nocivas à sua saúde, como acontece com várias mulheres.

No decurso deste capítulo destacou-se o fato de a violência conjugal contra a mulher ser um fenômeno que sofre transformações ao longo do tempo, em função de cada época sóciohistórica e cultural. Enfatizou-se também o fato de a identificação e nomeação de determinadas práticas como violência variar de uma sociedade para outra, em decorrência dos valores sócio culturais localmente vigentes.

Enquanto objeto psicossocial, a violência conjugal contra a mulher decorre da relação entre sujeitos que carregam consigo as marcas do seu grupo de pertença, como tal, ela influencia na forma como estes pensam, agem e constroem sua própria realidade social. Desse ponto de vista, é coerente afirmar que esta forma de violência agrega simultaneamente elementos sociais e psicológicos, razão pela qual foi adotada uma perspectiva psicossocial – Teoria das Representações Sociais – para o seu estudo, a qual será introduzida a seguir.

TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Nesta seção será introduzida a Teoria das Representações Sociais (TRS), que abarca um vasto campo de estudos psicossociológicos. Nela, será feita uma breve abordagem sobre os fundamentos epistemológicos da teoria, porém antes, será apresentado um breve percurso histórico da psicologia social, da qual se inscreve a perspectiva psicossocial ora em pauta. Aqui, serão inclusos os mecanismos que levaram a ressignificação da noção de representações coletivas em representações sociais, por Serge Moscovici, processo que culminou com o enquadramento da psicologia social na área das ciências sociais.

Adiante aborda-se a noção de representações sociais com ênfase no seu caráter híbrido, que lhe confere o estatuto de fenômeno e conceito, simultaneamente. Na mesma direção examina-se a estrutura, processo e conteúdo das representações sociais, enfatizando-se os dois processos que estão na base da sua gênese: objetivação e ancoragem. Por fim, são introduzidas as três abordagens teóricas que resultaram do desdobramento da TRS ao longo do seu desenvolvimento, nomeadamente: abordagens processual, societal e estrutural.

Do social ao psicossocial

A psicologia social, enquanto disciplina, situa-se na intercepção entre o social e o psicológico, ou entre o individual e o coletivo. Ela dedica-se ao estudo das relações que os indivíduos mantêm entre si e sua sociedade ou cultura (Arruda, 2009; Ferreira, 2010), sendo que no binômio indivíduo-sociedade o primeiro é tanto um agente de mudança na sociedade, quanto um produto dessa mesma sociedade (Farr, 2013).

Historicamente, esta disciplina tem suas origens na Europa, entretanto, após a II Guerra Mundial, teve seu desenvolvimento nos Estados Unidos da América – EUA onde

iniciou como uma subdisciplina da sociologia com George Mead e, mais tarde, da psicologia (Farr, 2013). Esta migração levou que, com o passar do tempo, esta disciplina se afastasse do seu foco epistêmico e desviasse suas atenções para processos moleculares, passando, assim, a se preocupar progressivamente com o sujeito privado e adotando características individualistas ao se focalizar cada vez mais no estudo de processos intra-individuais (Ferreira, 2010), particularmente nos EUA (Farr, 2013; Moscovici, 2003, 2012a). Tal desvio resultou também em programas de pesquisa nos quais atitudes, cognição, percepção, emoções, representações e outros fenômenos psicossociais fossem unicamente considerados no nível de análise individual (Jovchelovitch, 2011).

A respeito do desvio epistemológico da psicologia social ora mencionado, Farr (2013) afirma que a adoção desse caminho gerou uma série de questionamentos sobre os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam as práticas científicas desta jovem disciplina. Esses questionamentos, de acordo com Palmonari e Cerrato (2011), inauguram uma época de crise dentro dos circuitos da psicologia social, cujo período coincidiu com a queda do paradigma behaviorista na psicologia e com o subsequente surgimento do paradigma cognitivista, baseado na busca de coerência como o cerne do comportamento humano.

Psicólogos sociais europeus, como por exemplo, Serge Moscovici, Henri Tajfel e outros, comprometidos com uma psicologia social dos saberes, que não se limitasse unicamente em níveis moleculares de análise, mas que desse também a devida atenção e importância à relação entre os fenômenos psicológicos e o contexto social – a dialética entre o sujeito singular e o mundo social – considerando as dimensões social, histórica, política e cultural que compõem esse contexto, iniciaram um projeto com objetivos claros de edificar uma verdadeira perspectiva psicossocial da psicologia social (Jovchelovitch, 2011).

Nesse processo, decidiu-se que a perspectiva da psicologia social que se pretendia construir não devia estar voltada apenas para a psicologia como sua área de base, mas também para a sociologia para que ela se tornasse efetivamente uma psicologia social dos saberes quotidianos (Arruda, 2009; Farr, 2013; Palmonari & Cerrato, 2011), conforme inicialmente proposto por Wundt na sua *Volkerpsychologie* (Farr, 2013). Nesse sentido, a psicologia social devia se posicionar entre o nível de análise individual – tradicionalmente concebido como psicológico – e o nível de análise de sociedade – da sociologia e antropologia, pois é a partir daí que esta disciplina é considerada uma ciência social (Doise, 2002; Palmonari & Cerrato, 2011).

Movido por essa visão, Moscovici desenvolveu a Teoria das Representações Sociais (Farr, 2013; Palmonari & Cerrato, 2011), cuja pesquisa seminal centrava-se sobre como um sistema de saber - no caso a Psicanálise – se transforma à medida que se desloca do seu contexto de produção e penetra diferentes ambientes sociais (Jovchelovitch, 2011).

A partir dos fundamentos psicossociais implantados por Serge Moscovici e mediante a ênfase dada – ao indivíduo, à sociedade, ou mesmo a ambos – no estudo dos fenômenos psicossociais passou-se a defender a existência de duas perspectivas dentro desta disciplina: psicologia social psicológica – com predomínio nos Estados Unidos da América – e psicologia social sociológica, – nascida e desenvolvida no solo europeu (Farr, 2013; Ferreira, 2010; Moscovici, 2012a). Entretanto, cabe salientar que embora esta última seja apelidada de psicologia social sociológica, ela não se limita apenas no estudo do social, mas também do psicológico, o que lhe confere, portanto, o estatuto de perspectiva psicossocial.

Uma das diferenças entre as duas perspectivas – psicologia social psicológica e psicologia social sociológica - seria a concepção e o lugar do social. Para a tradição predominante nos EUA, o grupo, por exemplo, constitui um mero agregado de indivíduos,

o que Farr (2013) denomina de individualização do social. Já na tradição europeia, o grupo implica interdependência, dinâmica interna – homeostase e interação – um sistema vivo feito de forças interativas que buscam um equilíbrio (Arruda, 2009).

De acordo com seus fundamentos epistemológicos, a Teoria das Representações Sociais (TRS) inscreve-se na psicologia social sociológica e surge para resgatar o estudo dos processos socioculturais, considerando que, por um lado, o indivíduo não é um ser isolado, porém um sujeito ativo na sociedade ou grupo onde se encontra inserido, participando ativamente na construção da sua própria realidade social, que acontece atravessada por um fluxo de afetos, imaginários, estilos cognitivos e se configura por meio de processos que, sendo sociais, são ao mesmo tempo psicológicos (Arruda, 2009; Jodelet, 2009; Jovchelovitch, 2011). O indivíduo pensa, portanto, atravessado pelo seu meio social e carregando no seu pensar a marca do seu grupo que incide sobre a sua experiência, suas aspirações, seus valores, sua identidade, sua história e sua posição sociocultural (Arruda, 2009, Almeida, 2009b).

Por outro lado, a sociedade não é um mero agregado de indivíduos, mas antes um conjunto de símbolos, sentidos e significações que se encontram inter-permeados e que compõem uma matriz representacional construída na tríade dialética sujeito - outro – objeto, que por meio desta dialética o primeiro interpreta e esboça significados sobre o mundo em contextos e tempos definidos (Jovchelovitch, 2011, 2013). Na mesma direção, Doise (2002, p. 28) acrescenta que “as produções culturais e ideológicas, características de uma sociedade ou de certos grupos, não somente dão significação aos comportamentos dos indivíduos, como também criam ou dão suporte às diferenciações sociais em nome de princípios gerais”.

Entretanto, é importante destacar que a dicotomia supostamente existente na psicologia social e propalada por alguns psicólogos sociais, respondia à uma época

histórica específica desta disciplina, uma fase da sua reestruturação logo após a crise registada nos meados do século XX. Sua descrição neste trabalho, portanto, tem somente propósitos de contextualização para permitir que o leitor compreenda a evolução histórica desta disciplina que encerra um longo passado, porém uma curta história. Ainda que nos momentos atuais psicólogos sociais se identifiquem com uma ou outra perspectiva, é consensual o fato de a psicologia social situar-se na fronteira entre o indivíduo e a sociedade, englobando-os, dado que o psicológico e o social se inter-permeiam e coexistem no tempo e espaço, de tal forma que nenhum deles isoladamente comporia cabalmente a memória coletiva de qualquer sociedade humana.

Esta teoria encontra em Durkheim um dos seus ancestrais (Costa & Almeida, 1999; Farr, 2013; Jovchelovitch, 2011) e começou a ser desenvolvida na Europa, concretamente no início da segunda metade do século XX, período no qual a psicologia social enfrentava uma crise de identidade (Farr, 2013; Palmonari & Cerrato, 2011). Outros autores, além de Durkheim – como Lévy Bruhl, Piaget, Vygotsky e Freud – também deram contribuições significativas para que Serge Moscovici edificasse a TRS, tal como é conhecida hoje.

No esforço de estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma, Durkheim separou radicalmente as representações individuais das representações coletivas (Costa & Almeida, 1999; Farr, 2013; Moscovici, 2003, 2012b). Apoiando-se ao pressuposto teórico segundo o qual “o social é irreduzível ao individual” e, logo, “as representações coletivas seriam irreduzíveis às representações individuais”, Durkheim sugeriu que as primeiras deviam pertencer ao campo da sociologia, enquanto que as segundas no campo da psicologia (Farr, 2013; Moscovici, 2003, 2012b). Ao introduzir o conceito de representações coletivas como conceito-chave da sua sociologia, embasada na matriz social do pensar e do saber, Durkheim procurava compreender a formação de crenças,

sentimentos, rituais e o papel destes na sustentação da ordem social. Para este autor, estes elementos simbólicos eram, portanto, homogeneamente compartilhados por uma sociedade (Jovchelovitch, 2011).

Durkheim entendia que as representações coletivas eram formas estáveis de compreensão coletiva da realidade social, pressupondo que elas possuíam um caráter fixo, estático e homogêneo em nível da sociedade, algo típico de sociedades menos complexas (Moscovici, 2003, 2012a; Jovchelovitch, 2011). Para ele, o substrato das representações individuais era a consciência própria de cada um, sendo, portanto, subjetiva, flutuante e perigosa à ordem social. Por outro lado, o substrato das representações coletivas era a sociedade em sua totalidade e, por isso, seria impessoal e ao mesmo tempo permanente, garantindo, assim, a ligação necessária entre os indivíduos e, conseqüentemente, a harmonia da sociedade (Costa & Almeida, 1999).

Entretanto, interessado em compreender como ocorre a dinâmica social mediada pelas interações interpessoais e grupais e como os indivíduos constroem sua própria realidade social, Moscovici resgata da sociologia o termo representações coletivas, reformulando-o para representações sociais e o ressignifica, inserindo-o no campo da psicologia social (Farr, 2013), para designar fenômenos sociais múltiplos (Sá, 1996), símbolos construídos coletivamente de forma compartilhada por uma sociedade (Jovchelovitch, 2013), conteúdo do pensamento quotidiano (Moscovici, 2003, 2012a), formas de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada (Jodelet, 2001).

Serge Moscovici estava interessado em explorar a diversidade de ideias verificadas nas sociedades modernas que se refletem em heterogeneidade de representações e que se caracterizam pelo seu pluralismo, dinamismo e rapidez com que as mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais ocorrem (Farr, 2013; Jodelet, 2009). Em vez de representações coletivas, Moscovici preferiu o termo 'social' com o

qual pretendia enfatizar a qualidade dinâmica das representações, contra o caráter estático e fixo que elas tinham na teoria de Durkheim. Portanto, interessava à Moscovici compreender a relação entre indivíduo e seu meio social, isto é, como o social interfere na elaboração das representações sociais dos indivíduos e como estas interferem na elaboração das representações sociais do grupo a que pertencem (Costa & Almeida, 1999). Deste ponto de vista, pode-se afirmar que em Moscovici encontram-se conceitos importantes, que funcionam como princípios gerais e que oferecem uma estrutura de análise capaz de explicar o processo de construção do pensamento social com base nas representações sociais (Almeida, 2009a).

Fenômeno e conceito

Ao ressignificar o termo representações coletivas em representações sociais, Moscovici (2012b) já referenciava o fato de o último termo constituir um fenômeno e um conceito, simultaneamente. Nesta mesma direção, Sá (1996, 2002) pontua que o termo representações sociais designa tanto fenômenos sociais múltiplos, quanto o conceito que os engloba, sendo que a teoria que se propõe a explicá-los define um vasto campo de estudos psicossociológicos.

Moscovici (2012a, 2012b) esclarece que enquanto fenômeno, as representações sociais são entendidas como entidades quase tangíveis que circulam, se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, dos gestos e dos encontros no universo cotidiano. Por um lado, elas correspondem à substância simbólica que entra na elaboração das interações sociais; por outro, estruturam as práticas que produzem tal substância. Na mesma direção, Jovchelovitch (2011) acrescenta que elas referem-se precisamente a um conjunto de regularidades empíricas correspondentes a ideias, valores e práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos, bem como sobre processos sociais e comunicativos que os produzem e reproduzem.

Para explicar a relevância de estudar as representações sociais no contexto das sociedades atuais, Jodelet (2001) afirma que enquanto fenômeno, estudar as representações sociais de um objeto implica adentrar no universo simbólico dos que as constroem e considerar o contexto sócio histórico e cultural onde são produzidas, visto que elas possuem uma relação de simbolização com seu objeto, substituindo-o e, também, uma relação de interpretação, conferindo-lhe significações. Portanto, elas devem ser estudadas, prossegue a autora, articulando elementos afetivos, psicológicos e sociais, e integrando, ao lado da cognição da linguagem e da comunicação, as relações sociais que afetam tais representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas intervirão.

Segundo Moscovici (2003, 2012a), não existe representação fora de um contexto social. Como tal contexto é dinâmico, a representação de um objeto nunca é acabada, porém uma construção mental que é construída e reconstruída dentro de um ambiente carregado de valores, crenças, normas e ideologias, de tal modo que sua elaboração ocorre mediante a atividade simbólica do sujeito que percebe o seu ambiente, tomando como base a sua história e sua experiência.

Na sua abordagem sobre a definição do conceito de representação social, Moscovici (1978) admite que a definição da noção de representação social é tão complexa, tanto quanto é sua apreensão, visto que se por um lado é um fenômeno passível de observação e identificação, por outro, o conceito escapa a sua apreensão. Este autor justifica a sua posição em dois pontos: primeiro, porque é um conceito híbrido, sua origem epistemológica está vinculada tanto à sociologia, quanto à psicologia, o que permite concluir que se trata de um conceito psicossocial; segundo, porque permite articular conceitos de outras áreas e criar interfaces com abordagens teóricas de outras áreas de conhecimento, o que leva à conclusão que se trata de um conceito multidisciplinar, capaz

de ter utilidade em todas as áreas das ciências sociais e humanas. Na mesma direção Jodelet (2001; p. 07) afirma:

a noção de representações sociais tem vocação para interessar todas as ciências sociais e humanas, na medida em que é encontrada em operação na sociologia, antropologia e história estudada em suas relações com a ideologia, com os sistemas simbólicos e com as atitudes sociais que refletem as mentalidades.

Moscovici (2003, 2012a) admitiu humildemente a imensa dificuldade de sistematizar uma definição, que delimitasse e englobasse a dimensão real do conceito de representação social. Ainda assim, este autor conceitua as representações sociais como o conteúdo do pensamento quotidiano, conjunto de ideias que dá coerência às nossas crenças religiosas, políticas e sociais, e às conexões que as pessoas criam espontaneamente, tornando possível, portanto, classificar objetos, comparar e explicar comportamentos, e objetivá-los como parte do nosso contexto social.

Por outro lado, as representações sociais são definidas como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborado e compartilhado, que tem um objetivo prático e que concorre para a construção de uma realidade comum à um conjunto social” (Jodelet, 2001, pp. 4-5). Elas constituem, prossegue a autora, sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros, orientando e organizando as condutas e as comunicações sociais. Igualmente designadas saber do senso comum ou saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento distingue-se, dentre outros, do conhecimento científico e são tidas como um objeto de estudo tão legítimo quanto o conhecimento científico, por sua importância na vida social, pelos esclarecimentos que trazem acerca dos processos cognitivos e interações sociais.

As representações sociais constituem, portanto, a maneira pela qual os indivíduos pensam o quotidiano, estruturando-se como conjunto de imagens dotado de um sistema

de referência que permite aos indivíduos mapear a realidade social e a ela dar sentido mediante uma atividade mental. Elas forjam, portanto, as evidências da realidade consensual e ajudam na construção social da realidade (Costa & Almeida, 1999). Constituem sistemas de interpretação que regem nossa relação com mundo e com os outros, orientando e organizando as nossas condutas e as comunicações sociais, e intervindo em diversos processos, como a difusão e assimilação dos conhecimentos, no desenvolvimento individual e coletivo, na definição das identidades pessoais e sociais, na expressão dos grupos e nas transformações sociais (Jodelet, 2001). Do ponto de vista psicossocial, as representações sociais trazem para o registro do cotidiano: relações, concepções, crenças, imagens e afetos que a sociedade abriga e veicula por períodos curtos, médios ou longos, vertendo-os na construção desse cotidiano (Arruda, 2009).

Toda a representação social é sempre uma representação de alguma coisa – objeto – e de alguém – sujeito (Jodelet, 2001). Segundo esta autora,

“representar algo ou auto representar-se corresponde a um ato de pensamento pelo qual o sujeito se relaciona com um objeto. Este último pode ser tanto uma pessoa, um evento material, psíquico ou social, um fenômeno natural, uma ideia, uma teoria etc.; ou pode ser tanto real quanto imaginário ou mítico, mas sempre requerer um objeto” (p. 05).

Moscovici (2003, 2012a) afirma que as representações são sociais pelo fato de serem um fenômeno psicológico, de três maneiras: i) possuem um aspeto impessoal, no sentido de pertencer a todos; ii) são a representação de outros, pertencentes a outras pessoas ou a outro grupo; e iii) são uma representação pessoal, percebida afetivamente como pertencente ao ego. Enquanto fenômenos cognitivos, salienta Jodelet (2001), as representações sociais associam o pertencimento social dos indivíduos às implicações afetivas e normativas, às interiorizações das experiências, das práticas, dos modelos de

conduta e de pensamento, socialmente inculcados ou transmitidos pela comunicação social que aí estão ligados. Seu denominador comum, segundo Wagner (2000), é elas serem socialmente elaboradas e coletivamente compartilhadas.

A Teoria

Através do seu estudo *La psychanalyse, son image et son public* publicado em obra impressa pela primeira vez em 1961, Moscovici introduziu na psicologia social a abordagem psicossocial, que ganhou corpo na forma de Teoria das Representações Sociais. Movido pelo interesse inicial de compreender como os indivíduos constroem a sua própria realidade social; e como um dado conhecimento migra do seu contexto de produção para outro domínio, este autor jogou todos os dados necessários, através da teoria ora mencionada, para o estudo do pensamento social de forma holística (Arruda, 2009; Costa & Almeida, 1999; Moscovici, 2003, 2012a; Palmonari & Cerrato, 2011; Sá, 2000). Esta teoria constitui, portanto, uma “obra-prima” de Serge Moscovici e passou a ser amplamente usada na psicologia, sociologia, antropologia, ciências da saúde, educação, entre outras áreas.

Na sua incursão em busca de construir uma perspectiva psicossocial, Moscovici (2012b) concebeu os conceitos *Universo Reificado* (UR) e *Universo Consensual* (UC), para explicar o processo de transformação de um conhecimento de um determinado domínio – no caso do domínio científico – para o senso comum. Segundo o autor, o universo reificado refere-se à construções lógicas e sistemáticas que normalmente sustentam o pensamento, o discurso e o conhecimento científico. Por sua vez, o universo consensual designa valores, opiniões, ideias e crenças que compõem a vida quotidiana e que sustentam o conhecimento do senso comum.

No universo consensual encontra-se um ser humano, que pensa, sente e reage e nele a sociedade é vista como um grupo de pessoas livres e iguais, de modo que cada um fala em nome do grupo, em nome do “Nós”. Nesse universo, cada um se comporta como um “doutor” amador e, desse modo, opiniões e pontos de vista são sustentados por uma cumplicidade linguística. Essas conversações são mutuamente aceitas e ganham reconhecimento e validade entre os que as praticam, ao longo do tempo, visto que compartilham-se ideias e imagens consideradas verdadeiras. O universo consensual constitui-se, portanto, em representações sociais que restauram os objetos, os interesses e os valores dos indivíduos. Enquanto que no universo reificado a sociedade é povoada por entidades sólidas, invariáveis e indiferentes a individualidade, por isso não possuem identidade. O Nós, nesse caso o grupo, é substituído pelo Eu, sendo que a sociedade é vista como um sistema onde as pessoas ocupam diferentes papéis e classes. Desse modo, a competência e o mérito determinam o lugar de cada um (Almeida, 2009b; Arruda, 2002; Jodelet, 2001).

A propósito do processo de passagem de um conhecimento de um determinado contexto para outro, Arruda (2009) afirma que a passagem de um saber do seu próprio domínio – no caso do domínio científico – para o mundo das conversações entre os leigos é um fenômeno psicossocial, que envolve a mobilização tanto de elementos psicológicos, quanto de conteúdo social. Esse processo ocorre, de acordo com Palmonari e Cerrato (2011), mediante a construção de representações sociais que nutrem os saberes do senso comum.

Além de oferecer um passo em frente aos conceitos tracionais da psicologia social, a TRS rompe com o individualismo teórico (Guareschi & Jovchelovitch, 2013) e recoloca nos espaços constitutivos da teoria e do método em psicologia social um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criadora e

transformadora dos sujeitos sociais (Jovchelovitch, 2013). Em vez de considerar o indivíduo como o único centro possível na análise dos processos psicossociais, esta teoria considera que o social, enquanto totalidade, produz fenômenos psicossociais que possuem uma lógica diferente da lógica individual (Guareschi & Jovchelovitch, 2013), constituindo-se, portanto, em uma abordagem de aliança situada entre a psicologia e outras ciências sociais, como a sociologia e a antropologia (Arruda, 2009).

Nesse sentido, verifica-se que há uma relação indissociável entre o todo e suas partes, entre o universal e o particular, entre a unidade e a totalidade (Guareschi & Jovchelovitch, 2013), que de forma intercambiável se circunscreve em uma realidade social concreta (Jodelet, 2009), tomando como elementos constitutivos dessa realidade a história e a sociedade, e dissolvendo-se, assim, as dicotomias entre indivíduo - sociedade, sujeito - objeto (Arruda, 2009), estímulo - resposta, mundo interno - mundo externo ao indivíduo (Moscovici, 2012b; Trindade, Santos & Almeida, 2011), e posicionando-as como dois lados de uma mesma moeda que, no entanto, são coadjuvantes.

Esta teoria busca, portanto, tanto dentro da psicologia, quanto fora dela as possibilidades de reconstrução teórica, epistemológica e metodológica a que se propõe, tornando-se tanto uma teoria específica da psicologia social, quanto um empreendimento interdisciplinar (Guareschi & Jovchelovitch, 2013). Enquanto abordagem psicossociológica da psicologia social esta teoria possui, segundo estes autores, um diferencial que se constitui em algo inovador:

1) contrariamente à epistemologia do sujeito isolado do objeto, ela agrega os dois centrando seu olhar em ambos. Ao agrega-los fica-se diante de um sujeito que, através da sua atividade estabelece uma relação com o objeto, construindo continuamente tanto o mundo onde ele está inserido, quanto a si próprio enquanto ator social;

2) estabelece uma síntese teórica entre fenômenos que, em nível da realidade, estão ligados, como é o caso da dimensão cognitiva, afetiva e social. As representações sociais, enquanto fenômeno, dizem respeito à construção de saberes sociais, envolvendo a cognição e estando o caráter simbólico e imaginativo desses saberes impregnado da dimensão afetiva. A construção da significação simbólica desses saberes expressa-se, simultaneamente, como um ato de conhecimento - cognição - e um ato de afeto, circunscrito em uma realidade social concreta;

3) nessa síntese teórica entre fenômenos acima apontada, segundo Trindade, Santos e Almeida (2011), são redimensionados conceitos tradicionalmente consolidados na psicologia social - imagem, opinião, atitude, valores, crenças e normas sociais – adotando uma perspectiva epistemológica que rompe com as dicotomias clássicas.

Portanto, a TRS assume as representações e a comunicação como seu centro porque aspira elucidar os elos que unem a psicologia humana com as questões sociais e culturais contemporâneas (Moscovici, 2003, 2012a), além disso, a comunicação apresenta um peso na troca e confronto de ideias que viabilizam a produção de representações sociais (Arruda, 2009).

Estrutura, processo e conteúdo

No âmbito de sua teoria, ao se referir à dinâmica das representações sociais, Moscovici (1978) referencia a necessidade de se considerar a comunicação no processo de construção de uma representação social. Nessa discussão, o autor pontua que uma representação é estruturada em três dimensões intercambiáveis: imagem, informação e atitude. Para o autor, toda representação é constituída de uma imagem que expressa o objeto representado; uma atitude que corresponde à orientação favorável ou desfavorável em relação ao objeto representado (expressando uma escolha baseada na experiência, nos

valores e crenças do indivíduo); e uma informação que se relaciona à organização do conhecimento que o sujeito possui a respeito do objeto representado.

Moscovici destaca ainda que cada representação possui uma estrutura que apresenta duas faces, de modo que pode ser comparada a uma folha de papel: uma face imagética e outra simbólica. Cada imagem transporta consigo um sentido e cada sentido uma imagem, num processo psicossocial intercambiável e indissociável (Moscovici, 2012b). Nesse sentido, é possível concluir que nenhuma dessas faces isoladamente estruturaria uma representação. Pensando nessa perspectiva, pode-se considerar, segundo Jodelet (2001) e Wagner (2000), que uma representação social é também como uma moeda em cujos lados estão o processo e o produto. Portanto, por um lado está o *processo* – aspectos constituintes – de comunicação em desenvolvimento nos grupos sociais e, por outro lado, o *produto* – conteúdo – da atividade de apropriação da realidade exterior ao pensamento e da elaboração psicológica e social da realidade.

Como conteúdo concreto do ato do pensar, escreve Jodelet (2001), as representações são impregnadas da marca do sujeito ou grupo social que a produz e são constituídas mediante um conteúdo sócio histórico e cultural (valores, crenças, atitudes, ideias, opiniões, imagens), resultante dos saberes adquiridos no decurso das interações interpessoais, grupais e sociais.

A ocorrência das RS nos grupos e sociedades mediante um discurso social compartilhado, que inclui a comunicação interativa de pontos de vista tanto consensuais, quanto divergentes, prescreve-as também, como processo com finalidade eminentemente prática (Moscovici, 2003, 2012a; Wagner, 2000). Esse processo de elaboração do conhecimento do senso comum, no entanto, raramente surge sem necessidade prática, implicando em uma mudança nas condições de vida dentro da sociedade, que resulta de

uma reelaboração e modificação da concepção dos objetos sociais (Jodelet, 2001; Wagner, 2000).

Entendidas como processo, dois mecanismos estão na gênese da construção das representações sociais que orientam a forma como as pessoas transformam um saber do seu meio particular em representação social: *objetivação* e *ancoragem* (Almeida, 2009b; Almeida, Santos, & Trindade, 2011). Estes processos estão no centro do olhar epistêmico que as representações conferem aos sujeitos para apreenderem o mundo e esboçar sentido e significado sobre a realidade a sua volta.

A objetivação consiste em tornar concreto aquilo que é abstrato, transformando um conceito em imagem mediante a retirada dos mesmos do seu quadro conceitual. Trata-se de privilegiar certas informações em detrimento de outras, simplificando-as, dissociando-as do seu contexto original de produção e associando-as ao contexto de conhecimento imagético do sujeito ou grupo. Refere-se à materialização de conceitos abstratos em realidades concretas, reprodução de um conceito em imagem até que tal imagem se converta num elemento da realidade (Trindade, Santos & Almeida, 2011; Moscovici, 2012a).

A ancoragem corresponde à incorporação ou à assimilação de novos elementos de um objeto em um sistema de categorias que são familiares e funcionais aos indivíduos, e que lhes são facilmente disponíveis na memória. Ela permite integrar o objeto de representação em um sistema de valores próprio aos indivíduos, denominando e classificando-o em função dos laços que esse objeto mantém com sua inserção social. Assim, um novo objeto é ancorado quando ele passa a fazer parte de um sistema de categorias já existentes, mediante alguns ajustes (Almeida, 2009b; Almeida, Santos, & Trindade, 2011; Jodelet, 2001; Moscovici, 2003, 2012a). Refere-se ao processo pelo qual um objeto antes percebido como novo, desconhecido, é amparado e incorporado ao

sistema sóciocognitivo – aos conhecimentos e as práticas anteriores – já conhecidos, deixando o seu estatuto de desconhecido e passando a ser familiar. Nesse sentido, a ancoragem toma a forma de tornar familiar, o que é não-familiar (Campos, 2003).

Estes dois processos [objetivação e ancoragem] permitem abordar as representações sociais sob diferentes níveis de complexidade, considerando simultaneamente o seu carácter concreto e abstrato, incluindo seu conteúdo ou elementos, os quais têm um estatuto misto de percepto e conceito (Jodelet, 2001).

Desdobramentos da Teoria das Representações Sociais

O estudo sobre representações sociais iniciado por Moscovici na década de 1960 culminou com a construção da Teoria das Representações Sociais, que define um vasto campo de estudos psicossociológicos. Durante o seu desenvolvimento esta teoria teve seus desdobramentos a partir de contribuições de seus colaboradores e suas respectivas abordagens teóricas que hoje se constituem em campos de estudo das representações sociais, as quais citam-se: abordagem processual, abordagem estrutural e abordagem societal.

A *abordagem processual*, também designada abordagem genética ou dinâmica, preocupa-se centralmente com a construção da representação social, sua gênese, seus processos de elaboração e trabalha com os aspectos constituintes da representação – informações, imagens, crenças, valores, opiniões, ideias – que norteiam os estudos vinculados à esta linha de pesquisa. Esta abordagem é assumida como base neste estudo e é encabeçada por Denise Jodelet, que constitui a maior divulgadora e sistematizadora da TRS, e sua abordagem aproxima-se da perspectiva moscoviciana, que é a original. Por causa de esta abordagem advogar o estudo das representações sociais tendo como base a

realidade e as práticas sociais, decorrentes de um contexto sócio cultural determinado, é considerada culturalista (Arruda, 2002).

A *abordagem societal* foi liderada por Willem Doise, na Universidade de Genebra, onde desenvolveu seus estudos. Esta abordagem enfatiza uma perspectiva mais sociológica das representações, buscando articular a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações. Isso significa conectar o individual ao coletivo, buscando a articulação de explicações de ordem individual com explicações de ordem societal (Almeida, 2009a). Dito de outra forma, esta abordagem entende as representações sociais como princípios orientadores nas tomadas de posições, que contribuem para a organização das relações simbólicas entre os individuais e grupos e são reguladas num nível mais amplo dos sistemas sociais (Doise, 2002). Este autor propõe a existência de quatro níveis de análise: i) intra-individual, refere-se ao modo pelo qual os indivíduos organizam suas experiências junto do seu meio; ii) inter-individual e/ou situacional, que busca explicações dos sistemas de interações e dinâmicas sociais e funciona de forma intercambiável; iii) posicional, que leva em consideração as diferentes posições que os atores sociais ocupam nas relações sociais, típicas de uma sociedade e analisa como suas posições modulam os processos do primeiro e segundo níveis; iv) ideológico, que analisa os sistemas de valores, crenças, representações, avaliações e normas sociais, que conferem significado ao comportamento dos indivíduos.

Doise (2002) advogando a abordagem societal, propõe que as representações sociais sejam estudadas considerando três fases: a primeira recomenda considerar o campo comum das representações sociais; a segunda recomenda os princípios organizadores das variações individuais presentes dentro do campo comum, dado que as representações são produzidas na interface entre o psicológico e o social; e a terceira sugere o estudo da ancoragens de tais variações.

Abordagem estrutural das representações sociais

Esta abordagem enfatiza a estrutura e organização interna das representações sociais. Foi proposta pela primeira vez em 1976, por Jean-Claude Abric, da *Université de Provence*, em sua tese de *doctorat d'Etat* defendida em Paris/França, sob a orientação de Serge Moscovici. Segundo esta abordagem, as representações sociais são, por um lado, e ao mesmo tempo estáveis e móveis, rígidas e flexíveis, por outro, são consensuais e marcadas por divergências, por diferenças interindividuais (Sá, 1996, 2002). A semelhança da abordagem processual, esta abordagem também é assumida como base no presente estudo.

Esta abordagem tem como epicentro a Teoria do Núcleo Central, que defende que uma representação social é um conjunto organizado de informações, crenças, valores, atitudes e opiniões; é um sistema sociocognitivo interno duplo composto por dois sistemas: um *sistema central* (núcleo central), que unifica e dá sentido ao conjunto de uma representação e um *sistema periférico*, constituído de seus elementos que lhe dão certa flexibilidade. Portanto, o núcleo central é composto de conteúdo do imaginário social – da memória coletiva –, enquanto que as produções locais, atuais e mais vivas compõem o sistema periférico (Abric, 2000, 2003; Sá, 1996, 2002).

O núcleo central possui as seguintes características: i) é marcado pelo imaginário social/memória coletiva, refletindo as condições sócio históricas e culturais do grupo; ii) constitui a base comum, consensual e coletivamente partilhada das representações, definindo a homogeneidade do grupo; iii) é estável, coerente e resistente a mudanças, assegurando assim a continuidade e a permanência das representações; iv) é relativamente pouco sensível ao contexto social e material imediato no qual a representação se manifesta. A função do núcleo central é gerar o significado básico da representação e

determinar a organização global de todos os elementos. Portanto, o núcleo central assegura três funções essenciais: o significado das representações (função geradora); a organização interna (função organizadora); e sua estabilidade (função estabilizadora) (Abric, 2000, 2003).

O sistema periférico, por sua vez, provê a interface entre a realidade social concreta e o núcleo central, possuindo as seguintes características: i) permite a integração das histórias e experiências individuais; ii) suporta a heterogeneidade e as contradições do grupo; iii) é evolutivo, flexível e sensível ao contexto imediato. As funções deste sistema, portanto, podem ser resumidas em cinco essenciais: concretização, regulação, prescrição do comportamento, proteção do núcleo central e personalização (individualização da representação social) (Abric, 2000, 2003; Sá, 1996).

Enquanto um sistema de interpretação da realidade que rege as relações entre os indivíduos e entre estes com seu meio físico e social, determinando, assim, os seus comportamentos e suas práticas, as representações sociais respondem a quatro funções: de saber, identitária, de orientação e justificadora (Abric, 2000, 2003).

Função de saber

A função de saber permite compreender e explicar a realidade física e social. Portanto, as representações sociais permitem que os atores sociais adquiram conhecimentos e os integrem em um quadro inteligível para eles próprios mediante seu funcionamento cognitivo, seus valores, sua experiência, e sua inserção social e histórico-cultural. Além disso, elas permitem definir um quadro de referência comum que viabiliza as trocas sociais (Almeida, 2001).

Função identitária

Definir a identidade e permitir a proteção das especificidades dos grupos constitui a função identitária das representações sociais. Elas permitem situar os indivíduos e os grupos dentro de um contexto social, viabilizando a instituição de uma identidade social dos indivíduos, compatível com o sistema de valores e normas social culturalmente determinados (Mugny & Carugati, 1985 citados por Abric, 2000).

A função identitária assegura, portanto, um lugar nos processos de comparação social para os indivíduos ou grupos, sendo que a referência às representações que definem as identidades de um grupo desempenhará um papel importante no controle social pela coletividade sobre cada um dos membros nos processos de socialização (Abric, 2000, 2003).

Função de orientação

Nesta função as representações sociais servem de guia dos comportamentos e as práticas sociais. Elas intervêm, portanto, na definição da finalidade da situação, determinando, *a priori*, o tipo de relações relevantes para o sujeito, inclusive em situações de resolução de tarefas e na definição do tipo de estratégia cognitiva a ser adotada. Além disso, constituem um sistema de antecipação e expectativas, servindo em situações reais, como meio de seleção e filtragem de informações e interpretações visando adequar esta realidade à representação. Por último, as representações, no seu papel prescritivo de comportamentos e práticas, define o que é lícito, tolerável ou inaceitável em determinado contexto social (Abric, 2000, 2003; Almeida, 2001).

Função justificadora

Nesta função as representações sociais permitem, *a posteriori*, justificar as tomadas de posição, dos comportamentos e das práticas. Nesse sentido, elas intervêm na

avaliação da ação, permitindo aos indivíduos explicar e justificar suas condutas em uma situação face aos seus pares, como ocorre, por exemplo, no contexto de grupo. Ela também preserva e justifica a diferenciação social, podendo estereotipar as relações entre os grupos, contribuir para a discriminação, ou para a manutenção da distância social entre os grupos (Almeida, 2001).

A pluralidade de métodos é uma das características das representações sociais. Cada uma das três abordagens acima descritas pode orientar para métodos diferentes, em função da natureza do problema e das características do objeto a ser estudado. Sá (1998) afirma que um aspecto em comum nas três abordagens é o fato de todas elas afirmarem a importância de se levar em conta as práticas de um dado conjunto social quando se pretende fazer uma pesquisa em representações sociais.

Uma pesquisa no campo das representações sociais pode enfatizar, portanto, os processos de construção da representação e sua gênese, incluindo seus conteúdos, vinculando-se assim à abordagem processual; pode focalizar a variação das representações mediante a inserção social dos indivíduos, isto é, tomando os determinantes sociais como fundamentais no processo de formação das representações, o que significa atrelar-se à abordagem societal; ou então pode buscar identificar a estrutura (organização interna) das representações, o que significa vincular-se a abordagem estrutural. Entretanto, importa referir que essas abordagens não funcionam, necessariamente, de forma dicotômica, complementam-se entre elas para dar corpo à TRS.

Foi referido acima o fato de a TRS constituir uma perspectiva psicossocial, que engloba tanto o social, quanto o psicológico no estudo dos fenômenos sociais, visto que ambos coexistem no espaço e no tempo. Além disso, destacou-se o fato de esta teoria, enquanto abordagem psicossocial, afirmar-se como uma perspectiva multidisciplinar, que

é usada em diversos campos de conhecimento, além da psicologia: sociologia, antropologia, história, educação, ciências da saúde, entre outras.

A seguir será apresentado o levantamento bibliográfico efetuado nas plataformas *PsycInfo*, *Web of Science* e *Google scholar*, de artigos científicos publicados nos últimos dez anos (2005-2014), sobre representações sociais e violência conjugal contra a mulher.

O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

A violência conjugal contra a mulher aparece na literatura muitas vezes nomeada como violência perpetrada pelo parceiro íntimo, ou violência de gênero/violência baseada no gênero, ou ainda violência marital. Mas também é possível encontrar nomeada como violência doméstica contra a mulher, ou simplesmente violência contra a mulher, sem a devida especificação do sujeito desta forma de prática. A dificuldade de se encontrar uma denominação única e consensual pode estar associada ao carácter multifacetado, multidimensional e multifatorial que esta forma de violência encerra, que acabam dificultando sua nomeação.

Para se ter noção da evolução das produções científicas sobre a violência contra a mulher, incluindo a violência conjugal, através de publicações em bases de dados internacionais, foi realizado um levantamento bibliográfico, abrangendo o período entre 2005 - 2014. Este trabalho foi realizado nos dias 10, 11 e 12 de agosto de 2015, e nas buscas efetuadas foram considerados artigos publicados em inglês, português, francês e espanhol.

A base de dados inicialmente selecionada foi a *PsycInfo*, uma plataforma de publicações tutelada pela APA (*American Psychological Association*), voltada principalmente para o campo da psicologia e que agrega diversos revistas científicas da

área. Depois de se fazer a pesquisa nesta base de dados, fez-se uma sistematização gráfica dos resultados obtidos com recurso ao Excel.

Num primeiro momento, tomando em consideração as diversas formas de denominação da violência conjugal contra a mulher na literatura, foram feitas buscas usando como descritores os seguintes termos, em inglês: *intimate partner violence*, *gender-based violence*, *gender violence*, *marital violence* e *violence against women*, buscados em qualquer campo do artigo (título, resumo, palavras-chave ou no interior do texto), com o intuito de captar o maior número de publicações possíveis sobre a temática. A opção de uso de descritores em inglês justifica-se no fato de a base de dados utilizada estar voltada para publicações em inglês, além de a maioria dos artigos científicos, independentemente da língua de publicação, possuírem o *abstract* em língua inglesa, muitas vezes considerada a “língua franca da ciência”. Além disso, foram considerados apenas artigos publicados em revistas regidas por revisão por pares.

Um total de 8.052 artigos publicados em diferentes revistas científicas indexadas na PsycInfo foram encontrados. A Figura 1 mostra as publicações dos últimos 10 anos abrangidos e é interessante notar que há um aumento cada vez mais crescente e progressivo de publicações sobre esta temática.

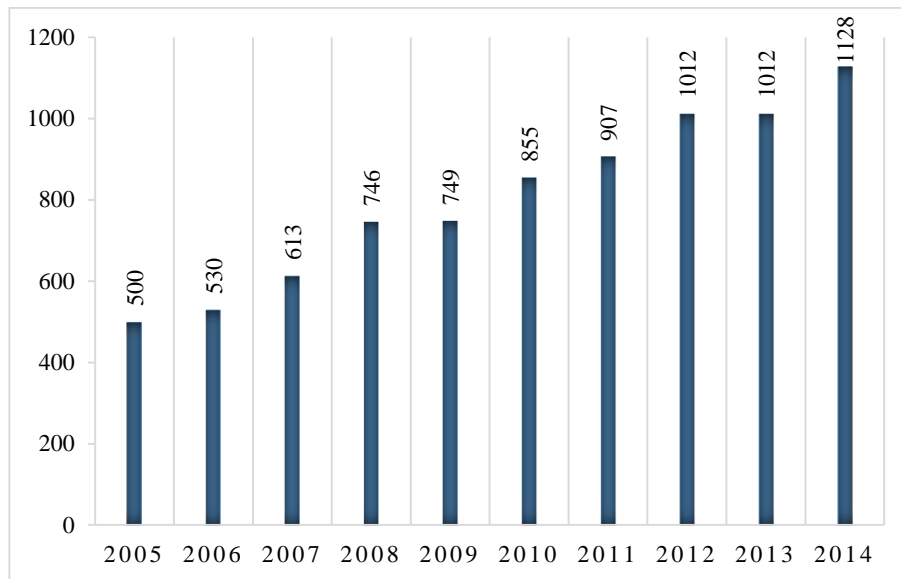


Figura 1. Número de artigos publicados por ano sobre violência contra a mulher, incluindo violência conjugal, na base de dados *PsycInfo*, no período entre 2005 – 2014.

Dos resultados obtidos nesta busca, mereceram destaque o método (tipo de estudo) usado nos artigos encontrados e as revistas nas quais os artigos foram publicados. As Tabelas 2 e 3 apresentam essas informações de forma sistematizada.

Tabela 2. Tipos de estudo dos artigos científicos sobre violência contra a mulher, resultantes das buscas efetuadas na *PsycInfo*, no período de 2005-2014.

Método (tipo de estudo)	Nº de artigos
Estudos empíricos	5.827
Estudos quantitativos	4.924
Entrevistas	1.718
Estudos qualitativos	1.155
Estudos longitudinais	755
Revisão de literatura	390
Estudos de acompanhamento	235
Grupo focal	206
Estudo prospectivo	206
Estudos retrospectivos	125
Revisão sistemática	99

É notável que a maioria dos artigos publicados nesta base de dados resulta de estudos empíricos e quantitativos, comparativamente aos estudos qualitativos e a revisão de literatura. Verifica-se também que o resultado da soma dos artigos na tabela acima é

superior ao número total de artigos (8.052) encontrados nesta base de dados. Isso se deve ao fato de um mesmo estudo comportar diferentes menções. Por exemplo, um estudo qualitativo pode comportar entrevista e grupo focal, ou um estudo empírico comporta estudo quantitativo e longitudinal.

Tabela 3. Tipos de revistas de publicação dos artigos científicos sobre violência contra a mulher, resultantes das buscas efetuadas na *PsycInfo*, no período de 2005-2014.

Revista (fonte)	Nº de artigos
Journal of Interpersonal Violence	1155
Journal of Violence Against Women	4031
Journal of Family Violence	1052
Journal of Violence and Victims	242
Journal of Aggression and Violent Behavior	109
Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma	107
Journal of Partner Abuse	1005
Journal of Child Abuse & Neglect	93
Journal of Women's Health	90
Journal of Sex Roles	89
American Journal of Public Health	79

Note-se que a revista *Journal of Violence Against Women* apresenta o maior número de publicações, seguida da *Journal of Interpersonal Violence*, a *Journal of Family Violence* e *Journal of Partner Abuse*.

Com o intuito de refinar as publicações sobre esta temática, restringindo a busca à estudos sobre violência contra a mulher, mas que se servem da Teoria das Representações Sociais como base teórica, uma segunda busca foi efetuada na mesma base de dados [*PsycInfo*]. Para o efeito, cada um dos descritores usados na primeira busca foi associado ao termo *social representation*, em alusão a teoria anteriormente mencionada. Nesta segunda busca, também foram considerados todos os outros critérios definidos na busca inicial.

A primeira associação de descritores efetuada – *social representation and intimate partner violence* – não se obteve nenhum resultado, portanto, nenhum artigo foi encontrado. A segunda associação – *social representation and gender-based violence* –

idem, o resultado foi nulo. Na terceira associação – *social representation and gender violence* – resultou num artigo publicado em francês, intitulado: *Les représentations sociales sur les violences conjugales: Des résistances bien partagées* (Houel, 2013). A quarta associação – *social representation and marital violence* – resultou também em um artigo, publicado em inglês: *Awareness and detection of the co-occurrence of interparental violence and child abuse: Child welfare worker's perspective* (Bourassa, Lavergne, Damant, Lessard & Turcotte, 2006). E a última associação efetuada – *social representation and domestic violence against women* – resultou em três artigos, todos publicados em português: *Violência doméstica contra a mulher: Realidades e representações sociais* (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012); *A questão do consenso nas representações sociais: Um estudo do medo entre adultos* (Roazzi, Federicci & Carvalho, 2012); e *Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar* (Almeida, Santos & Rossi, 2006).

É interessante notar que dos cinco artigos identificados nas buscas efetuadas associando cada um dos descritores ao termo *social representation*, apenas dois tratam efetivamente de representações sociais sobre violência doméstica contra a mulher (Annik, 2013; Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012) e os outros três (Almeida, Santos & Rossi, 2006; Bourassa, 2006; Oliveira, Chamon & Maurício, 2010) estão voltados para outros objetos de estudo, embora se sirvam das representações sociais como base teórica.

Um aspeto curioso foi o fato de ter sido encontrado um número insignificante de artigos, cujos estudos estão embasados na Teoria das Representações Sociais. Este cenário nos trouxe inquietações, principalmente pelo fato de a base de dados pesquisada estar estritamente voltada para a área de psicologia, incluindo a teoria em alusão. Entre as questões que foram levantadas em decorrência do insucesso registado, destacam-se: porque o número de publicações sobre representações sociais da violência contra a mulher

é tão insignificante nesta base de dados [*PsycInfo*]? Será que a Teoria das Representações Sociais não é muito usada no contexto americano, tendo em conta que esta base de dados é americana? Ou se deve ao fato de as publicações sobre violência contra a mulher, incluindo a violência conjugal, apoiados na TRS serem efetivamente escassas?

Dada a insatisfação tida nas buscas efetuadas na *PsycInfo*, especialmente em publicações relativas a representações sociais sobre violência contra a mulher, foi escolhida outra base de dados para se prosseguir com as buscas. Para o efeito, foi eleita a *Web of Science*, suportada pela plataforma eletrônica *Web of Knowledge*. Esta base de dados abrange áreas multidisciplinares, como ciências sociais e humanas. Além disso, ela comporta cinco outras bases de dados: *Science Citation Index Expanded* – 1945; *Social Sciences Citation Index* – 1956; *Arts & Humanities Citation Index* – 1975; *Conference Proceedings Citation Index - Science* – 1990; e *Conference Proceedings Citation Index - Social Science & Humanities* – 1990. É possível, a partir dos resultados (artigos) das buscas efetuadas nesta base de dados, construir tabelas e gráficos cronológicos que expressam a evolução das publicações, com recurso as ferramentas nela mesma disponíveis.

Para as buscas efetuadas nesta base de dados foram considerados os mesmos critérios definidos na primeira etapa da busca na base anterior. Idiomas: português, inglês, francês e espanhol; período: 2005-2014; campos de busca no artigo: título, resumo, palavras-chave e interior do texto; artigos publicados e revistas regidas por revisão por pares. Além disso, os descritores usados para se fazer a busca foram exatamente os mesmos: *intimate partner violence*, *gender-based violence*, *gender violence*, *marital violence* e *violence against women*. Portanto, nesta etapa não foi usado o termo *social representation*.

Um total de 8.070 artigos publicados na *Web of Science* foram encontrados. A Figura 2, mostra as publicações dos últimos 10 anos. É interessante notar que o número de artigos encontrados nesta busca é muito próximo dos encontrados na primeira etapa da busca na *PsycInfo* (8.052 artigos). É notável um crescimento progressivo das publicações sobre esta temática, o que significa que algumas áreas de conhecimento estão com os olhares voltados para este fenômeno, visando a sua compreensão e explicação.

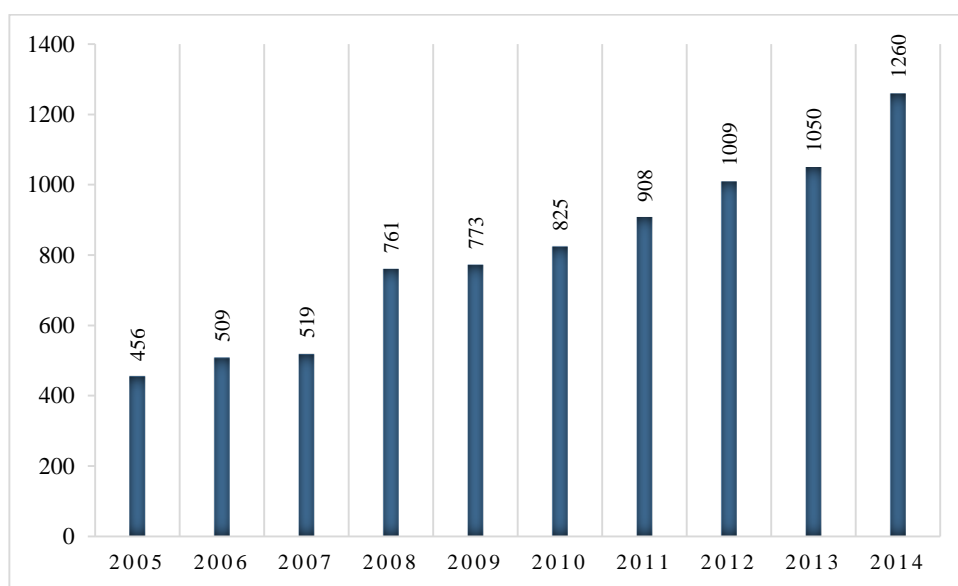


Figura 2. Número de artigos publicados por ano sobre violência contra a mulher, incluindo violência conjugal, na base de dados *Web of Science*, no período de 2005-2014.

Um olhar atento para a Figura 1 (resultante das buscas da *PsycInfo*) e a Figura 2 (*Web of Science*) é possível notar que ambas figuras apresentam gráficos que expressam um crescimento progressivo em número de artigos publicados por ano. Portanto, a medida que os anos vão passando no sentido 2005-2014, o número de artigos publicados por ano aumenta, demonstrando-se, aqui, uma preocupação cada vez mais maior em compreender os desdobramentos deste fenômeno.

É importante referir que a distribuição dos artigos nesta base de dados não segue a mesma lógica usada na *PsycInfo*. Enquanto na *PsycInfo* a psicologia é tratada como área de conhecimento, na *Web of Science* trata-se de um periódico voltado para publicações

da área de psicologia. Nesse sentido, nesta base de dados a psicologia apresenta o maior número de publicações sobre esta temática, destacando-se com 2530 artigos (31% do total de publicações encontradas), seguida da *Public Environmental and Occupational Health*, com 1383 artigos (17% do total), *Criminology penology* com 1118 artigos (14% do total) e *Family studies* com 1094 artigos (13,5% do total). Todavia, mereceu atenção também o fato de algumas revistas terem se destacado com maior número de publicações, encontrando-se na dianteira a *Journal of Interpersonal Violence*, com 374 artigos (4,6% do total da publicações encontradas), na sequência aparecem as revistas *Journal of Violence Against Women*, com 276 artigos (3,4% do total), *Journal of Journal of Family Violence*, com 219 artigos (3% do total) e *Journal of Violence and Victims*, com 114 artigos (1,4% do total de publicações encontradas).

Outra busca foi realizada nesta mesma base de dados, com o objetivo de refinar o número de artigos e restringi-los a publicações relativas à representações sociais sobre violência contra a mulher – incluindo a violência conjugal – para uma posterior análise. Esta busca cumpriu os mesmos critérios considerados nas buscas anteriores nesta base de dados, com exceção de duas diferenças: associação de cada um dos descritores usados nas buscas anteriores ao *social representation*; consideração de artigos que apresentassem os termos associados apenas no título, no resumo e nas palavras-chave.

Das diversas associações feitas, um total de 16 artigos foram encontrados. Destes, alguns deles (5) não se apoiavam nas representações sociais para o estudo dos fenômenos investigados, nem estudavam a violência conjugal contra a mulher como objeto de estudo, sendo que os termos social/sociais e/ou representação/representações apareciam de forma isolada e/ou dispersa. Dos que se serviam das representações sociais (11 artigos), alguns deles estudavam a violência praticada contra outros grupos-alvo (Araújo et al., 2012;

Galinkin, Almeida & Anchieta, 2012; Saraiva & Coutinho, 2012), e outros estudavam a violência em geral (Cavalcante & Minayo, 2009; Cojocariu & Beatrice, 2012).

Um aspecto também verificado (Hearn & McKie, 2010; Palazzesi, 2012) foi o uso do termo representações sociais sem, no entanto, fazer referência à TRS enquanto abordagem teórica que dá forma e define o campo de estudos das RS. Essas e outras particularidades acima mencionadas fizeram com que vários artigos fossem excluídos, tendo restado apenas seis que se enquadravam nos critérios previamente definidos, os quais, juntamente com outros encontrados na *PsycInfo*, foram objeto de análise.

Um aspecto verificado nas buscas efetuadas em ambas bases de dados (*PsycInfo* e *Web of Science*) foi a sobreposição dos artigos, incluindo das revistas científicas de publicação nelas indexadas. Portanto, vários artigos e revistas encontrados na *PsycInfo* são exatamente os mesmos encontrados na *Web of Science*, o que demonstra que os periódicos ou revistas indexadas na primeira base de dados são os mesmos indexados na segunda, o que significa que há partilha de conteúdo entre as duas bases de dados sobre esta temática. Todavia, a nossa inquietação a respeito dos resultados logrados, em termos de artigos voltados a representações sociais sobre a violência conjugal contra a mulher, ainda permanece. Entendemos que o número de publicações encontradas sobre esta temática, em ambas bases de dados pesquisadas é insignificante. Isso levou-nos a efetuar uma outra busca, desta vez na *Google scholar*, com o intuito de levantar artigos especificamente voltados para representações sociais e violência conjugal contra a mulher.

Para as buscas efetuadas no *Google scholar* foram considerados os mesmos procedimentos anteriormente definidos, com particular ênfase para o período de publicação (2005-2014), associação dos descritores anteriormente usados ao termo *social representation* e a busca de artigos que apresentassem os termos usados apenas no título,

no resumo e nas palavras-chave. Desta busca, um total de 39 artigos foram encontrados. No entanto, nem todos eles se apoiavam à TRS para o estudo dos diversos fenômenos discutidos por tais artigos, inclusive não eram todos que tinham como objeto de estudo a violência contra a mulher, nem especificamente a violência conjugal contra a mulher. Portanto, aqueles que não se apoiavam nas representações sociais (26 artigos) foram imediatamente afastados, dado que não cumpriam um dos critérios básicos de inclusão.

Além disso, havia sobreposição de alguns deles com outros encontrados nas buscas anteriores (na *Web of Science*). A Tabela 4 apresenta todos os artigos que se enquadravam nos critérios de inclusão para análise, encontrados nas três plataformas pesquisadas. Entretanto, no caso das últimas buscas (no *Google scholar*) foram considerados todos os artigos que se servem das representações sociais como base teórica, independentemente do objeto de estudo, apenas para fins ilustrativos.

Tabela 4. Artigos que se apoiaram nas representações sociais como base teórica, encontrados no levantamento efetuado nas plataformas *PsycInfo*, *Web of Science* e *Google scholar*, no período entre 2005-2014.

Ano	Autor	Área de conhecimento	Objeto de pesquisa	Sujeitos/participantes	Técnica de coleta e análise de dados	Base de dados		
						PsycInfo	Web of Science	Google scholar
1 2006	Almeida, Santos & Rossi	Psicologia	Violência intrafamiliar	Professores do ensino fundamental e médio	Questionário	X	X	
2 2006	Bourassa et al.	Psicologia	Violência interpessoal	Assistentes sociais	Entrevista semi-estruturada e NU*DIST	X	X	
3 2006	Cavalcante, Gomes & Minayo	Saúde coletiva	Violência sexual contra a mulher	Profissionais de saúde	Entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo.		X	X
4 2009	Koehler	Educação	Homofobia	Adolescentes, adultos e idosos	Entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo			X
5 2009	Junqueira & Campos	Psicologia	Violência doméstica contra crianças	Duas famílias	Entrevista estruturada e ALCESTE			X
6 2010	Cortez, Menandro & Souza	Psicologia	Violência de gênero/conjugal	Material textual de produções científicas	ALCESTE		X	

7	2010	Porto & Costa	Psicologia	Violência contra a mulher	Juízes	Análise de conteúdo de 15 sentenças		X	
8	2010	Santos et al.	Psicologia	Violência	Adolescentes	Entrevista estruturada e ALCESTE			X
9	2010	Oliveira, Chamon & Mauricio	Educação	Violência	Estudantes	Entrevista semi-estruturada e ALCESTE			X
10	2011	Ribeiro & Coutinho	Psicologia	Violência conjugal contra a mulher	Mulheres vítimas de violência	Entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo.		X	
11	2012	Fonseca, Ribeiro & Leal	Psicologia	Violência conjugal contra a mulher	Mulheres vítimas de violência	Entrevista semi-estruturada e análise de conteúdo.	X		
12	2012	Eulália, Oliveira & Eulália	Psicologia	Violência	Estudantes do ensino fundamental	Questionário de evocação e entrevistas semi-estruturada/Evoc e análise de conteúdo	X	X	
13	2012	Varela et al.	Saúde coletiva	Violência doméstica contra a mulher	Mulheres	Entrevista semi-estruturada e ALCEST.		X	X
14	2012	Galinkin, Almeida & Anchietá	Psicologia	Juventude e violência	Professores do ensino médio e policiais civis	Grupo focal e análise de conteúdo			X
15	2012	Costa & Fernandes	Psicologia	Amor e sexo	Adolescentes	Questionário de evocação			X
16	2012	Saraiva & Coutinho	Psicologia	Violência contra idosos	Documentos	Análise documental e ALCESTE			X
17	2012	Araújo et al.	Psicologia	Violência contra a pessoa idosa	Adolescentes	Questionário de evocação e entrevistas semi-estruturada e análise de conteúdo			X
18	2013	Houel	Psicologia	Violência doméstica	*	*	X	X	
19	2013	Ajaújo, Cruz & Rocha	Psicologia	Violência na velhice	Profissionais de saúde	Entrevista estruturada e ALCESTE			X
20	2013	Assis	Psicologia	Violência de gênero	Adolescentes	Questionário, letras de músicas e análise de conteúdo			X
21	2014	Costa, Lopes & Soares	Enfermagem	Violência contra a mulher	Gestores municipais e profissionais de saúde	Questionário de evocação e EVOC.		X	X

**O abstract não forneceu os sujeitos, nem a técnica de coleta e análise de dados.*

Os 21 artigos acima representam o que foi encontrado nas buscas efetuadas nas três plataformas pesquisadas, com particular ênfase para aqueles que se serviam das representações sociais como base teórica. No entanto, nem todos estes artigos se enquadram nos critérios de inclusão definidos para serem posteriormente analisados. Apenas foram considerados para análise os artigos voltados para representações sociais sobre violência contra a mulher, incluindo a violência conjugal.

A Tabela 4 mostra que foram selecionados para análise nove artigos (linhas 1, 3, 6, 7, 10, 11, 13, 20 e 21). Conforme se observa, alguns investigam a violência contra a mulher, outros especificamente a violência conjugal contra a mulher. Nestes artigos, é frequente o uso de questionários de evocação e/ou entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados, bem como a análise de conteúdo e dos *softwares* EVOC e/ou ALCESTE para a análise de dados.

Representações sociais e violência (conjugal) contra a mulher

Pode-se depreender, a partir das informações contidas na Tabela 4, que o método que acompanha qualquer tipo de problema cientificamente definido tem a ver, também, com a construção teórica desse problema. Se admitirmos que qualquer teoria representa um recorte arbitrário do pensamento humano sobre uma realidade extraordinariamente complexa, podemos perceber que dependendo desse recorte, que normalmente reflete um fenômeno ou conjunto de fenômenos – observáveis ou não –, pode-se determinar o método capaz de dar conta do problema de pesquisa que se pretende estudar, porém tomando em consideração, também, a natureza desse mesmo problema.

No caso específico da violência conjugal contra a mulher, enquanto fenômeno social que ocorre num contexto social ativo permeado pelas componentes social e individual, e a TRS, enquanto abordagem psicossocial que engloba ambas dimensões –

individual e social – a natureza de ambos [violência conjugal e TRS], no contexto deste estudo, sugere o uso da entrevista semi-estruturada e/ou questionário de evocação para a apreensão do fenômeno em alusão.

Dos nove artigos selecionados para análise, todos apoiados nas RS como base teórica, três foram desenvolvidos na área de saúde, entre eles dois na área de saúde coletiva: *Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil* (Cavalcante, Gomes & Minayo, 2006); *Representações sociais acerca da violência doméstica de mulheres moradoras da comunidade do Paranoá/Itapoã de Brasília – DF* (Varela et al., 2012) e um na enfermagem: *Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares* (Costa, Lopes & Soares, 2014). Os seis restantes foram desenvolvidos na área de psicologia: *Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa – PB* (Ribeiro & Coutinho, 2011); *Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais* (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012); *Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres* (Porto & Costa, 2010); *“Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes* (Assis, 2013); *Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar* (Almeida, Santos & Rossi, 2006) e *Representações sociais da violência de gênero/conjugal em estudos científicos* (Cortez, Menandro & Souza, 2010).

Estudos no campo da Psicologia

Publicado na área de psicologia, Fonseca, Ribeiro & Leal (2012) apresentam os resultados de um estudo intitulado *Violência doméstica contra a mulher: realidades e*

representações sociais, que objetivou verificar as representações sociais de mulheres que sofrem de violência pelos seus parceiros/cônjuges, buscando entender a subjetivação desta forma de prática, incluindo os prejuízos que ela causa a essas mulheres nas esferas social, psicológica e ocupacional. Neste estudo, os resultados das entrevistas realizadas com 12 mulheres mostram a recorrência desta forma de violência, que engloba a violência física, psicológica e emocional, que são alimentadas e toleradas pelas mulheres que fizeram parte deste estudo, resultando em auto culpa. O estudo evidencia que a violência psicológica se faz presente na forma de ameaças, privações, controle, humilhação e desprezo, que ocorrem *a priori* e com frequência, e perduram em todo ciclo de violência, muitas vezes mascarada na sua forma sutil, silenciosa, desgastante e comprometedora da saúde emocional das mulheres, colocando em risco o seu bem-estar. A frequência desta forma de prática, a desarmonia das mulheres e o carácter depreciativo do fenômeno são apontados como sendo os principais elementos da representação, que levavam à passividade, vergonha, decepção, auto culpa e sofrimento da mulher. Associado aos elementos da representação acima mencionados, encontram-se destacados, ainda, o *ciúme*, o *poder masculino* e a *submissão da mulher* como elementos ancorados às normas sociais, e que ao mesmo tempo foram relacionados às principais causas desta forma de violência. Na mesma direção, foram apontados o *trauma*, o *desamor* e a *insensibilidade*, como principais consequências. Esta forma de prática foi objetivada como inexplicável, destruidora da harmonia do casal e da convivência familiar, tendo também sido associada à tristeza, ao medo, à preocupação e ao sentimento de impotência.

Em outro trabalho da área de psicologia: *Representações sociais de mulheres vítimas de violência doméstica na cidade de João Pessoa – PB*, Ribeiro e Coutinho (2011) investigam as consequências psicossociais da violência sofrida pelas mulheres e as representações sociais que essas mulheres constroem acerca da violência e do agressor.

Um total de 16 mulheres, de 21 à 53 anos de idade, foram entrevistadas e o material processado por meio de análise de conteúdo. Os resultados deste estudo apontam a predominância da violência física, e o álcool e as drogas como motivadores desta forma de prática. A raiva, o medo, o sofrimento, a decepção e as relações de gênero baseadas em relações de poder apareceram como elementos das representações construídas e compartilhadas pelas participantes do estudo.

O agressor foi representado a partir de elementos negativos, com destaque ao carácter simbólico e/ou místico dos elementos negativos, referindo a um indivíduo desumano, potencialmente violento e “carente” de sensibilidade. Ainda, elementos de conotação afetiva fizeram emergir ideias como “*pai dos meus filhos*”, “*homem da minha vida*”, “*homem que amo*”, que demonstram a subestimação da violência sofrida e vivenciada e a sobrevalorização de aspetos afetivos. Um aspecto que merece destaque é o fato de, a semelhança do estudo anterior (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012), este estudo evidenciar também o silêncio e a passividade, implicados no carácter cíclico desta forma de violência, como elementos estruturantes destas ações. Além disso, merece atenção o fato de neste estudo emergir novamente o *ciúme* e o *poder masculino*, como elementos motivadores desta forma de prática, tal como verificado no estudo anteriormente analisado. As consequências da violência apontadas pelas participantes deste estudo foram extensivas à aspetos físicos (lesões corporais), emocionais (baixa autoestima, tristeza, angústia, isolamento, medo, traumas psicológicos) e sociais (falta de harmonia e desestruturação familiar). Estes resultados apresentam, portanto, semelhanças significativas com os resultados encontrados no estudo acima analisado.

Ainda na área de psicologia, outro trabalho – *Representações sociais da violência de gênero/conjugal em estudos científicos* – embasado na TRS foi desenvolvido por Cortez, Menandro e Souza (2010) e objetivou investigar as representações sociais

predominantes nas produções científicas, sobre violência em relacionamentos amorosos, no Simpósio Internacional Fazendo Gênero 5, 6, 7, e 8 (SIFG 5, SIFG 6, SIFG 7 e SIFG 8, respectivamente), por meio da análise dos resumos e textos de apresentação das sessões temáticas e de pôsteres disponibilizados nos *sites* de cada evento. Neste estudo, um total de 280 produções científicas em que a violência em relacionamentos amorosos era discutida ou citada, compôs o *corpus* analisado. O material coletado dessas produções foi submetido à análise com recurso ao *software* ALCESTE. Os resultados mostram a presença dos termos gênero, patriarcado, masculinidade, ideologia e história, como os elementos mais abordados nas produções científicas abrangidas, revelando as perspectivas adotadas pelos pesquisadores no estudo do fenômeno. Os resultados revelam, ainda, que na maioria dos textos analisados a violência aparece como uma prática caracteristicamente masculina, de modo que as abordagens sobre violência de gênero se encontram, na maioria dos casos, voltados à ação agressiva e violenta do homem *vs* à vulnerabilidade e fragilidade da mulher, favorecendo o propalado modelo “homem agressor, mulher vítima”. Portanto, os resultados deste estudo, mostram que nas produções analisadas a violência é representada como forma de afirmação da identidade masculina, uma forma de afirmar o “outro”, diferente da mulher. O poder masculino patente nos resultados deste estudo, também ficou marcado nos dois estudos anteriores (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Ribeiro & Coutinho, 2011).

Outro estudo que objetivou identificar as representações de juízes sobre a violência contra as mulheres, de forma a compreender como tais representações influenciam ou não nas sentenças por eles proferidas, foi desenvolvido por Porto e Costa (2010), intitulado *Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres* e enquadra-se também na área de psicologia. Neste estudo, foi realizada a análise de conteúdo de 15 sentenças proferidas entre setembro de 2006 e

agosto de 2007, primeiro ano de vigência da Lei Maria da Penha, numa cidade da região norte do Brasil. Os resultados apontam que a violência contra as mulheres é percebida pelos juízes como um elemento constitutivo das relações entre gêneros e, como tal, não constitutivo de crime, na medida em que esta forma de violência não se enquadra no estatuto jurídico, além de não oferecer perigo para as mulheres. O estudo mostra, ainda, que as sentenças proferidas pelos magistrados, pautadas em concepções e crenças pessoais, encontram-se associadas a valores patriarcais. Neste contexto, as mulheres continuam a ser tratadas como o “segundo sexo”, com a função de manter e preservar a família, mesmo que para tanto, elas sejam objeto da violência masculina.

Igualmente publicado na área de psicologia está o trabalho de Assis (2013): *“Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes*, que investigou as representações sociais de adolescentes sobre violência de gênero, seus fatores causais, de resolução e sua percepção na cultura mediática musical. Participaram deste estudo 1200 adolescentes, estudantes dos anos finais do ensino fundamental e médio do município de Cacoal-RO, com idades variando dos 12 e 17 anos, dos quais 660 mulheres e 540 homens. Os adolescentes responderam a um questionário sobre fatores causais e de tratamento da violência de gênero, incluindo letras de músicas que abordam esse fenômeno. O material coletado foi analisado por meio da análise de conteúdo. Os resultados deste estudo apontam como elementos geradores da violência, a falta de comunicação/diálogo, vícios em drogas e álcool, ciúmes, machismo, desigualdades de gênero e submissão das mulheres. Estes elementos foram organizados em categorias integradas em fatores interpessoais, que se referem à dinâmica e aos elementos intra e interpessoais do casal; fatores ambientais/sociais, referentes a aspectos contextuais imediatos e fatores culturais, referentes a elementos mediados pelo contexto social e histórico mais amplo. Este estudo conclui que parece haver reprodução

do discurso e prática hegemônicos de atribuição de causa, tanto na perspectiva de elementos geradores, quanto nos elementos de enfrentamento da violência de gênero. Além disso, parece haver migração do nível interpessoal para a busca de serviços e políticas públicas, além da necessidade de modificações amplas no nível cultural. Os resultados deste estudo vão ao encontro dos achados em alguns dos trabalhos anteriormente analisados (Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Porto & Costa, 2006; Ribeiro & Coutinho, 2011), nos quais apareceram também fatores intra e interpessoais e socioculturais.

O último trabalho da área de psicologia, intitulado *Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar*, foi desenvolvido por Almeida, Santos e Rossi (2006) e visou investigar as representações sociais de professores do ensino fundamental sobre a violência intrafamiliar. Um total de 94 professores de escolas públicas e privadas do Distrito Federal e de Goiás, todos graduandos em pedagogia, e com idades variando entre 19 e 49 anos, preencheram questionário e o material foi tratado por meio de análise de conteúdo. Os resultados apontam para uma relação contraditória entre preocupação, sentimentos e atitudes dos participantes sobre a violência intrafamiliar, de tal forma que suas representações sobre esta forma de violência são baseadas em significações construídas a partir das causas e sentimentos gerados em relação a este fenômeno. Nesse sentido, estes participantes passaram a considerar o poder da autoridade paterna, que confere aos pais o direito de educar seus filhos, de acordo com suas próprias convicções.

Estudos no campo da saúde

Ao tomarem como objeto de estudo a violência contra as mulheres, mais especificamente mulheres rurais, Costa, Lopes e Soares (2014), na área de enfermagem,

analisaram as representações sociais de gestores municipais, profissionais e trabalhadores de saúde sobre a violência contra as mulheres, em cenários rurais da metade sul do Rio Grande do Sul. Um questionário de evocação foi aplicado a 56 participantes e o material foi analisado com recurso ao *software* EVOC. Os resultados apontaram para o reconhecimento da violência contra as mulheres como “destino de gênero”, que induz ao consentimento, resignação, culpa e medo, resultando em naturalização e legitimação desta forma de prática. O estudo demonstrou, ainda, a presença de representações que orientam no sentido de uma associação da violência à assimetrias de poder, que justificam a sujeição feminina e legitimam atitudes relativas ao gênero, que cristalizam os papéis masculino e feminino como elementos de dominação entre os sexos. A violência foi vista por este grupo de mulheres como resultante dessa relação, que abre espaço para a sua aceitação social. Neste estudo, mereceu destaque o fato de a palavra *medo* emergir como um dos elementos de representação situados na região do núcleo central, sugerindo a expressão de uma posição sociocultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens e contribuindo, de alguma forma, para a naturalização desta forma de violência. Outros elementos situados na região do núcleo central que mereceram atenção são as palavras *álcool* e *desrespeito*, apontados como principais causas da violência. Estes elementos aparecem como mecanismos de justificação desta forma de prática, que contribui, sobremaneira, para a invisibilidade do fenômeno nas relações conjugais.

Na sequência está o trabalho da área de saúde coletiva, que tomou como objeto de estudo a violência sexual contra a mulher, num estudo desenvolvido por Cavalcante, Gomes e Minayo (2006). Este estudo buscava analisar as representações sociais de profissionais de saúde sobre a violência sexual contra a mulher. O estudo contou com a participação de 45 profissionais de saúde (médicos/as, psicólogos/as, enfermeiros/as, nutricionistas/as, assistentes sociais e odontólogos/as), que participavam do atendimento

pré-natal de mulheres grávidas, em três maternidades municipais no Rio de Janeiro. Foram realizadas entrevistas e o material submetido à análise de conteúdo temático. Os resultados apontam para três elementos de representação construídos pelos participantes sobre esta forma de violência: *sofrimento, distúrbios de comportamento e relações sexuais forçadas*. O estudo revelou também que uma reprodução cultural estereotipada vem solidificando percepções sexistas e reducionistas contra as mulheres, resultando na persistência de um padrão hegemônico de relações assimétricas que servem para explicar e fornecer subsídios para o conservadorismo.

Ficou evidente, a partir dos resultados deste estudo, que as representações destes profissionais encontram-se ancoradas nesse padrão hegemônico, que contribui para a legitimação e naturalização desta forma de ação, através da estruturação de relações assimétricas estabelecidas entre homens e mulheres, que perpetuam a desvalorização do feminino e sobrevalorização do masculino. Essas relações encontram-se permeadas, portanto, pela distribuição desigual do poder. Nesta mesma direção, os resultados destacam, ainda, a reafirmação da representação da sexualidade masculina através da naturalização da apropriação sexual e social do corpo feminino, que reforça a assimetria na esfera da sexualidade e promove a inibição do desejo feminino. Nesse sentido, a sexualidade masculina é vista como necessidade/impulso biológico instintivo, orientado para a sexualidade feminina, que conduz no sentido de legitimação da dominação, do controle e da violência sexual que ocorre nas relações conjugais.

O último estudo a ser analisado, desenvolvido na área de saúde coletiva, por Varela et al. (2012), teve como objetivo investigar as representações sociais de mulheres sobre a violência doméstica contra a mulher. Trinta (30) mulheres, todas maiores que 18 anos de idade, foram entrevistadas e o material submetido à análise com recurso ao *software* ALCESTE. Os resultados indicam que os elementos estruturantes das

representações sociais das mulheres são a *raiva*, *revolta*, *tristeza* e *sofrimento*. Outros elementos como a *vergonha* e o *medo de ser estigmatizada* emergiram nos resultados deste estudo associados às representações das mulheres entrevistadas. Este estudo, portanto, apresenta resultados que se assemelham a alguns dos estudos anteriormente descritos (Assis, 2013; Fonseca, Ribeiro & Leal, 2012; Porto & Costa, 2006; Ribeiro & Coutinho, 2011).

Embora os artigos analisados tenham como foco diversos objetos estudo, e tenham sido desenvolvidos em áreas diferentes (psicologia e saúde), foi notável a presença de elementos comuns nos seus resultados. No geral, verificou-se uma forte associação desta forma de violência a fatores socioculturais e sócio-normativas.

O capítulo a ser apresentado a seguir, diz respeito à pesquisa empírica. Nele serão descritas a metodologia adoptada no estudo realizado em Maputo, em seus dois eixos, bem como serão apresentados e discutidos os resultados obtidos. Ao final serão apresentadas as conclusões desta pesquisa.

CAPÍTULO II: A PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa realizada em Maputo, sobre violência conjugal contra a mulher, foi dividida em dois estudos. Esta divisão objetivou captar as diversas dimensões que esta forma de violência encerra, visto tratar-se de um fenômeno que agrega uma multiplicidade complexa de fatores. Portanto, estes estudos dão suporte empírico à este trabalho.

Com estes dois estudos buscou-se identificar o conteúdo, a estrutura e os processos de construção das representações sociais da violência conjugal, por mulheres que sofreram desta forma de violência. A análise de dados, a apresentação dos resultados e a respetiva discussão foram efetuadas cumprindo a mesma sequência.

Antes da apresentação dos dois estudos, foram definidos alguns pressupostos de base para orientar as reflexões deste trabalho, tendo em conta alguns estudos sobre violência contra a mulher realizados em países da África Sub-Sahariana (Callaghan, 2010; Cool, Flato & Kotsadam, 2015; Fontes & McCloskey, 2011; WHO, 2002, 2005, 2010), alguns dos quais em Moçambique (Arthur & Mejia, 2005; Osório et al., 2001; Romão et al., 2009; Vera Cruz, Domingos & Sabune, 2014; Zacarias et al., 2012). Estes estudos pressupõem que nas sociedades moçambicanas a violência conjugal contra a mulher está embasada em uma forma particular de conhecimento – conhecimento do senso comum – construído e compartilhado no contexto das relações sociais e conjugais. Esses saberes, expressos em forma de normas sociais, valores, crenças, atitudes e ideologias, articulam-se e sustentam as relações de gênero e o papel da mulher na sociedade moçambicana em geral e de Maputo em particular, orientando, assim, as práticas sociais.

Com as macro e micro-transformações (políticas, econômicas, sociais e culturais) resultantes da globalização e o subsequente advento e popularização dos meios de comunicação de massa (incluindo as redes sociais) na primeira década do presente século, romperam-se fronteiras, criando entrelaçamento de culturas e informações multiculturais foram veiculadas, principalmente nos últimos dez anos.

Nesse processo, outras formas de conhecimento antes não facilmente acessíveis ao cidadão comum, em Moçambique, foram disponibilizados, abrindo espaço para que algumas mulheres questionassem os valores socioculturais vigentes, incluindo o *status quo* das relações conjugais sustentadas por modelos culturais androcêntricos.

A medida que as mulheres se apercebem da existência de outras formas de construir e sustentar as relações conjugais, valores tradicionais (pessoais, grupais e/ou sociais) sustentados pelos saberes do universo consensual são cada vez mais questionados. Diante desse quadro, as mulheres se veem num cenário de conflito e tensão entre o novo conhecimento adquirido e suas crenças e valores tradicionais, colocando-as diante da incerteza de manter as relações conjugais violentas.

Expostos os pressupostos acima, na sequência, apresenta-se uma breve descrição do contexto onde foi realizada a pesquisa, seguido dos objetivos norteadores.

O contexto de pesquisa

Moçambique situa-se na costa oriental de África, na região da África Austral e é banhado pelo oceano Índico. Faz fronteira com a Tanzânia, a norte, o Malawi e a Zâmbia, a noroeste, o Zimbabwe, a oeste, a Suazilândia, a sudoeste e a África do Sul, a sul. Libertou-se do regime colonial português em 1975 e, enquanto República de Moçambique, administrativamente subdivide-se em 11 províncias, incluindo a capital do país, Maputo (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2014). Caracteriza-se como um país

multicultural, marcado por diversidades étnicas e linguísticas, incluindo raciais, fruto de povos árabes e portugueses que por lá passaram, não obstante o uso do português como língua oficial.

Atualmente o país possui uma população estimada em 25.041.922 habitantes, da qual 12.082.782 homens e 12.959.140 mulheres (51,75%). A estrutura etária da população é representada maioritariamente por jovens (INE, 2014). É um dos países menos desenvolvidos do mundo, com elevados índices de vulnerabilidade na área de educação, saúde, desenvolvimento econômico e social (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2013, 2014; UNICEF, 2010; Boom, 2011), que se refletem em maiores índices de analfabetismo, propensão a doenças endêmicas, baixo Produto Interno Bruto e baixa renda per-capita, respectivamente.

A pesquisa que dá corpo ao presente trabalho foi realizada na cidade de Maputo, capital e maior região urbana de Moçambique. O município de Maputo, que engloba a cidade em pauta, localiza-se no extremo sul do país, ocupando uma superfície de 347,69 km², com cerca de 1.225.868 habitantes, dos quais 590.224 homens e 635.644 mulheres (INE, 2014). Estes habitantes estão distribuídos por sete distritos municipais: KaMpfumo, KaLhamankulo, KaMaxakene, KaMavota, KaMbukuane, KaTembe e KaNyaka, e cerca de 63 bairros (Conselho Municipal de Maputo [CMM], 2013).

Nela encontra-se cerca de 40% de toda a população urbana do país e produz por volta de 20,2% do PIB Nacional. Entre os habitantes residentes na cidade de Maputo, o setor informal ocupa a maior força de trabalho, com 64,4% do total da população, seguido do setor privado formal, com 19,7% da população ocupada (CMM, 2013). Os índices de alfabetização da população do município ronda em 90,8% (INE, 2007).

Esta região administrativa é por excelência regida por um sistema de parentesco patrilinear e possui especificidades típicas que remetem a uma sociedade mais machista,

que fomenta relações de poder e desigualdades de gênero. O ambiente sociocultural vigente é predominantemente centrado no homem e na prática continuada do *lobolo*, que tende a “amarrar” as mulheres e os filhos à família alargada do marido (Tvedten, Paulo & Montserrat, 2008).

Maputo tornou-se um centro de convergência de pessoas provenientes dos diferentes pontos do país. Maior centro urbano do país, nela se encontra a maioria dos serviços essenciais e circula grande parte da economia. Dispõe das melhores infraestruturas e oferece as maiores oportunidade de emprego formal. Isso faz com que a capital reúna pessoas provenientes de todas as províncias do país, principalmente das províncias circunscritas à região sul do país – Inhambane, Gaza, incluindo a própria província de Maputo – que constituem a maioria dos residentes deste município.

Objetivos

Objetivo geral

- Compreender as representações sociais de mulheres sobre violência conjugal contra a mulher, construídas e compartilhadas no contexto das relações conjugais, evidenciando os processos psicossociais e culturais que possibilitam sua construção e os conteúdos que as compõem.

Objetivos específicos

- Identificar o conteúdo e a estrutura das representações sociais de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher;
- Levantar elementos socioculturais que ancoram as representações sociais de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher e as imagens em torno das quais tais representações se objetivam, nas relações conjugais;
- Comparar as representações de mulheres em união estável e de mulheres separadas, sobre a violência conjugal contra a mulher.

ESTUDO I: CONTEÚDO E A ESTRUTURA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este estudo objetivou identificar o conteúdo e a estrutura das representações sociais de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher. O estudo apoia-se na Teoria do Núcleo Central, inscrita na Abordagem Estrutural das representações sociais, cujo foco está voltado para a explicação da organização interna das representações sociais.

MÉTODO

Participantes

Fizeram parte deste estudo 120 mulheres, com idades compreendidas entre 18 e 49 anos, cuja média das idades é de 33,6 anos. Do total destas mulheres, a metade encontrava-se em união estável no momento de coleta de dados, enquanto que a outra metade encontrava-se separada dos cônjuges. As participantes foram selecionadas de dois grupos com características relativamente diferentes. Foi considerado grupo 1, aquele composto por mulheres em união estável e grupo 2, aquele cujas mulheres se encontravam separadas dos seus cônjuges no momento da pesquisa.

Tabela 5. Informações sócio-demográficas das participantes

Características Sócio-demográficas	Participantes (N = 120)				Total	
	União estável (n = 60)		Separadas (n = 60)			
Idade	F	%	F	%	F	%
18 – 24	18	30	9	15	27	45
25 – 30	16	27	17	28	33	55
31 – 36	5	8	9	15	14	23
37 – 42	10	17	6	10	16	27
43 – 49	11	18	19	32	30	50
Escolaridade						
Não alfabetizado	8	13	6	10	14	23
Primário	8	13	20	33	28	46
Secundário	21	35	16	27	37	62
Superior em curso	18	30	15	25	33	55
Superior completo	5	8	3	5	8	13
Tempo de união conjugal						
1 – 5	31	52	27	45	58	97
6 – 10	11	18	12	20	23	38
11 – 15	2	3	2	3	4	6
16 – 20	6	10	8	13	14	23
> 20	10	17	11	18	21	35
Religião						
Católica	24	40	24	40	48	80
Protestante	27	45	25	42	52	87
Muçulmana	1	2	1	2	2	4
Outras	8	13	10	17	18	30
Grupo étnico						
Ronga	32	53	25	42	57	95
Changana	11	18	12	20	23	38
Machope	17	28	23	38	40	66

Para a seleção do Grupo 1 (n = 60) foram usados os seguintes critérios de inclusão:

- ter sido vítima de violência conjugal;
- ter apresentado queixa após ter sofrido de violência e estar registrada no Gabinete de Atendimento a Famílias e Menores Vítimas de Violência Doméstica;
- morar com o cônjuge (agressor) que perpetró a violência.

Para o Grupo 2 (n = 60) os critérios de inclusão foram:

- ter sido vítima de violência conjugal;
- ter queixa apresentada após ter sido vítima e estar registrada no Gabinete de Atendimento a Famílias e Menores Vítimas de Violência Doméstica;
- estar separada do cônjuge (agressor), que perpetró a violência a pelo menos seis meses.

Tanto para o primeiro, quanto para o segundo grupo, a seleção foi feita mediante um levantamento efetuado nos livros de registo de entradas do Gabinete de Atendimento a Famílias e Menores vítimas de Violência Doméstica.

Instrumento

Para a coleta de dados foi usado um questionário de evocação, também denominado questionário de associação livre de palavras, que incluía dados sócio-demográficos (idade, escolaridade, estado civil, tempo de união conjugal, tempo de separação, religião e grupo étnico).

O questionário de evocação é um tipo de instrumento de coleta de dados aberto que se estrutura na evocação de respostas dadas a partir de um estímulo indutor, o qual permite colocar em evidência universos semânticos de palavras que se agrupam por determinadas categorias, permitindo, assim, a atualização de elementos implícitos ou latentes das representações, que seriam perdidos e/ou mascarados nas produções discursivas (Abric, 2001 citado por Paixão, 2008).

O termo indutor usado nesta pesquisa foi *violência conjugal contra a mulher*, o qual tinha sido previamente elaborado e que era equivalente ao objeto de representação investigado no presente estudo. Por meio da evocação, as participantes apresentavam cinco palavras (termos induzidos) que correspondiam aos elementos de representação do objeto de pesquisa deste estudo. Na sequência, foram feitas duas solicitações às participantes: 1) ordenar as palavras evocadas por ordem de importância; 2) justificar ou explicar o porquê da escolha de tal palavra como a mais importante.

Vários estudos que visavam identificar o conteúdo e a estrutura das representações sociais de diversos sujeitos sobre determinados objetos psicossociais (Almeida, Pacheco & Garcia, 2006; Almeida & Santos, 2011; Mauch, 2011; Almeida, 2009; Paixão, 2008;

Siqueira et al., 2014; Wachelke, 2008), como se propôs este estudo, também usaram o questionário de evocação, tendo se revelado um instrumento eficaz para a coleta de dados na pesquisa científica.

Procedimentos de coleta de dados

Os dados foram coletados por três auxiliares de pesquisa do sexo feminino⁶, que na época eram estudantes finalistas de psicologia na Universidade Eduardo Mondlane, localizada na cidade de Maputo, Moçambique, as quais foram previamente treinadas pelo pesquisador para a aplicação do questionário. As participantes foram contatadas pelas auxiliares de pesquisa a partir de registos extraídos nos Gabinetes de Atendimento a Famílias e Menores vítimas de Violência.

Foram selecionados os 120 registos mais recentes, incluindo os respetivos contatos telefônicos e, na sequência, contatadas telefonicamente. Nesse contato, as mulheres eram informadas sobre os motivos da ligação e perguntadas se ainda se encontravam em união estável ou separadas do cônjuge.

Independentemente da resposta fornecida (caso se enquadrassem nos critérios de inclusão previamente definidos), fazia-se a negociação sobre a sua participação no estudo e, nesse processo, caso ela se disponibilizasse para participar, agendava-se o horário e local de aplicação do questionário. Este exercício foi progressivamente efetuado até quando ficaram completos 60 questionários preenchidos por mulheres em união estável e outros 60 preenchidos por mulheres separadas, completando-se, assim, 120 participantes neste primeiro estudo.

⁶ Optou-se por auxiliares de pesquisa do sexo feminino, para permitir que as participantes se revissem nelas e se sentissem a vontade para falar sobre os meandros da violência sofrida.

As participantes respondiam ao questionário na presença das auxiliares de pesquisa, de forma que qualquer dúvida que tivessem com relação ao instrumento fossem imediatamente esclarecidas. No caso das participantes que não sabiam escrever, as respostas eram anotadas pelas auxiliares. Após a aplicação do questionário, cada participante era perguntada se estaria disponível para prestar entrevista (para o estudo II) em outro momento, caso mostrassem disponibilidade, deixava seu contato para posteriormente ser contatada. Isso foi feito para ambos grupos que fizeram parte do estudo. Antes da aplicação dos questionários, foi apresentado a cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e sua participação no estudo só ocorria mediante sua anuência e assinatura prévia do Termo.

Análise de dados

Os dados resultantes da aplicação do questionário de evocação foram submetidos a uma análise com recurso ao *software EVOC (Ensemble de Programmes Permettant l'Analyse des Évocations)*. Segundo Saraiva, Vieira & Coutinho (2011), o EVOC realiza um processamento computacional denominado de análise lexicográfica, que demonstra graficamente os prováveis elementos do núcleo central e do sistema periférico das representações sociais. Este tipo de análise, de acordo com Wachelke e Wolter (2011), também é designada análise prototípica ou de quatro casas, e constitui uma das técnicas de análise mais difundidas para a identificação da estrutura das representações sociais.

Segundo Vergès (1992 citado por Wachelke & Wolter, 2011), existem duas etapas para identificar a estrutura das representações sociais a partir de evocações: a primeira, designada análise prototípica, baseada no cálculo de frequências e ordem de importância de palavras; a segunda centrada na definição de categorias, englobando as evocações e avaliando suas frequências, composições e co-ocorrências. Neste estudo, optou-se pela primeira etapa.

O *software* EVOC permite identificar a organização interna das representações sociais em função de um duplo critério: frequência (f) e ordem média de importância (OMI). Quanto mais próxima a média estiver de 1, maior é o grau de importância da palavra evocada. O cruzamento destes dois critérios distribuídos em quatro quadrantes ($>f + <OMI$: prováveis elementos centrais; $>f + >OMI$ e $<f + <OMI$: prováveis elementos periféricos – periferia próxima; $<f + >OMI$, periferia distante) permite revelar os prováveis elementos centrais e periféricos de uma representação social (Almeida & Santos, 2011).

Nas análises realizadas pelo EVOC, no quadrante superior esquerdo (Q1) situam-se as palavras com maior frequência e maior ordem média de importância (prontamente evocadas); no quadrante superior direito (Q2) encontram-se palavras com maior frequência e menor ordem média de importância (tardamente evocadas); no quadrante inferior esquerdo (Q3), situam-se palavras com menor frequência e maior ordem de importância (prontamente evocadas); e por último, no quadrante inferior direito (Q4) encontram-se palavras com menor frequência e menor ordem de importância (tardamente evocadas).

As palavras que tiverem alta frequência e às quais as participantes atribuíram maior importância (prontamente evocadas) na definição do objeto de representação expressaram um sentido central, organizador da representação social (Abric, 2000, 2003). No entanto, este autor adverte que não há uma relação direta entre o núcleo central e a zona do núcleo na análise de quatro casas, sendo que apenas esta fornece hipóteses de centralidade que carecem de confirmação através de outras técnicas (teste de centralidade).

Para efeito das análises, foram construídos três bancos de dados: um para o conjunto de 120 participantes, independentemente da situação conjugal, e outros dois para

cada grupo de mulheres (n = 60 em cada grupo), incluindo as respectivas variáveis sócio-demográficas. Os três bancos foram gravadas no formato csv (separado por vírgulas), de modo a tornar possível as análises pelo EVOC.

Na sequência, efetuou-se uma análise exploratória, que visava verificar o comportamento ou tendência dos dados. Nesta etapa, mereceram atenção as palavras que possuíam o mesmo radical e encerravam semelhanças de conteúdo semântico. Essas palavras passaram pelo processo de *lematização* (homogeneização dos dados) para evitar maior dispersão. Nesse procedimento, palavras como submeter, submissa, submissão, por exemplo, foram homogeneizadas para submissão, que neste caso era a resposta mais frequente entre elas e que melhor traduzia a classe geral que refletia o que elas possuíam em comum.

Neste estudo, nas três análises realizadas separadamente pelo EVOC foi definida uma frequência mínima (ponto de corte) de 5, significando que todas as palavras com frequência < 5 foram excluídas do banco de dados. Após a exclusão das palavras com baixa frequência, calculou-se a frequência intermediária para cada análise, conforme proposto por Vergès (1992, citado por Wachelke & Wolter, 2011).

Depois das análises foi efetuado o teste de centralidade para as palavras que se encontravam situadas na zona do núcleo central, visando confirmar se efetivamente tais palavras fazem parte do núcleo central. Também foi efetuado o mesmo teste para os elementos encontrados nas periferias próximas, de forma a se aferir sua força em relação ao núcleo central. De acordo com Almeida e Santos (2011), a centralidade dos elementos das RS é passível de ser examinada comparando as respostas de evocação livre ao termo indutor (neste estudo *violência conjugal contra a mulher*) com a ordem de importância das evocações proposta pelos participantes. Essa comparação, segundo estas autoras, culmina com o cálculo do “índice de queda de frequência” com vista a verificar quais as

palavras são mais frequentes nas respostas dos participantes. Os elementos com menor índice de queda de frequência (25% e 30% máximo), são os que efetivamente pertencem ao núcleo central das RS do grupo em estudo.

Tal como no estudo sobre *Representações sociais masculinas de saúde e doença*, realizado pelas autoras acima citadas, no presente estudo, foram consideradas as palavras que apresentaram uma queda de frequência menor ou igual a 25%, como sendo os elementos que efetivamente compõem o núcleo central ou então, no caso das periferias próximas, tendem a ser incorporados no núcleo central das representações deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Lembramos que os resultados apresentados neste primeiro estudo são provenientes de três análises realizadas separadamente pelo EVOC: a primeira (n = 120) envolvia a junção de evocações de mulheres em união estável e de mulheres separadas, doravante denominado “grupo confundido”; a segunda (n = 60) realizada somente com evocações de mulheres em união estável; e a terceira (n = 60) apenas com evocações de mulheres separadas. Para todos os participantes o termo indutor usado foi *violência conjugal contra a mulher*.

Conteúdo e estrutura das representações de mulheres que sofrem de violência conjugal

Esta análise (N = 120) resultou em 649 palavras (total de evocações), das quais 80 diferentes. Após a exclusão das evocações com frequência < 5 (ponto de corte), o *corpus* resultou em 561 palavras (86,4% do *corpus* total). A média geral (ordem média de

importância das palavras evocadas) foi de 3, frequência mínima de 5 e frequência intermediária de 21. A Tabela 6 mostra os resultados desta análise.

Tabela 6. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor *violência conjugal contra a mulher*, pelo grupo confundido (N = 120).

OMI < 3				OMI ≥ 3			
	Palavra	f	OMI	Palavra	f	OMI	
Q1	Casamento	45	2,29	Dominação	29	3,52	Q2
	Ciúme	44	2,48	Falta	49	3,55	
	Família	52	2,35	Submissão	33	3,55	
	Humilhação	41	2,02	Álcool	36	3,44	
	Machismo	38	2,32				
	Sufrimento	43	2,19				
Q3	Agressão	18	2,07	Angústia	7	3,29	Q4
	Espancamento	13	2,77	Bater	7	3,86	
	Falta-de-diálogo	14	2,79	Desprezo	9	3,33	
				Discussão	8	3,63	
				Dor	10	4,00	
				Falta-de-consideração	11	3,73	
				Falta-de-respeito	7	4,00	
				Insultos	10	3,20	
				Medo	15	3,13	
				Raiva	8	3,88	
				Revolta	9	3,89	
				Tristeza	5	3,60	

No quadrante superior esquerdo (Q1), que representa a zona do núcleo central, encontram-se os termos *casamento*, *ciúme*, *família*, *humilhação*, *machismo* e *sofrimento*. Estas palavras constituem os prováveis elementos centrais das representações sociais deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher. Isso significa que o conhecimento compartilhado por estas mulheres é caracterizado por idealizar esta forma de violência como uma prática vinculada ao casamento e à família mas que, no entanto, é decorrente do ciúme e do machismo, perpassando por humilhações e causando sofrimento nas mulheres visadas.

Duas leituras são possíveis de serem feitas entre os elementos encontrados na zona do núcleo central desta análise. A primeira diz respeito a uma notável “contradição” existente entre estes elementos, estruturada em dois polos opostos: 1) por um lado, encontram-se os termos casamento, ciúme e família, demonstrando um compartilhamento

de valores entre este grupo de mulheres, que vincula esta forma de violência às duas importantes instituições sociais (casamento e família), mas também deixando patente que esta forma de prática é decorrente de ciúmes; 2) por outro, estão os elementos humilhação, machismo e sofrimento, que remetem a sentimentos gerados nas mulheres, decorrentes de atitudes e comportamentos machistas.

A segunda leitura que também é passível de ser feita destes prováveis elementos centrais, é a possibilidade desta representação estar estruturada em três eixos: o primeiro composto pelos elementos casamento e família, que expressa uma dimensão sociocultural (valores e normas sociais) e histórica desta representação; o segundo pelos elementos ciúme e machismo, que neste contexto podem ser entendidos como as principais causas desta forma de violência e, como tal, têm uma função justificadora, sugerindo uma representação centrada no agressor/cônjuge; o terceiro constituído pelos elementos humilhação e sofrimento, que remete à esfera sentimental desta representação, expressando uma ação do outro violento (a humilhação efetuada pelo cônjuge) e sua consequência sobre o sujeito que foi objeto desta ação violenta (o sofrimento da mulher agredida).

A periferia próxima, representada pelo quadrante superior direito (Q2) e pelo quadrante inferior esquerdo (Q3) mostra os termos dominação, falta, submissão, álcool, agressão, espancamento e falta-de-diálogo. Note-se que as palavras dominação e submissão, apesar de não estarem na zona do núcleo central encerram um significado relevante no contexto deste estudo, na medida em que apontam para uma forma de relações conjugais polarizadas (dominação - submissão), típicas de sociedades regidas por relações de poder e desigualdades de gênero. Também merece atenção a palavra “falta”, que mesmo estando ausente na zona do núcleo central, apresenta alta frequência (ainda que não prontamente evocada), sugerindo que a falta de algo (como amor, carinho,

respeito, consideração, valorização, diálogo, entendimento, etc) pode estar na base da ocorrência sistemática de violência nas relações conjugais destas participantes.

Ainda, entre os elementos da periferia próxima, é pertinente mencionar que os termos agressão e espancamento representam a violência física, enquanto o termo álcool, neste contexto, tem uma função justificadora, a mesma função expressa pelo termo ciúme, situado na zona do núcleo central.

Diante das leituras possíveis de serem feitas dos elementos centrais das representações destas mulheres, uma questão permanece em aberto: como estarão estruturadas as representações sobre esta forma de violência, caso as evocações dos dois grupos de mulheres (união estável e separadas) sejam analisadas separadamente, pelo EVOC? Qual das leituras previamente avançadas corresponderá à organização dos elementos centrais de cada um dos grupos, após a realização das análises? A resposta a estas questões ficará evidente nos resultados apresentados a seguir.

Conteúdo e estrutura das representações de mulheres que sofrem de violência conjugal e que se mantêm em união estável

O *corpus* formado pelas evocações desta análise (n = 60) resultou em 322 palavras (total de evocações), das quais 61 diferentes. A média geral foi de 3, que corresponde a ordem média de importância das palavras evocadas. Após a exclusão das palavras com frequência < 5 (ponto de corte), o *corpus* resultou em 260 palavras (80,7% do *corpus* total), sendo que a frequência mínima foi de 5 e a intermediária 14. A Tabela 7 apresenta os resultados desta análise.

As palavras com alta frequência e prontamente evocadas (maior ordem média de importância) pelos participantes na definição do objeto de representação expressam um sentido central, organizador e estabilizador da representação social do grupo (Abric,

2000, 2003; Sá, 1996, 2002). Essas palavras, normalmente situadas no quadrante superior esquerdo (Q1), segundo estes autores, possuem maior probabilidade de pertencerem ao núcleo central das representações sociais.

Tabela 7. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor *violência conjugal contra a mulher*, por mulheres em união estável (n = 60).

OMI < 3				OMI ≥ 3				
		Palavra	<i>F</i>	<i>OMI</i>	Palavra	<i>f</i>	<i>OMI</i>	
Q1	$f \geq 14$	Casamento	36	2,36	Falta	22	3,77	Q2
		Ciúme	31	2,26	Machismo	15	3,13	
		Família	39	2,15	Álcool	21	3,48	
Q3	$f < 14$	Agressão	9	2,44	Bater	7	3,14	Q4
		Dominação	11	2,36	Desprezo	8	4,37	
		Humilhação	8	2,13	Discussão	7	3,57	
		Medo	8	2,50	Dor	7	4,71	
		Sofrimento	7	2,00	Falta-de-respeito	5	3,20	
		Submissão	13	2,30	Insultos	6	4,33	

Observa-se que os termos *família*, *casamento* e *ciúme* estão situadas na zona do núcleo central e, como tal, são considerados como sendo os prováveis elementos do núcleo central. Estas palavras expressam, provavelmente, um sentido central das representações deste grupo amostral de mulheres. Todavia, Abric (2000, 2003) esclarece que não há uma relação direta entre o núcleo central e a zona do núcleo, de modo que os resultados dos quatro quadrantes provenientes das análises realizadas pelo EVOC, apenas fornecem hipóteses de centralidade que carecem de confirmação através de outras técnicas.

Para verificar se as palavras situadas na zona do núcleo central pertencem efetivamente ao núcleo central das RS deste grupo de mulheres, foi efetuado o Teste de Centralidade. Depois de efetuado o teste, os elementos que apresentaram menor índice de queda de frequência ($\leq 25\%$), são os que foram considerados como sendo, de fato,

componentes do núcleo central das RS deste grupo de mulheres. Na Tabela 8 é possível visualizar os resultados do cálculo do teste de centralidade.

Tabela 8. Resultados de cálculos do teste de centralidade das palavras principais associadas à violência conjugal contra a mulher, por mulheres em união estável (n = 60).

Centralidade	Palavras evocadas	Freq. total de evocação (<i>ft</i>)	Freq. de palavras principais (<i>fp</i>)	Queda de freq. (<i>Qf</i> em %)
Núcleo central	Casamento	36	28	22
	Ciúme	31	26	16
	Família	39	30	23
Periferia próxima	Falta*	22	10	55
	Machismo*	15	9	40
	Álcool*	21	10	52
	Agressão*	9	6	33
	Dominação	11	10	9
	Humilhação	8	6	25
	Medo	8	7	13
	Sufrimento	7	6	14
	Submissão	13	12	8

*Nota: *Elementos com queda de frequência > 25%, passam para a periferia.*

O teste de centralidade realizado informa-nos que os três elementos situados na zona do núcleo central: *casamento*, *ciúme* e *família* mantiveram a centralidade, dado que apresentam uma queda de frequência abaixo de 25%. Isso nos permite afirmar que estes elementos compõem, efetivamente, o núcleo central das representações deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher.

Lembremos que o núcleo central é determinado socialmente e está ligado às condições históricas, sociológicas e ideológicas, estando intimamente vinculado aos valores e normas sociais do grupo em relação ao objeto representado. Ele encontra-se, portanto, ligado à memória coletiva e, como tal, é resistente às mudanças e pouco sensível ao contexto imediato; é consensual, estável, coerente e define a homogeneidade de um grupo (Abric, 2000, 2003).

A centralidade da palavra família, com os valores que esta instituição encarna, pode levar este grupo de mulheres a considerar a violência conjugal como algo natural,

de modo que, a preservação de uma família implique, necessariamente, numa resignação diante da violência perpetrada pelo cônjuge. A instituição ou unidade social família, não é apenas um espaço de harmonia, na qual se cultiva amor, alegria e felicidade, ela é também um lugar marcado por tensão e violência conjugal. As mulheres que participaram desta pesquisa parecem se sentir na obrigação de preservar suas famílias, mesmo tendo reportado a violência a que foram submetidas, aos organismos oficiais, suportando e tolerando a subjugação e a violência perpetradas pelo cônjuge. Essa interpretação também é válida para o termo casamento, que além desse significado, pode ser entendido como expressão de uma representação típica de grupos sociais tradicionais sobre esta forma de violência.

O terceiro elemento do núcleo central é o termo ciúme. Esta palavra, reforçada pelo termo álcool, que se encontrava na primeira periferia, desempenha uma função justificadora da violência conjugal (conforme referido anteriormente), numa clara tentativa de minimização da situação. É frequente as ações do agressor, que também representa uma figura afetiva – “amor da minha vida”, “pai dos meus filhos” e outras adjetivações – serem minimizadas, justificando-as pelo ciúme e/ou álcool, como acontece com este grupo de mulheres.

Vale destacar que os três elementos centrais de representação (casamento, ciúme e família) justificam o fato de este grupo de mulheres ainda se encontrar em união estável. Sob o ponto de vista da abordagem processual das representações, nota-se aqui uma objetivação desta forma de violência em instituições sociais seculares – casamento e família –, as quais se ancoram em valores fortemente sustentados pela sociedade ocidental (amor conjugal, amor maternal), os quais sustentam que as mulheres/esposas/mães devem resistir a todas as ameaças, sobretudo àquelas que advêm do próprio ambiente familiar.

Estas representações levam-nos a pensar em sociedades regidas por normas e valores culturalmente enraizadas, nas quais o casamento e a família em particular, são associados à “sacralidade”, algo imaculado, dignos de respeito e preservação. Nesse tipo de sociedades presume-se, portanto, que uma mulher que vive maritalmente pode sofrer de violência conjugal sem se contrapor ao cônjuge, nem abandonar a relação, o que significa que as mulheres são socializadas no sentido de assumir, suportar e tolerar quaisquer formas de práticas violentas perpetradas pelo cônjuge, em nome da preservação das importantes e antigas instituições sociais (o casamento e a família). Neste sentido, o questionamento do casamento e da família, elementos que marcam o campo comum das representações deste grupo de mulheres, pode gerar uma crise, não apenas cognitiva, mas também no que concerne aos valores compartilhados por estas mulheres em relação à violência conjugal contra a mulher. Na mesma direção, Abric (2003) destaca que o essencial do núcleo central de uma representação social é constituído pelos valores associados ao objeto representado.

Pode-se verificar aqui a dualidade da violência conjugal, que encerra tanto uma dimensão imagética, quanto simbólica. Por um lado, ela é representada como casamento e família, vinculando-se, dessa forma, às instituições sociais (dimensão imagética), cujos valores ancoram as representações deste grupo de mulheres sobre a violência; por outro, estas instituições são vinculadas à harmonia, amor e alegria (dimensão simbólica). Esta dualidade permite-nos retomar Moscovici (2012b), que concebe a representação social como tendo duas faces: uma imagética e outra simbólica, de tal forma que cada imagem agrega um sentido e cada sentido uma imagem.

Abric (2003) esclarece que no núcleo central é possível encontrar dois tipos de elementos que coexistem: *elementos normativos* e *elementos funcionais*. Os primeiros são provenientes do sistema de valores dos indivíduos e estão ligados à história e à ideologia

do grupo de pertença, determinando os julgamentos e as tomadas de posição do grupo em relação ao objeto representado. Os segundos associam-se à características descritivas e à inscrição do objeto nas práticas sociais, e determinam as condutas relativas ao objeto de representação. O autor refere ainda que a coexistência desses dois tipos de elementos confere ao núcleo central um papel duplo: avaliativo e pragmático. Ou seja, por um lado, justifica os julgamentos de valor, por outro, atribui práticas específicas.

Nesse sentido, pode-se assumir que os termos casamento e família constituem elementos normativos, dada a sua vinculação à determinantes socioculturais de base (valores, crenças, normas sociais, atitudes, ideias), que lhes confere um carácter de ativação normativa e de julgamento de valor em relação à violência conjugal contra a mulher, enquanto que a palavra ciúme constitui um elemento funcional, em virtude de ela estar mais associada às práticas relativas à esta forma de violência. Pensando-se nessa direção e baseado no teste de centralidade efetuado (cf. a Tabela 8), pode-se concluir que as representações deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher são mais normativas que funcionais. Portanto, elas possuem sua centralidade em torno da estrutura social que sustenta a matriz sócio normativa e cultural vigentes no contexto social onde este grupo de mulheres se encontra inserido, atrelando-se ao casamento e à família, enquanto instituições sociais de base.

O teste de centralidade nos esclarece, ainda, que os elementos *dominação*, *humilhação*, *medo*, *sofrimento* e *submissão*, a despeito de permanecerem na periferia próxima, a baixa queda de frequência parece indicar que se trata de elementos que estão, mesmo que circunstancialmente e no momento imediato, emergindo, vindo à tona, sem, contudo, se tornarem determinantes nas representações sociais da violência conjugal. Estes elementos encerram um significado simbólico relevante para este grupo de mulheres e, como tal, podem ser entendidos como novos elementos que aos poucos

poderão ser incorporados ao núcleo central das representações destas mulheres sobre esta forma de violência. Embora este grupo de mulheres continue em união estável, pode estar se dando aqui um despertar de consciência em relação a esta forma de violência. Elas passam a significar a violência conjugal que viveram (ou ainda vivem) e que geram medo e sofrimento, como decorrente de relações de dominação. Vale lembrar que esta zona é caracterizada pela contingência, flexibilidade e sensibilidade ao contexto imediato da realidade vivida.

Entre os elementos que compõem a periferia próxima destaca-se o binômio dominação-submissão, que se articula remetendo-nos à reflexão sobre um tipo de relações polarizadas. A dominação aqui presente pode ser entendida como uma espécie de tutela, que tem como base a legitimação da cultura machista atrelada à lógica de dominação masculina sobre a submissão feminina que, por conseguinte, contribui para a construção de relações conjugais com a mesma lógica. Guedes, Silva e Coelho (2006) discutem sobre estes aspectos, no seu artigo intitulado: *violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar do gênero*. Segundo estas autoras, as relações conjugais polarizadas resultam da construção sociocultural das identidades feminina e masculina, que define a mulher como passiva e submissa, e o homem como detentor do poder e dominador, criando, dessa forma, condições para o exercício da violência pelos homens contra as mulheres.

As palavras medo e sofrimento, também presentes na periferia próxima, podem ser entendidas como consequência da violência física e psicológica, na medida em que a ocorrência cíclica de violência pode causar traumas psicológicos e emocionais, que podem afetar negativamente a auto-estima, levar a impotência, angústia, raiva e revolta em relação ao agressor. Essa violência sistemática, portanto, faz com que as mulheres que a sofrem vivam com medo e sofrimento permanentes. Nesse sentido, estas palavras

representam a dimensão sentimental resultante da vivência sistemática de experiências de violência conjugal.

Já os elementos periféricos *falta, machismo, álcool, agressão*, apresentaram alta queda de frequência, o que os mantém na mesma posição, podendo inclusive vir a operar uma migração para a periferia distante, mais associada às modulações individuais.

Finalmente, retoma-se aqui os resultados apresentados na Tabela 7, na qual são distribuídos de forma hierarquizada os elementos das representações das mulheres que se mantêm unidas a seus cônjuges, mesmo após terem sido objeto de suas ações violentas.

A periferia distante, quadrante inferior direito, remete a sentidos e modulações individuais em relação ao objeto representado, sem implicar em um significado relevante para o grupo de pertença, considerado em seu conjunto orgânico. Nesta periferia foram plotados os elementos *bater, desprezo, discussão, dor, falta-de-respeito e insultos*, os quais expressam, sobretudo, um aspeto funcional da violência praticada contra as mulheres nas relações conjugais. Vale lembrar que estes elementos parecem se vincular operacionalmente ao elemento *ciúme*, inscrito no núcleo central.

Destaca-se, mais uma vez, que o conhecimento compartilhado por este grupo de mulheres se encontra organizado no sentido de entender a violência conjugal contra a mulher, como estando associado à família, ao casamento e ao ciúme.

Conteúdo e estrutura das representações de mulheres que sofreram violência conjugal e se separaram

As evocações desta análise (n = 60) resultaram num *corpus* composto por 321 palavras (total de evocações), das quais 57 diferentes. Após a exclusão das palavras com frequência < 5 obteve-se 262 palavras (81,6% do *corpus* total). O ponto de corte (frequência mínima) foi de 5, frequência intermediária de 14 e média geral (ordem média

de importância das palavras evocadas) de 3. Na Tabela 9 é possível visualizar os resultados desta análise.

Tabela 9. Resultados da análise realizada pelo EVOC com evocações associadas ao termo indutor era *violência conjugal contra a mulher*, por mulheres separadas (n = 60).

OMI < 3				OMI ≥ 3				
	Palavra	<i>f</i>	<i>OMI</i>	Palavra	<i>f</i>	<i>OMI</i>		
Q1	<i>f</i> ≥ 14	Humilhação	36	2,11	Dominação	18	3,56	Q2
		Machismo	22	2,18	Falta	21	3,76	
		Sufrimento	39	2,31	Submissão	17	3,24	
				Álcool	16	3,25		
Q3	<i>f</i> < 14	Agressão	9	2,00	Angústia	7	3,29	Q4
		Casamento	7	2,14	Bater	5	3,80	
		Ciúme	12	2,67	Discussão	5	3,40	
		Espancamento	6	2,17	Falta-de-consideração	7	3,57	
		Família	13	2,85	Falta-de-respeito	5	4,40	
				Raiva	8	3,63		
				Revolta	9	3,89		

No quadrante superior esquerdo (Q1) visualizam-se três palavras: *sofrimento*, *humilhação* e *machismo*. Estas palavras representam os prováveis elementos que formam o núcleo central, prováveis organizadores e estabilizadores das representações deste grupo de mulheres. Para verificar se os três elementos localizados na zona do núcleo central pertencem, de fato, ao núcleo central, foi realizado o teste de centralidade. A Tabela 10 mostra os resultados dos cálculos do teste de centralidade.

Tabela 10. Resultados de cálculos do teste de centralidade das palavras principais associadas à violência conjugal contra a mulher, por mulheres separadas (n = 60).

	Palavras evocadas	Freq. total de evocação (ft)	Freq. de palavras principais (fp)	Queda de freq. (Qf em %)
Núcleo central	Humilhação	36	31	14
	Machismo	22	20	9
	Sufrimento	39	31	20
Periferia próxima	Dominação*	18	7	61
	Falta*	21	6	71
	Submissão*	17	10	41
	Álcool*	16	9	44
	Agressão	9	9	0
	Casamento	7	6	14
	Ciúme	12	10	17
	Espancamento	6	5	17
	Família*	13	9	31

*Nota: *Elementos com queda de frequência > 25%, passam para a periferia.*

Os resultados do teste de centralidade confirmam a centralidade dos três elementos situados na zona do núcleo central: *humilhação*, *machismo* e *sofrimento*, visto que eles apresentam uma queda de frequência $< 25\%$. Estes resultados nos autorizam afirmar, portanto, que os três termos compõem, de fato, o núcleo central das representações deste grupo de mulheres. Os resultados também demonstram que os elementos *agressão*, *casamento*, *ciúme* e *espancamento* possuem relevância para este grupo de mulheres em relação à violência conjugal contra a mulher. Estes são os elementos que pertencem à periferia próxima e que, eventualmente, podem aos poucos estar sendo incorporados ao núcleo central das representações deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher, enquanto que os elementos restantes fazem parte da periferia distante, normalmente marcada por diferenças individuais.

Abrie (2000, 2003) afirma que alguns elementos do núcleo central são mais importantes que outros, de tal forma que coexistem nele elementos normativos e funcionais. O autor prossegue afirmando que o núcleo central possui uma dimensão qualitativa, de modo que a centralidade dos seus elementos não pode ser atribuída somente por critérios quantitativos, e sim ao fato de eles atribuírem significado relevante às representações. Pensando na direção deste autor, pode-se assumir que entre os elementos do núcleo central das representações deste grupo de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher, o termo *machismo* corresponde ao elemento normativo, enquanto que os elementos *sofrimento* e *humilhação* constituem elementos funcionais.

Os elementos centrais das representações deste grupo de mulheres encerram um conteúdo semântico forte, que justifica o fato destas mulheres se encontrarem separadas dos cônjuges. Isso demonstra que este grupo de mulheres tem significações negativas, que também simbolizam sentimentos negativos em relação a esta forma de prática. Estes

elementos demonstram ainda que, para estas mulheres, a violência conjugal contra a mulher representa negatividade.

Baseado nos resultados do teste de centralidade, constatou-se que na periferia próxima encontram-se as palavras *agressão*, *casamento*, *ciúme* e *espancamento*. O termo *ciúme*, ao lado do elemento *álcool* assume uma função justificadora desta forma de violência, notando-se aqui uma contradição: mulheres separadas tentando justificar as práticas violentas dos cônjuges. As palavras *agressão* e *espancamento* encerram um conteúdo semântico semelhante, e ambas representam a violência física, e ainda mantêm intimidade com os elementos centrais (sofrimento e humilhação) das representações deste grupo de mulheres.

Apesar de os termos *dominação* e *submissão* figurarem na periferia distante depois do teste de centralidade, possuem um significado simbólico relevante no contexto deste estudo e do grupo amostral em pauta. Estes elementos podem ser entendidos como uma demonstração, por este grupo de mulheres, que as relações conjugais violentas são marcadas por dominação dos homens sobre as mulheres, e que mulheres submissas mantêm este tipo de relação. Deste modo, estes termos também justificam o fato de elas se encontrarem desvinculadas da relação.

Outro elemento que mereceu atenção foi o termo “falta” que, no contexto deste estudo, remete a duas interpretações possíveis: por um lado sugere a expressão de relações conjugais “falidas”, vulneráveis à violência, por outro, uma “denúncia” de que algo faltava (como amor, carinho, respeito, consideração, valorização, diálogo, entre outros aspetos) nas relações conjugais deste grupo de mulheres, por isso se encontram separadas.

Por fim, a periferia distante (quadrante inferior direito - Q4) é dominada pelos termos *angústia*, *bater*, *discussão*, *falta-de-consideração*, *falta-de-respeito*, *raiva* e *revolta*. Entre estes elementos destacam-se aqueles de conotação afetiva: *angústia*, *raiva*

e *revolta*, resultantes da violência sistematicamente sofrida por estas mulheres em suas relações conjugais.

Comparando as representações das mulheres em união estável e separadas

Um aspecto a destacar nas duas análises é o fato de os elementos que estruturam as representações sociais das mulheres em união estável serem completamente diferentes dos que organizam as representações das mulheres separadas. Isso demonstra que o núcleo central do grupo de mulheres em união estável é totalmente diferente ao núcleo central do grupo de mulheres separadas.

Apoiando-se na hipótese levantada por Jean-Claude Abric aquando dos estudos iniciais sobre a Teoria do Núcleo Central, segundo a qual duas representações sociais são consideradas diferentes só e somente quando elas se encontram organizadas em torno de dois núcleos centrais diferentes (Abric, 2000, 2003), pode-se concluir que as representações das mulheres em união estável sobre a violência conjugal contra a mulher, são diferentes das representações das mulheres separadas.

Considerando que o núcleo central define os valores de um grupo em relação ao objeto de representação, pode-se afirmar que estes dois grupos de mulheres possuem valores diferentes que guiam seus comportamentos e práticas em relação à violência conjugal contra a mulher, ou então fases diferentes do processo de construção do significado da violência conjugal. Isso significa que o quadro de referência que gera as tomadas de posição e as construções sociocognitivas dos membros dos dois grupos de mulheres em relação à esta forma de ações é diferente.

Ainda que este estudo tenha se destinado a examinar o conteúdo e a estrutura das representações sociais, ele evidenciou também os processos: 1) valores que ancoram as representações sociais da violência (adesão aos valores de casamento e família, para as

mulheres que permanecem unidas aos cônjuges; rejeição do machismo para as mulheres separadas, das relações polarizadas dominação-submissão); 2) imagens que espelham estes sentidos/valores: o ciúme, o álcool e o espancamento.

ESTUDO II: CONTEÚDO E PROCESSO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Este segundo estudo se propôs a levantar elementos socioculturais que ancoram as representações sociais de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher e as imagens em torno das quais tais representações se objetivam, nas relações conjugais. O estudo apoia-se na abordagem processual das representações sociais, encabeçada por Denise Jodelet, que enfatiza a construção das representações mediante seus elementos constituintes: imagens, crenças, valores, opiniões, atitudes, ideias e outros determinantes socioculturais.

MÉTODO

Participantes

Fizeram parte deste estudo doze (12) mulheres, que sofreram e denunciaram a violência conjugal, provenientes de dois grupos com características relativamente diferentes. O grupo 1 ($n = 6$) era constituído por mulheres que se encontravam em união estável no momento de coleta de dados e o grupo 2 era composto por mulheres que se encontravam separadas dos cônjuges.

Estas participantes foram selecionadas dos dois grupos que fizeram parte do estudo I, sendo que seis foram extraídos do primeiro grupo e outros seis do segundo grupo. Vale pontuar que no momento de coleta de dados (realização das entrevistas), não

foram consideradas variáveis sócio demográficas das participantes, nem quaisquer outro tipo de variáveis, além do fato de serem mulheres em união estável e/ou separadas.

Os critérios de inclusão usados para a seleção das participantes foram os mesmos considerados no primeiro estudo. Portanto, para o primeiro grupo (n = 6) teve-se em conta os seguintes critérios de inclusão:

- ter sido vítima de violência conjugal;
- ter apresentado queixa após ter sido vítima e estar registrada no Gabinete de Atendimento a Famílias e Menores Vítimas de Violência Doméstica;
- estar a morar com o cônjuge (agressor) que perpetrrou a violência.

Para o segundo grupo (n = 6) os critérios de inclusão foram:

- ter sido vítima de violência conjugal;
- têm queixa apresentada após ter sido vítima e estar registrada no Gabinete de Atendimento a Famílias e Menores Vítimas de Violência Doméstica;
- estar separada do cônjuge (agressor), que perpetrrou a violência a pelo menos seis meses.

As participantes de ambos grupos foram selecionadas por conveniência, mediante sua manifestação de disponibilidade durante sua participação no primeiro estudo.

Instrumento

Foi usada uma entrevista semi-estruturada, com a qual buscava-se captar o conteúdo das RS da violência conjugal contra a mulher. O conteúdo das RS se constituiu em elementos socioculturais, tais como ideias, atitudes, valores e crenças, que estão na base da construção dessas representações sociais.

Este instrumento era composto de quatro questões norteadoras, que serviam como ponto de partida para a entrevista. O instrumento possibilitou a compreensão de como os

atores sociais – neste caso as mulheres – constroem a sua própria realidade social, a partir da relações interpessoais, grupais e societais.

Importa pontuar que a relevância da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados não está, apenas e necessariamente, no discurso dos sujeitos, mas sim nos sentidos que as suas falas encerram, mediante as produções subjetivas que os participantes constroem no decurso das suas relações sociais adjacentes ao objeto de estudo, neste caso a violência conjugal contra a mulher.

Procedimentos de coleta de dados

À semelhança do primeiro estudo, neste estudo as entrevistas foram também conduzidas por três auxiliares de pesquisa do sexo feminino – para permitir que as participantes se revissem nelas e, assim, pudessem fornecer as informações requeridas sobre os meandros da violência sofrida –, que na época eram estudantes finalistas na Universidade Eduardo Mondlane, localizada em Maputo-Moçambique, as quais foram previamente treinadas pelo pesquisador para o efeito. As participantes foram contatadas diretamente, pelas auxiliares de pesquisa, no momento de coleta de dados para o primeiro estudo. As entrevistas foram conduzidas individualmente, com a duração mínima de 40 a 50 minutos cada e foram integralmente gravadas e transcritas.

Algumas entrevistas foram conduzidas nos Gabinetes de Atendimento a Famílias e Menores Vítimas de Violência e outras, devido a indisponibilidades de algumas participantes para se deslocarem ao gabinete mencionado, foram conduzidas em suas casas. Foi considerado o critério de saturação, comumente usado nesta técnica de coleta de dados, verificado a partir do momento em que começa haver repetição (ausência de elementos novos) no discurso dos participantes.

A participação destas mulheres neste estudo se deu mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e esclarecido, que lhes era apresentado antes do início da entrevista.

Análise de dados

O material coletado, depois de integralmente transcrito, foi analisado com recurso ao *software* ALCESTE (*Analyse des Lexèmes Co-occurents dans les Énoncés Simples d'un Texte*). Este *software* efetua uma série de análises lexicais e semânticas de palavras mediante combinações estatísticas de dados textuais, e foi criado por Max Reinert, em 1970, na França. Recomenda-se que o texto a ser analisado por este *software* tenha o mínimo de 10 mil palavras, para que os resultados não apresentem maior dispersão (Hohl, Tsirogianni, Gerber & Bicquelet, 2012). Estes autores salientam que este *software* não é, *a priori*, uma técnica útil para teste de hipóteses, destina-se somente para estudos exploratórios e descritivos.

Depois de se fazer a composição primária do texto (*corpus*) a ser analisado, constituído pelas Unidades de Contexto Inicial (UCIs), o ALCESTE fragmenta o *corpus* em frases dimensionadas, com base na pontuação e ordem de aparição no texto, estabelecendo as Unidades de Contexto Elementar (UCEs). Os fragmentos são reagrupados em função da homogeneidade do vocabulário nele existente para formar as classes ou contextos lexicais, evidenciando os principais temas abordados pelos participantes, que por sua vez revelam o corpo representacional. As classes se agrupam num dendograma (gráfico em forma de árvore), em função da relação semântica que elas possuem e importância que apresentam dentro do *corpus*. Os elementos agrupados em cada classe não pertencem a um sujeito em particular, antes representam recortes das falas de todos os sujeitos do estudo.

As classes são compiladas pelo programa através da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), além de efetuar os testes de qui-quadrado (χ^2), que expressam a relevância semântica de cada palavra dentro da classe. Quanto maior for o valor de χ^2 de uma determinada palavra, maior é sua relevância semântica dentro da classe a que pertence. Os valores de χ^2 podem ser positivos ou negativos. Os valores positivos indicam presença semântica e os valores negativos se referem a ausência semântica da palavra nessa classe. Além disso, o *software* estabelece índices de relação (R), que indicam o grau de relação existente entre as classes. Quanto mais próximo de 1 é o índice de relação, maior é a relação entre as classes que ele representa.

Outra operação que o ALCESTE faz é a Análise Fatorial de Correspondência (AFC). Esta técnica faz o cruzamento entre o vocabulário e as classes, permitindo visualizar oposições entre as classes e os respectivos vocabulários devidamente identificados pela CHD, representadas graficamente num plano fatorial cartesiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados que serão apresentados nesta seção são resultantes de três análises realizadas separadamente pelo ALCESTE: 1ª – realizada sobre o *corpus* total ($N = 12$), que incluía as transcrições das entrevistas realizadas com um primeiro e segundo grupos de mulheres (em união estável e separadas); 2ª – realizada sobre o *corpus* contendo as entrevistas de mulheres em união estável ($n = 6$); 3ª – realizada sobre o *corpus* contendo as entrevistas de mulheres separadas ($n = 6$).

Mulheres em união estável e separadas

Na primeira análise ($N = 12$), o *corpus* foi dividido em 406 Unidades de Contexto Elementar (UCEs) e a Classificação Hierárquica Descendente (CHD) considerou e

analisou 339 UCEs, correspondentes a 84,0% do *corpus* total. A Figura 3 mostra um dendograma com três classes estruturadas em dois eixos: o primeiro corresponde à classe 1, com 233 UCEs (68,0% do total do *corpus* analisado) e o segundo corresponde ao subagrupamento das classes 2 e 3 que reúnem as demais UCEs (32,0%), sendo 22,0% da variância total explicada pela classe 2 e 10,0% explicada pela classe 3, respetivamente. Pode-se, ainda, observar nesta mesma Figura os índices de relação (R), que expressam o grau de relação existente entre as classes; e os valores de qui-quadrado (Khi^2) de cada palavra, que expressam a relevância semântica de cada palavra dentro da classe. Quanto mais próximo de 1 for o índice de relação, mais forte é a relação entre as classes e quanto mais próximo de zero, mais fraca é a relação e, portanto, maior é a tendência de oposição entre elas.

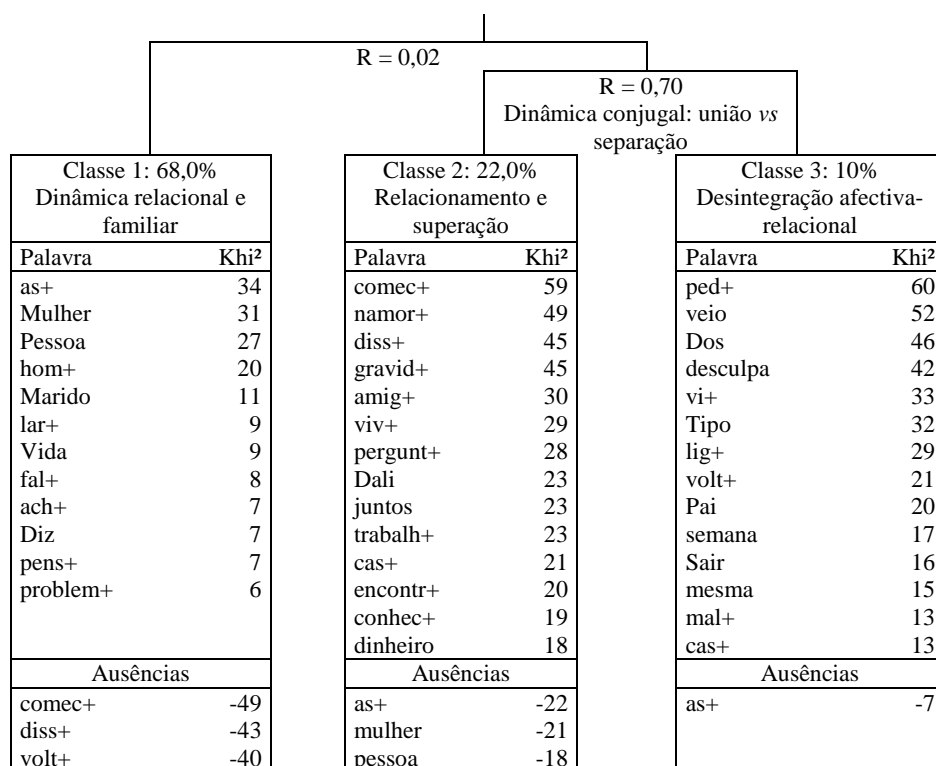


Figura 3. Dendograma resultante da Classificação Hierárquica Descendente do *corpus* total das entrevistas com mulheres em união estável e separadas (N = 12).

É possível notar, ainda na Figura 1, a presença de radicais acrescidos do sinal mais (+), o que significa que variações de uma mesma palavra foram analisados pelo

ALCESTE, conforme mostram os exemplos: pessoa+: pessoa (43), pessoas (49), pessoais (1); problem+: problema (16), problemas (24), probleminha (1); hom+: home(1), homem(75); gravid+: grávida(17), gravidez(4); ped+: pedir(6), pediram(2), pediu(5); marido+: marido(65), maridos(9); mulher+: mulher(81), mulheres(39).

A classe 1 foi nomeada *Dinâmica relacional e familiar*, a classe 2 *Relacionamento e superação* e a classe 3 *Desintegração afetiva-relacional*. O eixo que compõe as classes 2 e 3 foi nomeado *Dinâmica conjugal: união vs separação* e as respectivas classes encontram-se fortemente relacionadas uma da outra ($R = 0,70$).

O conteúdo predominante na classe *Dinâmica relacional e familiar* leva-nos a pensar em um contexto vivencial do relacionamento conjugal, que sugere uma convivência marcada tanto por momentos de harmonia entre o casal: (...) “*eu e meu marido para as pessoas somos um bom casal, eu sou boa mulher e ele é um bom marido, até que somos de verdade não só para as pessoas*” (Sujeito 04), quanto de momentos de desentendimento, de tensão, violência e sofrimento: (...) “*foram anos de sofrimento, anos que marcaram a minha vida negativamente para sempre, confesso que não é fácil falar disso porque são coisas que me doem, me doem muito (...), são coisas que ficaram e que vão ficar marcadas para sempre na minha vida*” (Sujeito 11).

Uma observação atenta para esta classe permite-nos notar que embora ela pertença a um eixo diferente das duas seguintes, há nela um carácter integrador e aglutinador das outras duas, dado que reúne elementos não encontrados em ambas. É possível aperceber-se disso a partir do conteúdo nela contido (*mulher, pessoa, homem, marido e lar*), algo igualmente verificado nas respectivas unidades de contexto (UCs), pois são mais gerais e denunciadoras, de alguma forma, da dinâmica familiar, além de não se repetirem em nenhuma das outras duas classes seguintes do dendograma. As palavras desta classe possuem uma relevância semântica significativa para as participantes deste estudo, que

pode ser verificada a partir dos respectivos valores de Khi^2 (mulher = 31, pessoa = 27, homem = 20, marido = 11 e lar = 09). Todavia, embora as duas classes (Desintegração afetiva-relacional e Relacionamento e superação) pertençam ao mesmo eixo (Dinâmica conjugal: união vs separação), os elementos nelas predominantes sugerem que cada uma delas representa cada um dos dois grupos de participantes deste estudo (união estável e separadas), cujos *corpus* compõem a presente análise. Desse modo, a classe 2 representa o grupo de mulheres em união estável e a classe 3 o grupo de mulheres separadas.

As palavras com valores de Khi^2 elevados (começamos = 59, namorar = 49, grávida = 45, amigo = 45 e juntos = 23) na classe *Relacionamento e superação* destacaram-se como sendo de significativa relevância semântica nesta classe. Estes termos, conjugados com as UCs da mesma classe, levam-nos a pensar em um relacionamento conjugal orientado para o enfrentamento e superação das diferenças e desentendimentos conjugais eventualmente existentes entre o casal, num claro esforço para a preservação do casamento e da família. Nestes casos, a mulher vê-se obrigada a cultivar a tolerância e a obediência ao marido como condição para manter o seu relacionamento, sob medo de o perder e ser banalizada pela sociedade: (...) “*nós as mulheres as vezes temos que tolerar muita coisa para o lar poder andar, para não perdermos o lar, senão se não tivermos paciência não haverá como, temos que ter muita paciência*” (Sujeito 08). O “culto” ao marido parece expressar uma posição sociocultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens, que contribui, de alguma forma, para a legitimação e naturalização da violência contra a mulher nas relações conjugais. Pode significar, ainda, que essas mulheres encontram-se inseridas num contexto social no qual os mecanismos socioculturais vigentes são insuficientes para identificar certas manifestações de violência conjugal (principalmente a violência psicológica), por causa de esta se encontrar cristalizada nos valores e normas socioculturais.

A classe *Desintegração afetiva-relacional* é sugestiva de um relacionamento marcado por um ciclo sistemático de violência, seguida de subseqüentes separações e reconciliações, conforme demonstra o sujeito 11:

“/.../ de repente me acordou e começou a me bater, então eu fiquei tão irritada fui para casa dos meus pais, passado algum tempo ele foi para lá, pediu desculpas e prometeu nunca mais fazer aquilo (...) como eu gostava dele, acreditava que um dia iria mudar, acabei voltando para casa dos pais junto com ele, só que aquilo nunca mais mudava, ele sempre fazia a mesma coisa todos os dias”.

Esta situação demonstra uma convivência marcada por tensão e degradação afetiva entre os casais:

“/.../ já não havia respeito entre nós e eu achei melhor levar as minhas coisas e voltar para casa da minha mãe, depois de uma semana no silêncio ele ligou e eu não atendi (...) veio até aqui, pediu desculpas, disse para eu voltar não por ele, mas pelos nossos filhos, vi que ele tinha razão e voltei” (Sujeito 09).

Um estudo que objetivou verificar as representações sociais de mulheres vítimas de violência conjugal, realizado por Fonseca, Ribeiro e Leal (2012), abrangendo 12 mulheres, também apontou para a recorrência sistemática da violência física e psicológica e revelou que a violência psicológica se fazia mais presente na forma de ameaças, privações, controle, humilhação e desprezo, que ocorriam, *a priori* e com frequência, de forma sutil, silenciosa, desgastante e comprometedora da saúde psicológica, emocional e o bem-estar das mulheres visadas. O estudo revelou também que esta forma de violência era alimentada e tolerada pelas mulheres, resultando em auto-culpa.

Um denominador comum verificado entre as três classes acima, com particular destaque para a classe *Desintegração afetiva-relacional*, foi a presença de elementos que

apontam para a ocorrência sistemática de violência física e psicológica. O exemplo mais ilustrativo lê-se no depoimento a seguir: “(...) *ferros que ele usava para me bater, olha aqui no braço, tenho uma marca, na perna também, eu sofria muito, então chegou uma altura que eu já estava cansada de sofrer e resolvi sair*” (Sujeito 11). É notável que neste discurso a violência conjugal é significada como sofrimento, humilhação, desprezo, demonstrando a subjugação das mulheres e confirmando, assim, outros estudos (Ribeiro & Coutinho, 2011; Varela et al., 2012), que também identificaram o mesmo conteúdo, além do medo, a raiva, a tristeza e a revolta.

Mulheres em união estável

Na segunda análise ($n = 6$), o *corpus* foi dividido em 206 UCEs, porém a CHD considerou e analisou 186 UCEs, correspondentes a 91,0% do *corpus* total. A Figura 4 apresenta o dendograma composto por quatro classes. A classe 1 explica 26,0% da variância total e foi nomeada *Conhecimento mútuo e gravidez*; a classe 2 com 20,0% de variância total explicada denominou-se *Subjugação e conformismo*; a classe 3, *Salvaguarda familiar* e explica 22,0% da variância total; a classe 4 explica 32,0% da variância total e foi nomeada *Dominação e submissão*. As duas últimas classes (*Salvaguarda familiar* e *Dominação e submissão*) mostram-se fortemente relacionadas ($R = 0,48$), contrariamente ao que é verificado entre as outras.

O conteúdo predominante na classe *Conhecimento mútuo e gravidez* expressa uma dinâmica de convivência nos momentos iniciais do relacionamento do casal, visando um conhecimento mútuo. As UCs da maioria das classes demonstram que, em muitos casos, a convivência inicial entre os casais muitas vezes era marcada por um namoro descompromissado, culminando em gravidez indesejada, conforme atestam os sujeitos 1 e 5: “(...) *fiquei em casa dele uns dois, três dias (...) depois me apercebi que naqueles*

dias que fiquei em casa dele fiquei grávida”. (...) *“eu sempre saia de casa, ia para casa dele até ficar grávida”*. Estas situações forçavam, de alguma forma, os casais a estabelecessem uma união estável inicialmente não prevista, mediante a decisão deliberada dos dois ou, em alguns casos, pela família de ambas partes. Na maioria das situações, essa forma de união marital resultava em implicações negativas, desfavoráveis ao relacionamento, demonstrando que para alguns casais foram as circunstâncias (no caso a gravidez) que forçavam a união marital. O discurso das participantes demonstrou que essa forma de união estável resultava numa relação conjugal marcada por desentendimentos, tensão e violência, tal como demonstrado pelo sujeito 05: *“um dia eu estive em casa da vizinha, quando ele voltou do serviço mandou me chamar, logo que cheguei em casa começou a me bater, sem me perguntar onde eu estava”*.

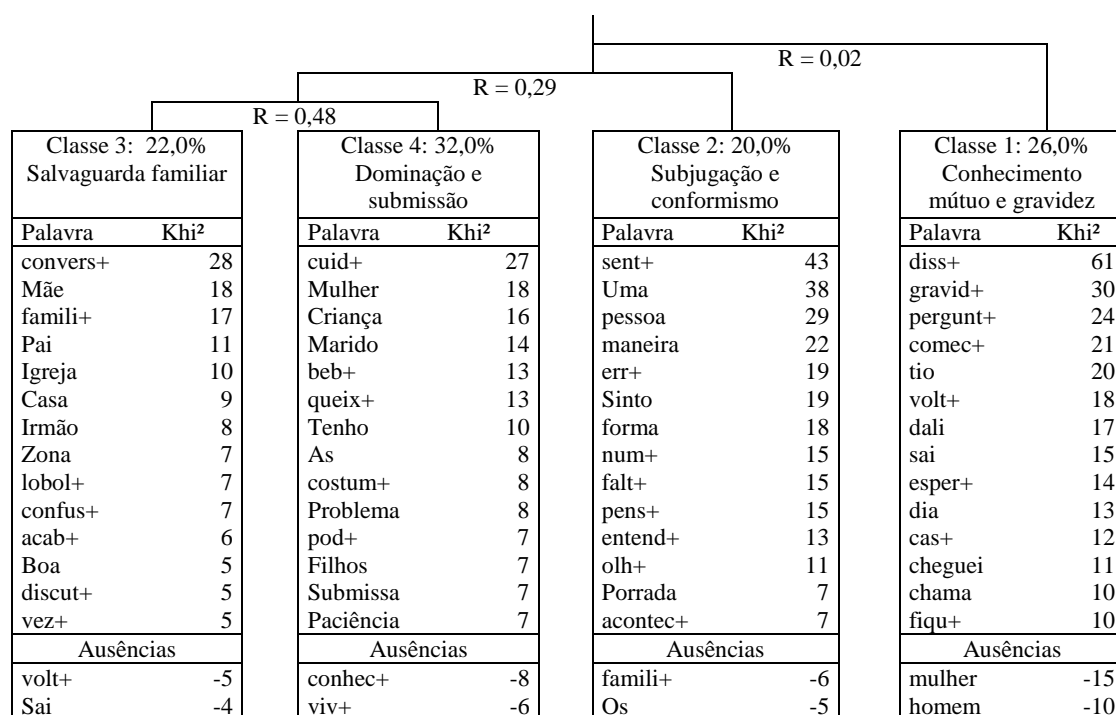


Figura 4. Dendrograma resultante da CHD do *corpus* de entrevistas com mulheres em união estável (n = 6).

Um aspeto verificado também nas falas das participantes, que se associa ao mencionado acima, foi o fato de em alguns casais não haver formalização da relação

conjugal, nem consentimento da relação pelos pais de ambos, tal como relatado pelo sujeito 06:

“/.../ gostaria de dizer que não sou casada oficialmente com meu marido, só vivemos juntos, ele me encontrou no bairro Alto-maé, onde eu vivia, e disse que gostou de mim eu também disse gostei dele, depois daí namorarmos pouco tempo e passamos a viver juntos”.

Em alguns destes casos, as relações conjugais não tinham aprovação da família da mulher, em virtude da forma como o casal se uniu e, por consequência, as relações eram marcadas pela opressão dos cônjuges sobre as mulheres.

Na classe *Subjugação e conformismo* encontra-se um conteúdo sugestivo de um relacionamento dominado por episódios de desprezo, humilhação e subjugação das mulheres. Ainda assim, as mulheres se sentem na obrigação de se conformar com a situação, devido a matriz sociocultural vigente, que define papéis passivos e submissos das mulheres em relação aos homens, legitimando, dessa forma, o poder masculino sobre as mulheres e “naturalizando” as práticas violentas por eles perpetradas contra as mulheres. Uma leitura atenta das UCs desta classe, mostra a forte presença do sentimento de tristeza, raiva e revolta nas mulheres:

“/.../ não me sinto bem por estar com meu marido, se estou com ele é por amor, mas acabarei perdendo esse amor, é chato respeitar uma pessoa que não te respeita, não mostra que sou mulher, não me dá o devido valor de mulher (...) meu marido é um homem sem escrúpulos, tem falta de respeito, é orgulhoso e machista, ele é de tudo de mal, é perda de tempo estar com ele, não tem futuro”
(Sujeito 02).

As falas acima nos permitem retomar Gomes et al. (2007), que argumentam que a subordinação das mulheres imprime assimetria na relação conjugal, dado que as mulheres estão sujeitas à consentimentos e não podem determinar sua liberdade, nem sua autonomia, sem desencadear mecanismos de repressão por meio de violência física e/ou psicológica, até mesmo a introjeção de sentimentos de raiva, tristeza e revolta.

Em decorrência do conteúdo contido na classe *Salvaguarda familiar*, é possível notar que se trata de uma matriz afetiva-familiar que sugere a necessidade de salvaguardar o casamento e a família. Os elementos presentes nesta classe, também encontradas nas UCs são sugestivos, também, de um modelo de relacionamento no qual a tolerância, a passividade e a capacidade de suportar subjugações e violência física, destacam-se como valores a serem internalizados pelas mulheres para que consigam se manter na relação conjugal. Estes aspetos são confirmados nos discurso seguinte: (...) “*as vezes ele fica confuso, me bate, ficamos a discutir sempre, eu não gosto de ir dizer minha a família, ele me bate e as vezes pede desculpas e passa, ele é confuso, quando fala sempre quer que eu escute as coisas dele*” (Sujeito 01).

Observa-se o esforço destas mulheres em preservar sua relação conjugal, incluindo sua família, daí a justificativa das práticas violentas perpetradas pelo cônjuge. Estas justificam essa forma de prática atribuindo-se a culpa pelos atos violentos engendrados pelos cônjuges, tal como relatado no texto a seguir: (...) “*eu como mulher dele fiz uma coisa que ele não gostou, por isso acabou me batendo, as vezes me bate por causa de ciúmes*” (...) (Sujeito 06).

A presença das palavras *igreja* e *lobolo*, nesta classe, pode ser entendida como sendo legitimadora de padrões conservadores de relações conjugais e de comportamentos dominantes de masculinidade, cujo pano de fundo assenta em atitudes violentas dos homens, sobre os comportamentos femininos sustentados por atitudes de submissão.

Essas atitudes encontram-se ancoradas num sistema de valores que fomenta não só as relações de poder do homem sobre a mulher, mas também o controle e reprodução de práticas violentas perpetradas pelo primeiro contra o segundo. Portanto, o esforço de salvaguarda do casamento e da família, por parte destas mulheres, também é acompanhado por atitudes de negação da violência sofrida e sobrevalorização do casamento e da família.

Alguns elementos da classe anterior (Salvaguarda familiar) possuem uma intimidade semântica com os encontrados na classe *Dominação e submissão*, cujo conteúdo parece denunciar relações polarizadas (dominação e submissão), conforme demonstrado no texto a seguir: “*eu sei cuidar de homem, não costumo contrariar meu marido, não costumo lhe enfrentar, quando ele fala uma coisa eu só fico calada, só a escutar, porque sei que um homem não se pode brincar com ele, mas outras mulheres não sabem disso*” (Sujeito 06). Esta classe também parece destacar a necessidade de as mulheres serem educadas com base em valores tradicionais, que as incentive a encarar o marido como uma “autoridade” familiar, que não deve ser contrariada e, como tal, deve ser venerada. Isso nos leva a pensar em relações de poder, típico de modelos de relacionamento em que o homem é dominador e a mulher submissa:

“*Ele pode fazer qualquer coisa é só calar, deixar ele fazer aquilo que quer, não posso fazer nada porque mulher não pode enfrentar homem, não pode enfrentar o marido (...) eu sei que lar não é fácil, as meninas precisam saber dessas coisas, precisam saber como cuidar marido, como cuidar os filhos, como cuidar lar*” (Sujeito 04).

Estes aspetos vão ao encontro dos argumentos de Osório et al. (2001), que sustenta que a violência conjugal contra a mulher é uma das formas de exercício de poder pelos homens, garantido pela condição de subordinação da mulher. Sua ocorrência persistente

em Moçambique encontra sustentação em valores tradicionais enraizados na cultura, que sustentam a estruturação do poder através do seu exercício sobre as mulheres.

A partir da Figura 5 é possível visualizar o resultado da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) realizada pelo ALCESTE. O eixo horizontal (x) compõe mais fortemente (47,0%) os elementos dispostos na figura, em relação ao eixo vertical (y) com 31,0%.

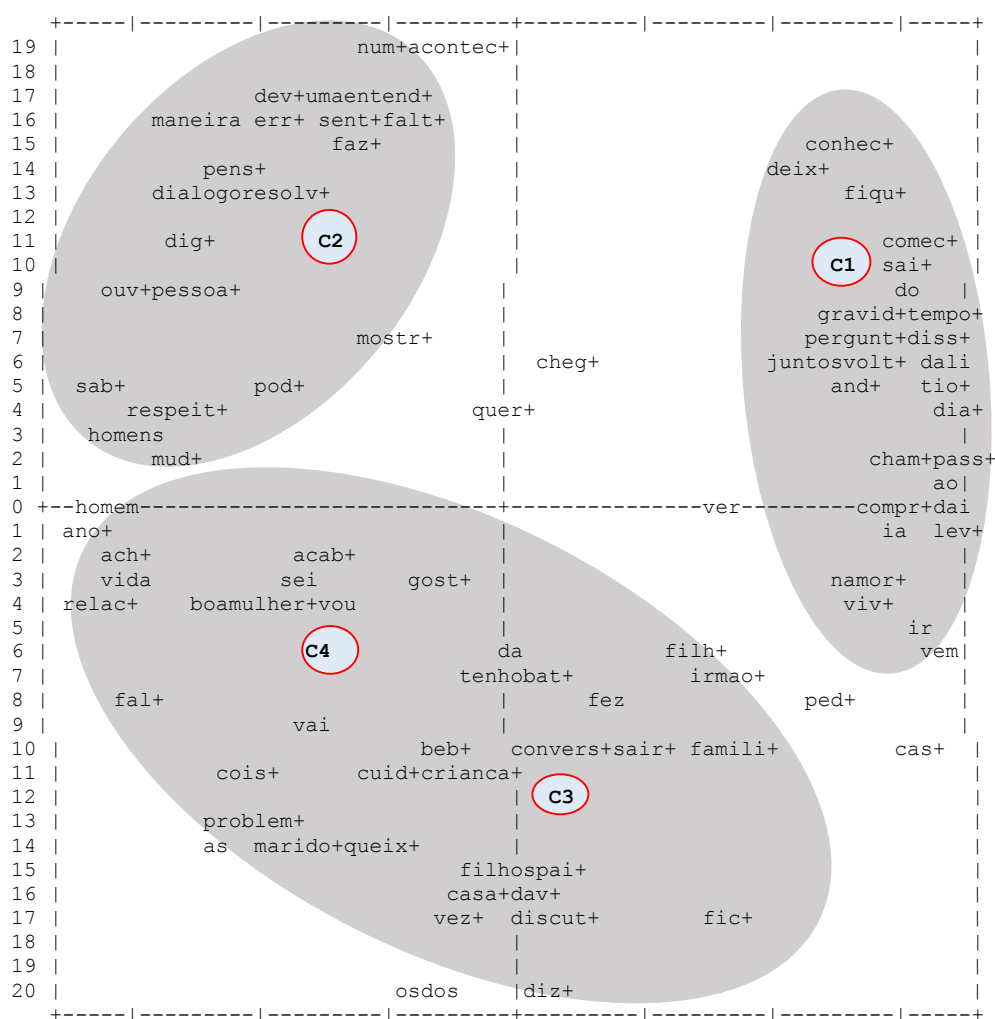


Figura 5. Representação gráfica (x, y) da AFC do *corpus* de entrevistas com mulheres em união estável (n = 6).

Note-se que a disposição das classes neste plano fatorial cumpre a sequência encontrada no dendograma acima, de tal modo que a lógica de disposição dos

elementos/palavras no plano fatorial é passível de ser identificada nas classes do dendograma referido.

O plano fatorial mostra as diferenciações discursivas das participantes, estruturadas em função das relações de proximidade ou de oposição que elas encerram, tendo resultado em dois eixos, que exprimem uma nítida relação de oposição entre eles. O primeiro eixo comporta, de um lado, uma matriz de significado que engloba as classes 3, nomeada como “*Salvaguarda familiar*” e a classe 4, denominada “*Dominação e submissão*”, situado na parte inferior do plano fatorial. Nesta matriz de significado é possível visualizar um discurso que exalta, por um lado, a importância dos valores culturais na manutenção das relações conjugais, na medida em que estes incentivam o “culto” da figura masculina em detrimento da figura feminina e a permanência das mulheres na relação, mesmo que para o efeito tenham que sofrer violência pelos cônjuges. Ainda neste eixo, encontra-se uma segunda matriz de significado, que corresponde a classe 2, designada “*Subjugação e conformismo*”, e situada na parte superior esquerda do plano fatorial. Ela agrega um discurso que expressa a passividade das mulheres diante das experiências negativas de violência por elas vivenciadas. Há uma clara aproximação entre os significados destas duas matrizes de significado, uma vez que juntas elas formam o binômio dominação/masculina-subjugação/feminina.

O segundo eixo em clara oposição ao eixo anterior, compreende a classe 1, nomeada “*Conhecimento mútuo e gravidez*” e localiza-se na parte superior direita do plano fatorial. Neste eixo encontram-se elementos que remetem à dinâmica de convivência do casal nos momentos iniciais do relacionamento.

Com um discurso marcado pela busca de preservação da relação conjugal, da família e do lar, estas mulheres exprimem também o medo de serem hostilizadas pela sociedade, por “não conseguirem” manter um vínculo matrimonial, colocando-se,

inclusive, como responsável pela violência física e psicológica que lhes é imputada pelos cônjuges. Essa “auto culpabilização”, também pode estar ancorada naquilo que Gomes et al. (2007) chamaram “enfoque patriarcalista”. Segundo estes autores, o enfoque patriarcalista é típico de sociedades regidas por modelos culturais machistas, sustentadas por uma estrutura social que tutela o masculino sobre o universo das mulheres, levando à “legitimação e naturalização” da dominação masculina sobre a submissão feminina.

Nesta direção, vale sublinhar que o posicionamento deste grupo de mulheres é sustentado pelo modelo tradicional de “educação”, ao qual são submetidas e dele internalizam um conjunto de valores, que se configura em conteúdo das representações por elas construídas e compartilhadas sobre a violência conjugal contra a mulher.

Os relatos apresentados por este grupo de mulheres, em alguns casos, deixam transparecer uma tendência de projetar no “outro” (outras mulheres) a violência vivenciada, como se se tratasse de experiências vividas por outras mulheres e não, necessariamente, por elas, num claro processo de negação da violência vivida.

Pode-se concluir que, os resultados desta análise apontam para o esforço deste grupo de mulheres em manter o seu *status* de mulheres “casadas”, independentemente de vivenciarem situações de violência conjugal, dominadas por tensão, medo e subjugação. Portanto, a evocação de um passado amoroso parece se constituir em um recurso que elas se utilizam para se manterem na relação.

Mulheres separadas

Nesta terceira análise ($n = 6$), o *corpus* foi dividido em 176 UCEs e a CHD considerou e analisou 140 UCEs, correspondentes a 80,0% do *corpus* total. Na Figura 6 é possível visualizar o dendograma que comporta seis classes.

Observa-se que a análise do *corpus* revelou um discurso claramente estruturado em dois grandes eixos, cada qual composto por três classes. Trata-se, de um lado, do eixo *Subordinação às normas sociais e sujeição à violência*, de outro, o eixo *Afrontamento a valores sócio-culturais*.

Ressalta-se na análise das seis classes que compõem este dendograma a proximidade semântica nelas presente, que encerra semelhanças significativas umas das outras. A provável explicação é a dispersão presente no discurso das mulheres separadas, o qual compôs o *corpus* analisado pelo ALCESTE. Tal dispersão resultou na formação de um maior número de classes.

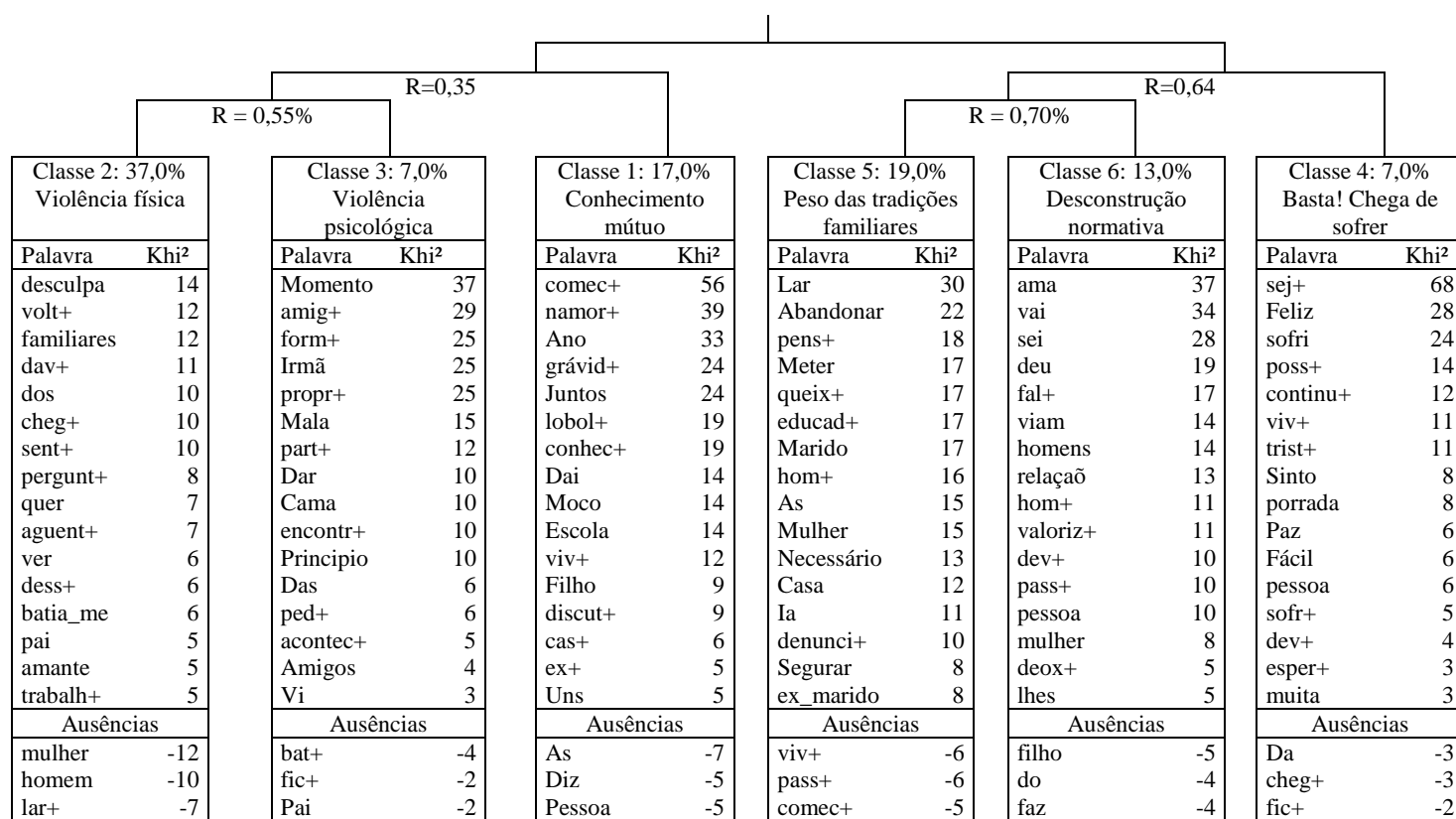


Figura 6. Dendograma resultante da CHD do *corpus* de entrevistas com mulheres separadas (n = 6).

Eixo 1: Subordinação às normas sociais e sujeição à violência

Este eixo congrega as classes 1, 2 e 3, as quais remetem, respectivamente, ao início da relação amorosa com estrito respeito às normas sociais (classe *Conhecimento mútuo*), à violência física (classe *Violência física*) e à violência psicológica (classe *Violência psicológica*), que se iniciaram logo após consumada a relação marital.

A análise conjunta destas três classes mostra que antes de estas mulheres iniciarem a vida conjugal cumpriram com as prescrições sócio-culturais recomendadas (se casaram conforme manda a tradição – *lobolo*, se submeteram à violência do marido e acataram os conselhos das mulheres mais velhas, no sentido que tinham que aguentar com a violência do marido, porque o lar é mesmo assim).

Portanto, este eixo mostra que estas mulheres se comportaram em consonância com as normas sociais para afirmar socialmente seu *status* de mulher e também para evitar posterior auto-culpabilização. Em contrapartida, ao iniciarem a vida conjugal foram surpreendidas com ações física e moralmente violentas perpetradas pelo cônjuge. Sentindo-se livre de culpas, dado que cumpriram com as exigências sociais para estabelecer suas relações conjugais, viram-se sem motivos para se submeterem à violência conjugal. Ou seja, fizeram tudo certo (conforme as normas sociais mandam), então não tem porque se submeterem à violência engendrada pelos cônjuges.

A Classe 1, denominada *Conhecimento mútuo*, explica 17,0% da variância total do *corpus* analisado. Os elementos desta classe levam-nos a pensar na dinâmica dos momentos iniciais do relacionamento, que visavam um conhecimento mútuo. Nesta classe, apareceram elementos demonstrativos de realização do *lobolo*, indicativo do respeito às normas sócio-culturais, para a formalização da relação, conforme demonstrado nas declarações a seguir: “*Namoramos um ano, dali decidimos que ele podia fazer apresentação e lobolo, ele e a família se prepararam vieram na minha casa, fizeram*

apresentação e lobolo, depois daí começamos a viver juntos” (Sujeito 6). Também há evidências, ainda nesta classe, de ações violentas perpetradas pelos cônjuges contra as mulheres, logo que os casais passavam a morar juntos.

A Classe 2 – *Violência física* – explica 37,0% da variância total do *corpus* e remete, explicitamente, à violência praticada pelos cônjuges contra as mulheres. O conteúdo nela predominante, também encontrado nas respectivas UCs, é revelador de situações de ocorrência e re-ocorrência (re-incidência) de violência física, conforme atesta o Sujeito 5: *“eu passava por isso todos os dias, passava muito por isso, me batia todos os dias, todos os dias era barulho, eu sofria muito, batia-me e ele sempre voltava tarde para casa”* (...). O discurso revelado nestas falas nos faz lembrar sobre aquilo que Chauí (1985, citada por Araújo, 2002) designou de “coisificação” da pessoa (neste caso a mulher) que sofre de violência. Segundo esta autora, há violência quando num relacionamento verifica-se inércia, pela passividade e silêncio de medo que fazem com que a atividade e expressão de alguém sejam impedidas ou anuladas, tratando a pessoa não como sujeito, mas sim como “coisa”.

A Classe 3 – *Violência psicológica* – explica 7,0% da variância total do *corpus*. Os discursos encontrados nas UCs desta classe, também são reveladores de práticas violentas, especialmente da violência psicológica, que se encontra fortemente associada à falta de consideração, desprezo, humilhação, controle, ameaça e constrangimento, criando um ambiente conjugal hostil e opressivo, levando ao ressentimento, raiva e revolta por parte das mulheres visadas.

É notável o descontentamento destas mulheres em relação a violência conjugal sistematicamente sofrida, dado que, em anuência aos valores sócio-culturais, cumpriram com as normas socialmente prescritas para o estabelecimento de suas relações conjugais,

antes de iniciarem a vida conjugal, o que gerou, nestas mulheres, desconforto causado pelos comportamentos agressivos dos cônjuges.

Eixo 2: Afrontamento a valores sócio-culturais

Este eixo comporta as classes 5 e 6, que apresentam uma relação mais estreita entre elas, e a classe 4, que mantém com as duas anteriores uma relação mais tênue. Estas classes foram denominadas *Peso das tradições familiares*, *Desconstrução normativa* e *Basta! Chega de sofrer*, respetivamente.

Este eixo representa um questionamento às normas sociais vigentes no contexto social onde este grupo de mulheres se encontra inserido, dado que essas normas sustentam um modelo vulnerável de construção de relações conjugais, e esse modelo, por sua vez, cria condições para a prática de violência conjugal contra as mulheres. Estas três classes juntas representam, portanto, um afrontamento aos valores sócio-culturais.

Note-se que em termos de conteúdo semântico, a classe 5 mostrou-se fortemente relacionada com a classe 6, sugerindo um compartilhamento de representações entre estas mulheres sobre a violência conjugal. Estas duas classes gravitam em torno de valores e normas sócio-culturais, os quais ganham força e expressão na classe 5 e na classe 6 é notável o esforço de sua desconstrução. A classe 4 se diferencia das duas anteriores pelo seu apelo à mudança, um apelo à construção de relacionamentos isentos de violência conjugal.

A Classe 5, nomeada *Peso das tradições familiares*, explica 19,0% da variância total do *corpus* analisado. Esta classe expressa a força que os valores culturais, incluindo as tradições familiares, têm sobre a formação social das mulheres e seu papel na sociedade, que impactam na forma como as relações conjugais são construídas e sustentadas. Os elementos predominantes nesta classe nos levam a pensar na “educação”

tradicional recebida e internalizada por estas mulheres que, por estar embasada em valores sócio-culturais, sustenta a ideia de que o lar é um ambiente não sempre harmonioso, mas que, ainda assim, as mulheres devem permanecer nele independentemente das experiências negativas nele vividas, tal como expressado no depoimento a seguir:

“ele me batia sempre, até alguns vizinhos achavam estranho que mesmo ele me batendo quase sempre eu permanecia lá e nunca ia meter queixa e nem saia para casa dos meus pais. (...) como fui educada numa família com muitas tradições, minha mãe e minhas tias sempre diziam que uma mulher não deve abandonar o lar de qualquer maneira, e necessário preservar o lar, o casamento e a família”
(Sujeito 6).

O sentimento expresso nestas falas, sustentado sobre a legitimação da hegemonia masculina, emerge como um dos elementos de base para a construção das relações conjugais no contexto social onde se encontram inseridas as participantes deste estudo. Essa hegemonização do masculino, faz com que os homens se sintam “autorizados” a perpetrar práticas violentas contra suas mulheres sob desculpa de estarem a manter ordem e respeito na família.

A “educação” tradicional pode estar na base de ideias segundo as quais a violência faz parte das regras do casamento, faz parte do salário pago pela relação e convivência conjugais, de modo que as mulheres devem ser submissas aos homens e suportar tudo, dado que o relacionamento conjugal é mesmo assim. Todas essas situações podem, portanto, justificar a subnotificação desta forma de prática, tal como é demonstrado no discurso a seguir:

“Casos de violência são vários, mas muitas mulheres se calam e nunca reagem, nunca vão meter queixa, nunca denunciam seus próprios maridos, a maioria se

cala para proteger o seu próprio casamento. Eu pensava em ir à ‘esquadra’⁷ meter queixa pelas coisas que ele me fazia, mas quando pensava em ir denunciar e meter queixa para meu próprio marido, ficava com receio e com medo de ser mal vista, porque não fui educada assim. Somos educadas que o homem é sempre o dono da família, é a cabeça da casa; também somos ditas que uma mulher nunca pode abandonar o lar, porque o lar é sagrado, eu cresci a ver minha mãe assim mesmo, ela respeitava muito meu pai, mesmo quando ele lhe batia, quando discutissem minha mãe nunca pensou em abandonar o lar” (Sujeito 6).

A respeito do relato acima, cuja ênfase está na subnotificação da violência pelas mulheres violentadas, Callagan (2010) argumenta que em algumas sociedades cujas normas sociais estão culturalmente enraizadas, como é o caso de algumas sociedades africanas, a violência física e psicológica entre casais tende a ser vista como “normal” e, de alguma forma, como “aceitável”.

O discurso das participantes leva-nos a pensar também que há um sistema de valores, crenças e atitudes, latentes ou manifestas, ancorado na cultura e compartilhado pelos grupos sociais, que sustenta as relações conjugais e contribui, sobremaneira, para a reprodução do *status quo* de relações conjugais polarizadas, fruto de socialização diferenciada entre homens e mulheres, que leva a subsequente construção de papéis sociais opostos e divergentes entre ambos sexos.

Ainda nesta classe, há evidências que nos induzem a pensar que as participantes deste estudo experimentam situações de conflito, que as deixa indecisas sobre como agir diante da tensão existente entre os valores socioculturais vigentes no contexto social onde se encontram inseridas e os novos conhecimentos adquiridos no cotidiano fruto das

⁷ Esquadra: posto policial.

decorrentes transformações socioculturais, políticas e econômicas, conforme atesta o discurso do Sujeito 6 a seguir:

“Algumas vizinhas me aconselhavam a abandonar a relação, diziam que estou a sofrer, que ele não me amava, mas todas essas coisas só me deixavam confusa, as vezes eu ficava sem saber o que fazer, se eu seguia aquilo que as pessoas mais velhas diziam, ou aquilo que outras pessoas me aconselhavam”.

A classe 6 – *Desconstrução normativa* – explica 13,0% da variância total do *corpus*. Esta classe encerra um conteúdo semântico que sugere a consciência das mulheres sobre o ideal de uma relação conjugal, que dê primazia ao respeito e consideração mútuos. Ficou clara também a manifestação, por estas mulheres, da necessidade de denúncia das práticas violentas engendradas pelos cônjuges:

“Sim, sim, sim, eu própria já ouvi muito isso, que devia segurar a relação, que os homens são assim mesmo, que se eu deixasse este homem os outros seriam piores, não sei o que, enquanto é mentira, é mentira isso aí” (Sujeito 4).

“A única coisa que posso dizer é que nenhuma mulher deve aceitar mais que o marido bata nela, as mulheres devem denunciar, procurar ajuda na polícia e não simplesmente aceitar essas coisas, porque homem que ama sua mulher, nunca lhe bate” (Sujeito 5).

Este discurso sugere, portanto, uma tentativa de desconstrução dos modelos tradicionais vigentes e culturalmente arraigados sobre relações conjugais e sobre o papel da mulher na sociedade, que colocam os homens no centro do poder, enquanto as mulheres são relegadas para a periferia.

A Classe 4, denominada *Basta! Chega de sofrer*, explica 7,0% da variância total do *corpus* analisado. Embora a variância explicada por esta classe seja relativamente menor, em termos percentuais, está evidente que nesta classe as participantes anunciam

o imperativo de colocar um ponto final do sofrimento vivido, resultante da violência sistematicamente sofrida. O conteúdo semântico nela presente é claramente indicativo de mulheres que se aperceberam de estarem na esteira de maus tratos engendrados pelos cônjuges e, como tal, se rebelaram diante de tais eventos escravizantes, de sofrimento e tristeza, conforme demonstram os relatos a seguir:

“Não me sentia bem, nem em paz, eu levava porrada sempre, era faltada respeito perante os meus filhos, aquilo para mim resume-se em tristeza e sofrimento, não há palavras que possam expressar como me sentia, que não sejam tristeza e sofrimento” (Sujeito 03).

“Hoje em dia não posso continuar a viver assim, as coisas mudaram muito hoje temos muitas informações que não tínhamos há muito tempo (...) a verdade e que não devia continuar num sofrimento daqueles, até por causa e viver num ambiente de sofrimento, onde sempre levava porrada, me batiam e eu não vivia tranquilo” (Sujeito 2).

Os discursos destas mulheres nesta classe refletem mudança. Uma mudança consubstanciada na transformação do contexto social no qual se encontram inseridas, que junto dele muitas coisas também mudaram. Hoje em dia há mais circulação de informação disponibilizada por diversos órgãos de comunicação e também por organizações que trabalham em prol da promoção dos direitos das mulheres, que inclui o direito da Não-violência. Informações também são disponibilizadas por aquelas organizações que trabalham na promoção da igualdade de gênero, advogando a construção de uma sociedade mais igualitária e isenta de violência contra as mulheres. Além disso, hoje em dia há leis que criminalizam legalmente esta forma de prática, como é o caso da Lei nº 29/2009 sobre Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher e Crianças.

Em decorrência desses fatos, estas mulheres decidiram romper com os acordos sócio-normativos, com a submissão, a dominação, a subjugação, o sofrimento e a humilhação, para dar lugar relações conjugais mais igualitárias e sustentáveis. Estes aspectos nos levam à reflexão sobre as formas de socialização diferenciadas entre homens e mulheres, que a curto, médio ou longo prazos trazem implicações “negativas” na forma de sustentação das relações maritais, levando a consequente ocorrência sistemática de episódios de violência conjugal contra a mulher.

O resultado da Análise Fatorial de Correspondência (AFC) realizado pelo ALCESTE no *corpus* contendo as entrevistas das mulheres separadas pode ser visualizado na Figura 7. O eixo horizontal (x) compõe mais fortemente (28,0%) os elementos dispostos no gráfico, em relação ao eixo vertical (y), com 22,0%.

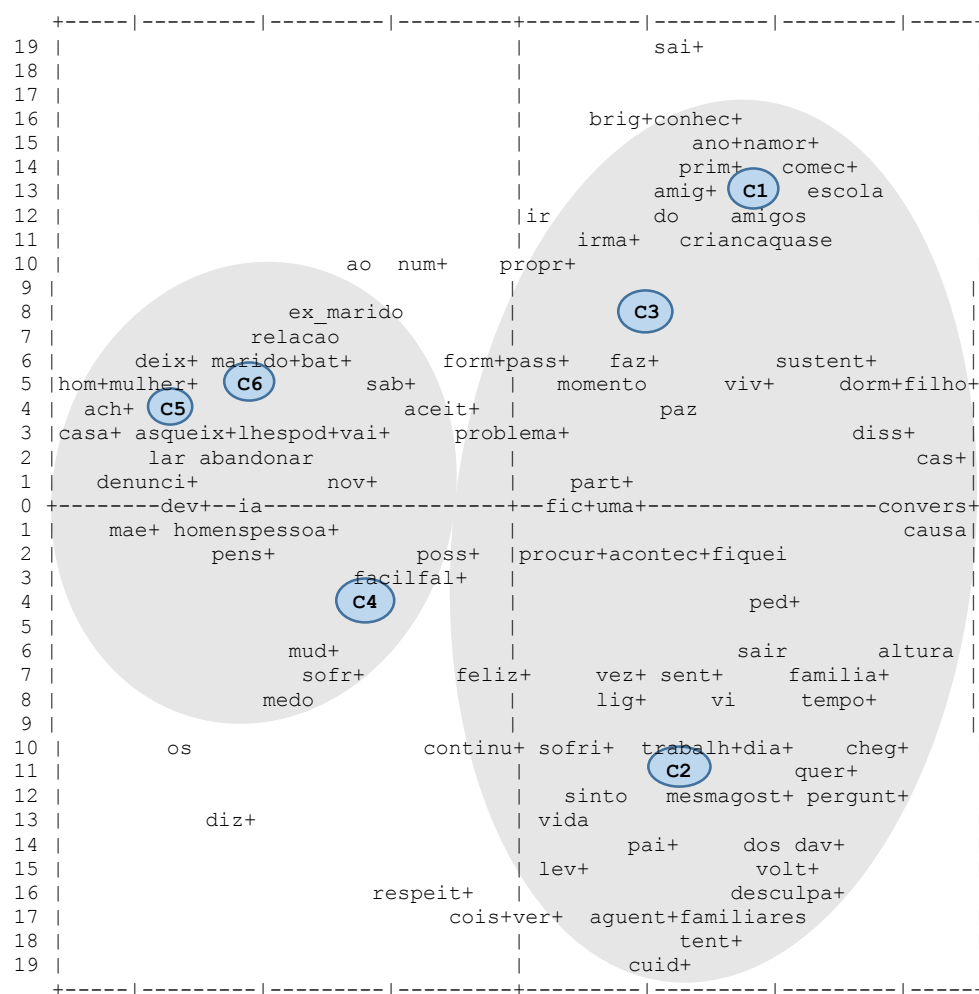


Figura 7. Representação gráfica (x, y) da AFC do *corpus* de entrevistas com mulheres separadas (n = 6).

À semelhança do que foi verificado no dendograma desta análise, nos resultados desta AFC é notável uma maior dispersão dos elementos nele encontrados. Ainda assim, a Figura mostra dois grandes eixos que reúnem, cada um deles, uma matriz de significado das produções discursivas destas mulheres. O primeiro eixo comporta as classes *Conhecimento mútuo*, *Violência física* e *Violência psicológica* e abrange o quadrante superior esquerdo, atravessando o eixo das abcissas do plano fatorial até ao quadrante inferior esquerdo. O segundo eixo agrega as classes *Peso das tradições familiares*, *Basta! Chega de sofrer* e *Desconstrução normativa* e ocupa o quadrante superior direito, invadindo o eixo das abcissas do plano fatorial até ao quadrante inferior direito. Este eixo invade ligeiramente os quadrantes superior e inferior a esquerda.

Note-se que a disposição do discurso das participantes nos dois eixos cumpre a mesma sequência encontrada no dendograma desta mesma análise. A composição das matrizes de significado também segue a mesma lógica, com a exceção das classes *Violência física* e *Violência psicológica*, que neste plano fatorial não se encontram significativamente próximas.

Pela composição dos dois eixos, o primeiro continua encerrando um sentido voltado para a subordinação destas mulheres às normas sócio-culturais, tolerando, por via disso, a violência imposta pelos cônjuges. O segundo eixo também conserva o mesmo conteúdo encontrado nas classes que compõem o dendograma acima, cujo significado está voltado para o questionamento dos valores sócio-culturais vigentes, no contexto social onde este grupo de mulher se encontra inserido, consubstanciado com um apelo a mudança no sentido de romper com as relações violentas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Neste trabalho procurou-se compreender as representações sociais de mulheres sobre a violência conjugal contra a mulher, construídas e compartilhadas no contexto das relações conjugais, evidenciando os processos psicossociais e culturais que possibilitam sua construção e os conteúdos que as compõem.

Adentrar no mundo vivido pelas 120 mulheres que fizeram parte deste estudo, através dos seus discursos e evocações, em busca da rede de significados por elas compartilhada e que as permite atribuir sentido a violência conjugal contra a mulher foi inevitável para compreender suas representações sociais. Em estudos de representações sociais este é um caminho quase que obrigatório, razão pela qual Jodelet (2001) afirma que estudar as representações sociais de um objeto implica adentrar no universo simbólico dos que as constroem, considerando o contexto social, cultural e histórico no qual são produzidas, dado que elas possuem uma relação de simbolização com seu objeto, substituindo-o e, também, uma relação de interpretação, conferindo-lhe significações.

Em ambos estudos realizados envolvendo dois grupos de mulheres com características relativamente diferentes, verificou-se uma coerência nos resultados. Não houve dúvidas que a maneira como a violência conjugal contra a mulher é vivenciada e relatada pelas participantes, se associa à forma como é significada e representada pelas mesmas. A ocorrência desta forma de ações, envolvendo estas mulheres, certamente que catalisa um discurso social mediado pela comunicação interpessoal e grupal, que permite prescrevê-la no quadro de objeto de representações sociais.

Vários elementos de representação foram identificados nos resultados de ambos estudos, os quais se encontram estruturados de acordo com as relações de proximidade ou de oposição que mantêm, em função do grupo de mulheres – em união estável ou separadas – envolvido em cada estudo. Embora tenham sido identificados elementos

comuns à ambos grupos – como o fato de a violência conjugal ser justificada pelo ciúme e pelo álcool – o núcleo central das representações de cada um deles está estruturado em torno de elementos completamente diferentes.

No caso das mulheres em união estável, suas representações sobre este fenômeno encontram-se estruturadas em torno dos elementos casamento, ciúme e família. Os elementos casamento e família, em particular, apareceram como novos elementos em estudos de representações sociais sobre violência conjugal contra a mulher, dado que dos estudos encontrados sobre esta temática nenhum deles apresenta estas duas palavras como elementos centrais. Isso representa um diferencial significativo, no contexto de estudos de representações sociais sobre este fenômeno e demonstra que o meio sociocultural e histórico no qual um determinado grupo social se encontra inserido é determinante para o tipo de representações que esse mesmo grupo pode construir sobre um dado objeto. No caso em apreço, todos os estudos acessados sobre esta temática nenhum deles foi realizado no contexto onde o presente estudo foi desenvolvido.

O apelo à ordem familiar e ao casamento, enquanto instâncias de base social hierárquica e epicentros de subordinação das mulheres, nas quais a violência conjugal contra a mulher é ancorada demonstra que os valores compartilhados por este grupo de mulheres apontam no sentido de conceber esta forma de violência como um substrato natural, intrínseco à estas duas instâncias que, no entanto, é decorrente de ciúmes. Isso significa que as representações destas mulheres estão ancoradas em torno destas instituições sociais [casamento e família], ao mesmo tempo que se objetivam também nelas.

Neste grupo de mulheres foi notável também uma forte presença de um conteúdo tendente à preservação da relação conjugal e da família, independentemente da violência por elas sofrida. Ficou patente um discurso relativo a justificação da violência conjugal,

sugestivo de minimização dos atos violentos vivenciados e sobrevalorização dos aspetos afetivos e familiares, em virtude de o agressor representar também uma figura afetiva (amor da minha vida/homem que amo, pai dos meus filhos). Essa imagem conflitante (agressor *vs* amor; agressor *vs* pai) construída sobre o mesmo objeto (cônjuges) por este grupo de mulheres, demonstra o carácter duplo das representações, mas também justifica, por um lado, a ocorrência cíclica desta forma de violência e, por outro, sua subnotificação, num claro esforço para a negação da violência sofrida.

Outro aspeto que também ficou patente neste grupo foi a forte ancoragem desta forma de violência à determinantes socioculturais. Certamente, tais determinantes sustentam um modelo de socialização diferenciado entre homens e mulheres, paralelo à definição de papeis de gênero divergentes, que favorece, dessa forma, as desigualdades de gênero e a construção de relações marcadas por subordinação e dominação. Estes resultados corroboram parcialmente o trabalho desenvolvido por Arthur e Mejia (2005), no qual as autoras assumem que esta forma de prática em Moçambique está diretamente relacionada à forma de definição das identidades e dos papeis de género, baseada em valores tradicionais enraizados na matriz cultural vigente. Para estas autoras, esses valores são cultivados e legitimados pela sociedade patriarcal moçambicana, para a qual o homem que violenta sua mulher representa sinal intrínseco de masculinidade.

Em relação às mulheres separadas, o núcleo central das suas representações se encontra organizado em torno dos elementos sofrimento, machismo e humilhação. Estas representações expressam significações negativas sobre esta forma de violência e demonstram um conhecimento compartilhado por estas mulheres caracterizado por idealizar a violência conjugal como ações resultantes de atitudes e comportamentos machistas, que perpassam de humilhação e geram sofrimento nas mulheres violentadas. Esta forma de significação da violência conjugal pelas participantes demarca um campo

representacional que nos leva a pensar que este grupo de mulheres ganhou consciência dos seus direitos enquanto mulheres, principalmente o direito de não-violência, que as leva a rebelar-se das práticas violentas perpetradas pelos cônjuges.

Diante de uma matriz social dominada por valores culturalmente enraizados, é óbvio que rebelar-se da violência conjugal sofrida a ponto de se desvincular da relação, implica opor-se aos valores socioculturais vigentes no contexto social onde estas mulheres se encontram inseridas, dado que esses valores sugerem a permanência das mulheres no relacionamento mesmo diante da violência sistematicamente sofrida. Verifica-se aqui um esforço de auto-libertação das amarras sócio-normativas, por parte deste grupo de mulheres, acompanhada da ressignificação de valores, numa clara demonstração que estão a se tornar “sujeitos sociais” autônomos, ao contrário do que foi verificado com o grupo de mulheres em união estável.

As diferenças verificadas entre os núcleos centrais das representações dos dois grupos de mulheres, demonstram que os valores compartilhados entre os membros de ambos grupos sobre esta forma de violência são diferentes. Isso significa que o quadro de referência que gera as tomadas de posição e as construções sociocognitivas dos membros dos dois grupos de mulheres em relação à esta forma de ações é diferente. Uma diferença que se refletiu na zona da periferia próxima, onde os elementos nela constantes também são completamente diferentes entre os dois grupos.

Em vários momentos dos discursos das participantes ficou claro que a violência conjugal permeava, em alguns casos ainda permeia, o seu cotidiano conjugal, tanto de forma manifesta, quanto latente, ou de forma concreta ou simbólica. A ocorrência cíclica e sistemática de ações violentas engendradas pelos cônjuges contra as mulheres, foi um denominador comum nas falas de todas as mulheres que participaram de ambos estudos.

Apesar do reconhecimento dos efeitos nocivos causados pela violência conjugal, verificou-se nos discursos de ambos grupos uma tendência de tolerância e justificação deste tipo de ações. Essa atitude levou-nos à uma inquietação, tendo em conta que trata-se de dois grupos com características relativamente diferentes: por quê e como algumas destas mulheres se mantêm em relações conjugais violentas, tolerando e suportando tais práticas, enquanto outras enfrentam a violência, rebelando-se e opondo-se a ela?

A resposta a estas questões pode ser encontrada no fato de a violência conjugal contra a mulher ser vista pelas mulheres de ambos grupos, como um fenômeno legítimo e naturalmente vinculado às instituições sociais de base [casamento e família], que existe e coexiste nelas. Essa legitimação e naturalização da violência conjugal é provavelmente sustentada pela matriz sociocultural vigente no meio social onde estas mulheres se encontram inseridas, que também contribui, de alguma forma, para a sacralização destas entidades sociais [casamento e família], muitas vezes assumidas como dignas de preservação e, como tal, não devem ser abandonadas. Portanto, para estas mulheres a vivência sistemática da violência conjugal não justifica que se desvinculem da relação, dado que o casamento e a família são assumidos, *a priori*, não apenas como experiências de amor e prazer compartilhados, mas também como fonte de desprazer, tensão e violência. Estes aspetos vão ao encontro com os achados de Brandão (2006), que sustenta que as mulheres concebem sua existência social subordinada às regras do casamento e da família, não se posicionando como sujeitos sociais (indivíduos autônomos), porém se mantendo frequentemente em interação com o imaginário coletivo da sociedade na qual se encontram inseridas.

Paralelamente ao exposto acima, predomina a ideia segundo a qual o homem é uma autoridade na família que não deve ser questionada, nem contrariada, mas sim venerada. É possível verificar aqui uma associação da figura masculina à uma entidade

suprema, assumida como sinônimo de virilidade, poder, posse e força. Essa rede de significados impregnada na figura masculina contribui para a implantação de relações de poder, que por sua vez vão permear as relações conjugais, favorecendo, dessa forma, a construção de relações conjugais regidas pelo binômio dominação-submissão, favoráveis a ocorrência de violência conjugal.

Conforme referido anteriormente, as mulheres que se opuseram, rebelaram e desvincularam desse modelo de relações conjugais, em virtude da violência nelas instalada e por elas sofrida, supõe-se que tenham passado por um processo de ressignificação dos valores associados à esta forma de violência. Deste ponto de vista, pode-se afirmar que as representações dessas mulheres sobre essa forma de ações determinaram os seus comportamentos e, conseqüentemente, suas práticas sociais.

Embora no contexto moçambicano não haja estudos de representações sociais sobre o fenômeno aqui em alusão, os resultados deste estudo tendem a apontar para a mesma direção indicada por alguns estudos realizados em Moçambique (Arthur & Mejia, 2005; Osório et al., 2001; Romão et al., 2009), que foram unânimes em afirmar que a violência conjugal contra a mulher naquele contexto social resulta de desigualdades de género imbricadas no modelo patriarcal culturalmente arraigado, que impõe uma forma de socialização diferenciada entre homens e mulheres, fomentando, dessa forma, relações de poder.

É possível concluir que as representações sociais das 120 mulheres que fizeram parte deste estudo, sobre a violência conjugal contra a mulher, não estão dissociadas de concepções ancoradas à determinantes sociais, históricos, culturais e à vínculos afetivos, não obstante algumas delas compartilhem um conjunto de valores indicativos de oposição e rebelião contra esta forma de violência, que as levou a se desvincularem dessas relações violentas e asfixiantes. Em decorrência disso, fica mais uma vez evidente que este

fenômeno reveste-se de subjetividades que se cristalizam numa multiplicidade complexa de fatores difusos, que merecem ser bem explorados nos próximos estudos, com vista a se obter uma compreensão mais holística e sistêmica deste fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abric, J-C. Abordagem estrutural das representações sociais. In: Moreira, A. S. P. e Oliveira, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representações sociais*. 2ª Ed. Goiânia: AB, 2000, pp. 27-38.
- Abric, J-C. Abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: Campos, P. H. F. & Loureiro, M. C. S. (Org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG, 2003, pp. 37-57.
- Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S. Representações sociais masculinas de saúde e doença. In: Trindade, Z A; Menandro, M C S; Nascimento, C. R. (Org.). *Masculinidades e práticas de saúde*. 1ªed.Vitória, ES: GM, 2011, pp. 99-128.
- Almeida, A. M. O. (2009a). Abordagem Societal das Representações Sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 24 (3), pp. 713-737.
- Almeida, A. M. O. Ideologia e Filosofia das Representações Sociais do Conhecimento Científico. In: Fávero, M. H. & Cunha, C. (Org.). *Psicologia do Conhecimento: o diálogo entre as ciências e a cidadania*. UNESCO: LiberLivro, 2009b, pp. 26-38.
- Almeida, A. M. O. Violência, exclusão social e desenvolvimento humano. In: Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S., Diniz, G. R. S. & Trindade, Z. A. (Org.). *Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: Estudos em representações sociais*. Brasília: Universidade de Brasília, 2006, pp. 09-24.
- Almeida, A. M. O. (2001). A pesquisa em representações sociais. *Saber Social*, 9(1), pp. 129-158.
- Almeida, S. F. C., Santos, M. C. A. B. & Rossi, T. M. F. (2006). Representações Sociais de Professores do Ensino Fundamental sobre Violência Intrafamiliar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(3), pp. 277-286.
- Alvin, S. F. & Souza, L. (2005). Violência conjugal em uma perspectiva relacional: Homens e Mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, 7(2), pp. 171-206.
- Andersson, N.; Ho-Foster, A.; Mitchell, S.; Scheepers, E. & Goldstein, S. (2007). Risk Factors for Domestic Physical Violence: National Cross-Sectional Household Surveys in Eight Southern Africa Countries. *BMC Womens Health*, 7, pp. 1-13. [Doi: 10.1186/1472-6874-7-11](https://doi.org/10.1186/1472-6874-7-11).
- Anderson, K. L. (1997). Gender, status, and domestic violence: Na integration of feminist and family violence approaches. *Journal of Marriage and the Family*, 59, pp. 655-669.
- Anderson, K. L. (2005). Theorizing Gender in Intimate Partner Violence Research. *Sex Roles*, 52. DOI: [10.1007/s11199-005-4204-x](https://doi.org/10.1007/s11199-005-4204-x).

- Annik, H. (2013). Les représentations sociales sur les violences conjugales: Des résistances bien partagées. *Cliniques méditerranéennes: Psychanalyse et Psychopathologie Freudiennes*, 88, pp. 9-17. Doi: 10.3917/cm.088.0009.
- Araújo, L. F., Amaral, E. B., Sá, E. C. N., Azevedo, R. L. W. e Lobo Filho, J. G. (2012). Violência contra pessoa idosa: representações sociais entre adolescentes do arquipélago Fernando de Noronha-PE. *Psicologia & Sociedade*, 24(1), pp. 104-111.
- Araújo, M. F. (2002). Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, 7(2), pp. 3-11.
- Arthur, M. J. & Mejia, M. (2005). Da agressão a denúncia: análise de percursos de mulheres. *Outras Vozes*, 12. Maputo: WLSA - Moçambique.
- Arruda, A. (2002). Teoria das Representações Sociais e Teorias de Género. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, pp. 127-147.
- Arruda, A. (2009). Teoria das Representações Sociais e Ciências Sociais: Trânsito e atravessamentos. Brasília: *Sociedade e Estado*, 24(3), pp. 739-766.
- Assis, C. L. (2013). “Entre tapas e beijos”: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. *Psicologia e Saber Social*, 2(2), pp. 229-242.
- Bonamigo, I. S. (2008). Violência e contemporaneidade. Florianópolis: *Rev. Katál*, 11(2), pp. 204-213.
- Boom, B. V. D. (2011). Análise da pobreza em Moçambique: Situação da pobreza dos agregados familiares, Mal-nutrição infantil e outros indicadores 1997, 2003, 2009. Maputo, Moçambique.
- Bourassa, C.; Lavergne, C.; Damant, D.; Lessard, G.; Turcotte, P. (2006). Awareness and detection of the co-occurrence of interparental violence and child abuse: Child welfare worker's perspective. *Children and Youth Services Review*, 28(11), pp. 1312-1328. Doi: [10.1016/j.childyouth.2006.02.002](https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2006.02.002).
- Brandão, E. R. (2006). Renunciantes de Direitos? A Problemática do Enfrentamento Público da Violência Contra a Mulher: o Caso da Delegacia da Mulher. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 16(2), pp. 207-231.
- Callagham, S. (2010). *Violence against women in Sub-Saharan Africa*. Addis Abeba, Ethiopia: African Union.
- Campos, P. H. F. Abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. In: Campos, P. H. F. & Loureiro, M. C. S. (Org.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: UCG, 2003, pp. 21-36.
- Caridade, S. e Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(XXIV), pp. 485-493.

- Casique, L. C. e Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Rev Latino-am Enfermagem*, 14(6), pp. 137-144.
- Cavalcante, F. G., Gomes, R. & Minayo, M. C. S. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, 22(1), pp. 31-39.
- Cavalcante, F. G. e Minayo, M. C. S. (2009). Representações sociais sobre direitos e violência na área da deficiência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(1), pp. 57-66.
- Cojocariu, A. e Abalasei, A. (2012). The social representation of violence of sports events spectators. *Revista de Cercetare si interventie socială*, 39, pp. 17-38.
- Cool, S.; Flato, M. e Kotsadam, A. (2015). Weather shocks and violence against women in Sub-Saharan Africa.
- Costa, M. C., Lopes, M. J. M. & Soares, J. S. F. (2014). Representações sociais da violência contra mulheres rurais: desvelando sentidos em múltiplos olhares. *Rev. Esc. Enferm USP*, 48(2), pp. 214-22. DOI: 10.1590/S0080-623420140000200003.
- CMM (Conselho Municipal de Maputo) (2013). Perfil dos dados básicos das cidades de Moçambique: edição preliminar. Maputo, Moçambique.
- CMM (Conselho Municipal de Maputo) (2013). Perfil Estatístico do Município de Maputo 2010 – 2011. Maputo, Moçambique.
- Cortez, M. B. & Souza, L. (2008). Mulheres (in)Subordinadas: o Empoderamento Feminino e suas Repercussões nas Ocorrências de Violência Conjugal. Brasília: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(2), pp. 171-180.
- Cortez, M. B.; Menandro, M. C. S. & Souza, L. (2010). Representações sociais da violência de gênero/conjugal em estudos científicos. *Fazendo Gênero* 9, *Díasporas, Diversidades, Deslocamentos*.
- Costa, W. A., & Almada, A. M. O. (1999). Teoria das Representações Sociais: uma abordagem alternativa para se compreender o comportamento cotidiano dos indivíduos e dos grupos sociais. *Revista de Educação Pública*, 8(13), pp. 250-280.
- Crachat, C., Prudence, R. Annieelm (1975). Everyday sexism + Violence against women. *Temps Modernes*, 31(352), pp. 729-743.
- Cunradi, C. B.; Ames, G. M. & Duke, M. (2011). The relationship of alcohol problems to the risk for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among a sample of blue-collar couples. *Violence Vict.* 26(2), pp. 147-58.
- Dantas-Berger, S. M. & Giffin, K. (2005). A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, 21(2), pp. 417-425.

- Drawin, C. R. O paradoxo antropológico da violência. In: Rosário, A. B., Neto, F. K. & Moreira, J. O. (Org.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena, MG: EdUEMG, 2011, pp. 12-32.
- Dias, A. R. C. e Machado, C. (2008). Género e violência conjugal: uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 44(XXVI), pp. 571-586.
- Diniz, N. M. F., Lopes, R. L. M., Gesteira, S. M. A., Alves, S. L. B. & Gomes, N. P. (2003). Violência conjugal: vivências expressas em discursos masculinos. *Rev. Esc. Enferm.* 37(2), pp. 81-88. DOI: [10.1590/S0080-62342003000200010](https://doi.org/10.1590/S0080-62342003000200010).
- Diniz, G. R. S. & Angelim, F. P. (2003). Violência doméstica – Por quê é tão difícil lidar com ela? *Revista de Psicologia da UNESP*, 2(1), pp. 20-35.
- Doise, W. (2002). Da Psicologia Social a Psicologia Societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), pp. 027-035.
- Dubova, S. V., Pámanes-González, V., Billings, D. L., & Torres-Arreola, L. Del P. (2007). Violência de pareja em mujeres embarazadas en la ciudad de Mexico. *Rev. Saúde Pública*, 41(4), pp. 582-590. DOI: [10.1590/S0034-89102007000400012](https://doi.org/10.1590/S0034-89102007000400012).
- Farr, R. M. Representações Sociais: A Teoria e sua História. In: Guareschi, P. A. & Jovchelovitch, S. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 14ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 27 - 51.
- Farr, R. M. (2013). *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. 11ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Título original em inglês: *The Roots of Modern Social Psychology*.
- Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social Contemporânea: Principais Tendências e Perspectivas Nacionais e Internacionais. Brasília: *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(especial), pp. 51-64.
- Field, M. H. e Field, F. H. (1973). Marital violence and criminal process: neither justice nor Peace. *Social Service Review*, 47(2), pp. 221-240.
- Fonseca, D. H., Ribeiro, C. G. & Leal, N. S. B. (2012). Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. *Psicologia & Sociedade*; 24 (2), pp. 307-314.
- Fontes, L. A. & McCloskey, K. A. (2011). Culture Issues in Violence Against Women. In C. M. Renzetti, J. L. Edleson & R. K. Bergen (Eds). *Sourcebook on Violence Against Women* (2nd Edition), pp. 151-168. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Galinkin, A. L., Almeida, A. M. O. & Anchieta, V. C. C. (2012). Representações Sociais de Professores e Policiais sobre Juventude e Violência. *Paidéia*, 22(53), pp. 365-374. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/1982-43272253201308>.
- Galinkin, A. L. *Velhas e Novas Violências contra a Mulher*. In: Bojart, L.E.G., Rezende, E.A., Penido, L.O. (Orgs). *Anais do 2º Congresso Internacional sobre*

mulher, Gênero e Relações de Trabalho. Goiânia: Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, 2007.

- Gelles, R. J. (1977). Power, sex and violence: case of marital rape. *Family Coordinator*, 26(4), pp. 339-347.
- Gomes, N. P.; Diniz, N. M. F.; Araújo, A. J. de S. & Coelho, T. M. de F. (2007). Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. *Acta Paul Enferm*, 20(4), pp. 504-8.
- Gomes, N. P., Garcia, T. C. S., Conceição, C. R., Sampaio, P. O., Almeida, V. C. & Paixão, G. P. N. (2012). Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, 36(95), pp. 514-522.
- Gouveia, V. V., Fonseca, P. N., Milfont, T. L. & Fisher, R. Valores humanos: contribuições e perspectivas teóricas. In: Torres, C. V. & Neiva, E. R. (Orgs). *Psicologia Social: principais temas e vertentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011, pp. 294-311.
- Governo da Republica de Moçambique (2004). *Constituição da República de Moçambique*. Maputo.
- Granjo, P. (2004). O casamento do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas vivências conjugais. *Travessias*, 4(5), pp. 47-78.
- Grossi, M. P. Rimando Amor e Dor: Reflexões sobre a Violência. In: Grossi, M. P.; Pedro, J. (Orgs). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora mulheres, 1998.
- Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. Introdução. In: Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 14ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 17-24.
- Guedes, R. N.; Silva, A. T. M. C.; Coelho, E. A. C.; Silva, C. C., & Freitas, W. M. F. (2007). Violência conjugal sob o olhar de gênero: dominação e possibilidade de desconstrução do modelo idealizado hegemonicamente de casamento. 6(3).
- Guedes, R. N., Silva, A. T. M. C. & Coelho, E. A. C. (2007). Violência conjugal: problematizando a opressão das mulheres vitimizadas sob olhar de gênero. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 9(2), pp. 362-378.
- Hare-Mustin, R., & Marecek, J. (1994). Asking the right questions: Feminist psychology and sex differences. *Feminism and Psychology*, 4, pp. 531-537.
- Hearn, J. e McKie, L. (2010). Gendered and social hierarchies in problem representation and policy processes: “domestic violence” in Finland and Scotland. *Violence Against Women*, 16(2), pp. 136–158. DOI: 10.1177/1077801209355185.
- Heusser, R. (1978). Escape isn't easy: violence against women in Switzerland – German – Pletscherm. *Argument*, 20, pp. 920-921.

- Hines, D. A. (2007). Predictors of sexual coercion against women and men: a multilevel, multinational study of university students. *Archive of Sex Behaviour*, 36, pp. 403-422. DOI: [10.1007/s10508-006-9141-4](https://doi.org/10.1007/s10508-006-9141-4).
- Hohl, K., Tsirogianni, S., Gerber, M. e Biquelet, A. (2012). Workshop in Applied Analysis Software MY591: Introduction to Alceste. *London School of Economics and Politics Science*.
- Houel, A. (2013). Les représentations sociales sur les violences conjugales: Des résistances bien partagées. *Cliniques méditerranéennes: Psychanalyse et Psychopathologie Freudienne*, Vol 88, pp. 9-17. Doi: [10.3917/cm.088.0009](https://doi.org/10.3917/cm.088.0009).
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2011). *Mulheres e Homens em Moçambique: Indicadores Seleccionados de Género*. Maputo, Moçambique.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (2014). Caderno de informação rápida. Maputo, Moçambique.
- INE (Intituto Nacional de Estatística) (2007). Resultados preliminares do Censo Populacional de 2007 em Moçambique. Maputo
- Jewkes, R; Levin, J. e Penn-Kekana, L. (2002). Risk factors for domestic violence: findings from a South African cross-sectional study. *Soc Sci Med*. 55(9), pp. 1603-17.
- Jodelet, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In Jodelet, D. (Ed.). *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp. 17-44.
- Jodelet, D. (2009). O Movimento de retorno ao Sujeito e a Abordagem das Representações Sociais. *Brasília: Sociedade e Estado*, 24(3), pp. 679-712.
- Jovchelovitch, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: Guareshi, P. A. & Jovchelovitch, S. (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 14ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp. 53-72.
- Jovchelovitch, S. (2011). *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Título original em inglês: Knowledge in context: Representations, Community and Culture.
- Karamagi, C. A. S.; Tumwine, J. K.; Tylleskar, T; Heggenhougen, K. (2006). Intimate partner violence against women in eastern Uganda: implications for HIV prevention. *BMC Public Health*, 6, pp. 1-12.
- Kimball, D. (1977). Marital violence syndrome: psychosocial approach. *Smith college studies in social work*, 48(1), p. 31.
- Michaud, Y. (1989). *A Violência*. São Paulo: Ática.
- Minayo, M. C. S. (1998). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. *História, Ciências e Saúde*, IV(03), pp. 513 - 531.

- MMAS (Ministério da Mulher e Acção Social) (2014). Relatório de Moçambique Beijing+20 sobre a implementação da Declaração e Plataforma de Acção. Maputo.
- Moçambique. (2012). Plano Multissetorial de Atendimento Integrado à Mulher Vítima de Violência. Maputo: *Governo da República de Moçambique*.
- Moscovici, S. (2012a). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Moscovici, S. (2012b). A Psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis, RJ: Vozes. Título original: *La Psychanalyse, son image et son public*.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Nascimento, A. R. A. & Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. RJ: *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2), pp. 72-88.
- Nobre, J. (2005). Resenha do livro “o casamento do meu amigo Jaime: um velho idioma para novas convivências conjugais”. Maputo, *Embondeiro*, N° 38.
- Oliveira, D. C., Gomes, A. M. T. & Marques, S. C. Análise estatística de dados textuais na pesquisa das representações sociais: alguns princípios e uma aplicação ao campo da saúde. In: M. S. S. Menin & A. M. Shimizu (Org.). *Experiência e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, pp. 157-200.
- Oliveira, M. B. & Rosa, E. M. (2010). Violência, juventude e alteridade. *Temas em Psicologia*, 18(1), pp. 113-121.
- Oliveira, D. C., & Souza, L. (2006). Gênero e violência conjugal: concepções de psicólogos. Rio de Janeiro: *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 6(2).
- Oliveira, A. L.; Chamon, E. M. O. Q. & Mauricio, A. G. C. (2010). Representação social da violência: estudo exploratório com estudantes de uma universidade do interior do estado de São Paulo. *Educar*, 36, pp. 261-274.
- OMS (Organização Mundial da Saúde) (2002). Relatório mundial sobre violência e saúde: Prevenção. Genebra.
- Osório, C.; Andrade, X.; Temba, E.; José, A. C.; Levi, B. (2001). *Poder e violência: homicídio e femicídio em Moçambique*. 1ª ed. Maputo: WLSA Moçambique.
- Paixão, D. L. L. (2008). Direitos humanos e adolescência no contexto de uma sociedade violenta: um estudo de representações sociais. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações da Universidade de Brasília, Brasília.

- Palazzesi, A. (2012). Atención a víctimas de violencia sexual en Hospitales Públicos. El impacto de las representaciones sociales en la calidad de la atención. *Papeles de Trabajo*, 6(10), pp. 82-100.
- Palmonari, A. & Cerrato, J. Representações sociais e Psicologia social. In Almeida, A. M. O.; Santos, M. F. S., & Trindade, Z. A. (Org.). *Teoria das Representações Sociais: 50 Anos* (pp: 109-110). Brasília: Technopolitik, 2011, pp. 305 - 332.
- Pimenta, C. A. M. (2008). Dimensões socioculturais urbanas da violência: Contemporaneidade e relações sociais. Pelotas: *Sociedade em Debate*, 14(1), pp. 7-24.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2014). *Relatório de Desenvolvimento Humano – Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência*. New York, USA.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano – A Ascensão do Sul: Progresso humano num mundo diversificado*. New York, USA.
- Porto, M. S. G. (2002). Violência e meios de comunicação de massa na sociedade contemporânea. *Sociologias*, 4(8), pp. 152-171.
- Porto, M. & Costa, F. P. (2010). Lei Maria da Penha: as representações do judiciário sobre a violência contra as mulheres. *Estudos de Psicologia*, 27(4), pp. 479-489.
- Ribeiro, C. G. & Coutinho, M. P. L. (2011). Representações Sociais de Mulheres Vítimas de Violência Doméstica na Cidade de João Pessoa-PB. *Revista Psicologia e Saúde*, 3(1), pp. 52-59.
- Roazzi, A., Federicci, F. C. B. & Carvalho, M. R. (2012). A questão do consenso nas representações sociais: Um estudo do medo entre adultos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(2), pp. 179-192. Doi: [10.1590/S0102-37722002000200008](https://doi.org/10.1590/S0102-37722002000200008).
- Romão, F., Mabunda, L., Buque, C., Samo, G. & Vieira, O. (2009). Violence against women in Mozambique. Maputo, Mozambique: UNIFEM.
- Rosa, A. G., Boing, A. F., Buchele, F., Oliveira, W. F. & Coelho, E. B. S. (2008). A Violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc.*, 17(3), pp.152-160.
- Sá, C. P. (2002). *Núcleo Central das Representações Sociais*. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sá, C. P. (1996). Representações Sociais: Teoria e Pesquisa do Núcleo Central. *Temas em Psicologia*, nº 3.
- Sá, C. P. (1998). *A construção do objeto de pesquisa em estudos de representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.
- Saltzman, L. E., Fanslow, J. L., McMahon, P. M., & Shelley, G. A. (2002). *Intimate partner violence surveillance: uniform definitions and recommended data*

elements, version 1.0. Atlanta (GA): Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control.

- Santana, J. S. (2009). Mulheres de Moçambique na Revista Tempo: o debate sobre o *lobolo* (casamento). *Revista de História*, 1(2), pp. 82-98.
- Santos, K. B. & Galinkin, A. L. (2010). Violência não faz meu gênero: Representações sociais de jovens sobre a violência contra a mulher.
- Saraiva, E. R. A., Vieira, K. F. L. & Coutinho, M. P. L. A utilização do software EVOC nos estudos acerca das representações sociais. In: Coutinho, M. P. L. & Saraiva, E. R. A. (Org.). *Métodos de pesquisa em Psicologia Social: perspectivas qualitativas e quantitativas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2011, pp. 149-173.
- Saraiva, E. R. A. & Coutinho, M. P. L. (2012). Meios de comunicação impressos, representações sociais e violência contra idosos. *Psicologia em Estudo*, 17(2), pp. 205-214.
- Saunders, D. G. (1977). Marital violence: dimensions of problem and modes of intervention. *Journal of Marriage and Family Counseling*, 3(1), pp. 43-52.
- Scott, J. W. (1986). Gender: a useful category of historical analysis. *Oxford University Press*, 91(5), pp. 1053-1075.
- Silva, A. C. L. G., Coelho, E.B.S., Moretti-Pires, R.O. (2014). O que se sabe sobre o homem autor de violência contra a parceira íntima: uma revisão sistemática. *Rev Panam Salud Publica*. 35(4), pp. 278-83.
- Silva, A. C. L. G., Coelho, E. B. S. & Njaine, K. (2014). Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), pp. 1255-1262. DOI: 10.1590/1413-81232014194.01202013.
- Silva, C. D., Gomes, V. L. O., Oliveira, D. C. Marques, S. C., Fonseca, A. D. & Martins, S. R. (2015). Representação social da violência doméstica contra a mulher entre Técnicos de Enfermagem e Agentes Comunitários. *Rev. Esc. Enferm USP*, 49(1), pp. 22-29. DOI: 10.1590/S0080-623420150000100003.
- Silva, T. (2003). Violência Doméstica: Factos e Discursos In: B. Santos (Ed.), *Conflito e Transformação Social: Uma Paisagem de Justiça em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento, 2(17), pp. 143-164.
- Siqueira, B. P. J.; Teixeira, J. R. B.; Valença-Neto, P. F.; Boery, E. N.; Boery, R. N. S. O. & Vilela, A. B. A. (2014). Homens e cuidado à saúde nas representações sociais de profissionais de saúde. *Esc. Anna Nery Revista de Enfermagem* 18(4). DOI: 10.5935/1414-8145.20140098.
- Thomaz, O. R. Lobolo e trabalho migratório: reprodução familiar e aventura no sul de Moçambique. In: Filho, W. T. (Org.). *Travessias Antropológicas: estudos em contextos africanos*. Brasília: ABA Publicações, 2012, pp. 221-239.
- Trindade, Z. A.; Santos, M. F. S. & Almeida, A. M. O. Ancoragem: notas sobre consensos e dissensos. In: Almeida, A. M. O., Santos, M. F. S. & Trindade, Z. A. (Orgs.).

- Teoria das Representações Sociais – 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011, pp. 101-121.
- Tvedten, I.; Paulo, M., & Toumien, M. (2010). Gênero e pobreza em Moçambique. *Chr Michelsen Institute*, 9(6), pp. 1-4.
- Tvedten, I.; Paulo, M., & Montserrat, G. (2008). Políticas de gênero e feminização da pobreza em Moçambique. *Chr Michelsen Institute*.
- UNICEF (United Nations Children's Fund) (2010). Pobreza infantil e disparidades em Moçambique. Maputo, Moçambique.
- Varela, S. T., Oliveira, N. A., Freire, J. N., Ferreira, P. A. R. S. A., Santos, S. O., Díaz-Bermúdez, X. P. & Shimizu, H. E. (2012). Representações sociais acerca da violência doméstica das mulheres moradoras da comunidade do Paranoá/Itapoã de Brasília-DF. *Revista Tempus - Actas de Saúde Coletiva*.
- Vera Cruz, G., Domingos, L., & Sabune, A. (2014). The Characteristics of the Violence against Women in Mozambique. *Health*, 6, pp. 1589-1601. DOI: [10.4236/health.2014.613192](https://doi.org/10.4236/health.2014.613192).
- Vieira, L. B., Padoin, S. M. de M. & Paula, C. C. (2010). Cotidiano e implicações da violência contra as mulheres: Revisão narrativa da produção científica de enfermagem. 1994-2008. *Cienc Cuid Saude*, 9(2), pp. 383-389. DOI: [10.4025/cienccuidsaude](https://doi.org/10.4025/cienccuidsaude).
- Vieira, E. M., Perdoná, G. S. C., & Santos, M. A. (2011). Factores associados à violência física por parceiro íntimo em usuários de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, 45(4), pp. 730-737.
- Zacarias, A., Macassa, G., Svanstrom, L., Soares, J. & Antai, D. (2012) Intimate Partner Violence against Women in Maputo City, Mozambique. *BMC International Health & Human Right*, 12:35. Doi:10.1186/1472-698X-12-35.
- Wachelke, J. & Walter, R. (2011). Critérios de construção e relato da análise prototípica para as Representações sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 27(4), pp. 521-526.
- Wagner, W. representações Sociais: Gênese, Estrutura e Relações – Sócio-Gênese e Características das Representações Sociais. In: Moreira, A. S. P. & Oliveira, D. C. (Org.). *Estudos Interdisciplinares de Representações Sociais*. 2ª Ed. Goiânia: AB, 2000, pp. 03 – 25.
- WHO (World Health Organization) (2005). WHO multi-country study on women's health and domestic violence against women: Initial results on prevalence, health and outcomes and women's responses. Geneva, Switzerland: WHO.
- WHO (World Health Organization) (2010). Violence and Health in the WHO African Region. Brazzaville: AFRO Library Cataloguing-in-Publication Data.

WHO (World Health Organization) (2013). Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and non-partner sexual violence. WHO, Geneva.

Wieviorka, M. (1997). O novo paradigma da violência. *Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 9(1), pp. 5-41.

ANEXOS

Anexo I: Questionário de evocação



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das
Organizações

QUESTIONÁRIO

SOBRE

VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA A MULHER

Caro participante!

Estamos realizando uma pesquisa com **MULHERES** em união estável e separadas/divorciadas sobre relações conjugais. Nosso objectivo é compreender como as relações se iniciam, como elas evoluem e como o casal enfrenta ou enfrentava seus problemas quotidianos.

A pesquisa está sendo realizada em toda a cidade de Maputo e para participar não é necessário se identificar. Os dados colectados com este questionário serão usados unicamente para fins de pesquisa e **o anonimato será rigorosamente garantido**. Não há respostas certas nem erradas, todas as respostas vão válidas.

Gostaríamos de saber o seu ponto de vista sobre o assunto, por isso pedimos a sua colaboração para preencher o questionário abaixo, de acordo com as instruções dadas. Qualquer dúvida não hesite em perguntar.

Responda, o mais rapidamente que puder, as perguntas a seguir com as primeiras palavras, frases ou expressões que lhe vierem à mente.

1. Quando você pensa em *violência conjugal contra a mulher*, o que lhe vem à mente?

(Escreva pelo menos 5 palavras ou expressões, uma em cada linha)

	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>

2. Agora enumere as palavras que você escreveu acima por ordem de importância. Para isso, escreva num dos quadradinhos à direita, 1 para indicar a palavra que considera a mais importante, 2 para a segunda mais importante, e assim sucessivamente até chegar ao número 5 ou 6, indicando a palavra menos importante.

3. Explique por que indicou essa palavra como sendo a mais importante?

Dados pessoais:

Idade: _____ anos

Escolaridade: () Não alfabetizada; () Primário; () Secundário; () Superior em curso; () Superior completo.

Estado civil: () em união estável; () Separada; () Viúva.

Tempo de união conjugal: _____ anos

Tempo de separação (se for o caso): _____ anos

Religião: () Católica; () Protestante; () Muçulmana; () Outras

Região étnica: _____;

Número de filhos: _____;

Caso esteja disponível para uma conversa (entrevista) num outro dia, por favor forneça seu número de telefone para ser contactada:

Número(s) de telefone: _____.

Agradecemos pela sua disponibilidade e colaboração!

Pesquisadores responsáveis:

Aniceto Mateus – UnB/IP

Profª. Doutora Ângela Maria de Oliveira Almeida – UnB/IP

Anexo II: Guião de entrevista



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das
Organizações

1. Pode falar do seu casamento?
 - Como se conheceram você e seu marido?
 - Como foi no início até chegarem de casar?
 - Quais são as dificuldades e problemas que surgem no dia-a-dia?
 - Como têm enfrentado e resolvido?
2. Pode falar do seu marido?
 - Como ele participa do dia-a-dia do vosso casamento?
 - Como é a sua relação com ele?
 - Como é a relação dele com a família?
 - Como vocês enfrentam os vossos desentendimentos?
3. Violência conjugal: por vezes há problemas que acabam virando briga entre o casal. Você entende do que estou a falar? Você já vivenciou ou vivencia situações dessa natureza? (estimular-lhe a falar)
 - O que você sabe, o que ouve falar e o que você vivencia?
 - O que você acha disso? (Atitude – julgamento, ...)
 - O que você pensa disso? (deixa-la falar da sua própria história de vida)
 - Pode falar de outras histórias de relações conjugais com brigas na comunidade (como eram antes e como são agora)?
4. Como os mais velhos justificam relações conjugais com brigas? Por exemplo:
 - Como os mais velhos justificam quando um homem bate na mulher?
 - Quando uma mulher bate-lhe com o marido, o que esses mais velhos dizem: que a mulher deve suportar a e conformar-se para segurar a relação?
 - Como você acha que as pessoas que te conhecem vêm seu casamento?
 - O que você acha que eles falam ou poderiam falar sobre a forma como você e seu marido se relacionam?

Para as mulheres separadas

1. Pode falar do seu casamento?
 - Como tinham se conhecido você e seu ex-marido?
 - Como foi no início até chegarem de casar?

- Quais são as dificuldades e problemas que surgiam no dia-a-dia?
 - Como enfrentavam e resolviam?
2. Pode falar do seu ex-marido?
- Como ele participava do dia-a-dia da vossa relação?
 - Como era a sua relação com ele?
 - Como era a relação dele com a família?
 - Como vocês enfrentavam os vossos desentendimentos?
3. Violência conjugal
- Por vezes há problemas que acabam virando **briga** entre o casal. Você entende do que estou a falar? Você já vivenciou situações dessa natureza? (estimular-lhe a fala).
- O que você sabia, o que ouvia falar e o que você vivenciava?
 - O que você achava disso? (Atitude – julgamento, ...)
 - O que você pensava disso? (deixa-la falar da sua própria história de vida)
 - Pode falar de outras histórias de relações conjugais com brigas na comunidade (como eram antes e como são agora)?
4. Como os mais velhos justificam(vam) relações conjugais com brigas? Por exemplo:
- Como os mais velhos justificavam quando um homem bate na mulher?
 - Quando uma mulher batem-lhe pelo marido, o que esses mais velhos diziam: que a mulher deviam suportar e conformar-se para segurar a relação?
 - Como você acha que as pessoas que te conheciam viam seu casamento?
 - O que você achava que eles falavam sobre a forma como você e seu marido se relacionavam?
5. O que te levou a deixar a relação com seu marido?

Anexo III: Termo de Consentimento Livre



Universidade de Brasília - UnB

Instituto de Psicologia – IP
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das
Organizações

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos a você para participar da pesquisa sobre “**Representações Sociais de Mulheres sobre Violência conjugal contra a Mulher nas relações conjugais**”, que está sendo realizada na cidade de Maputo. O objetivo da pesquisa é compreender as representações sociais de mulheres sobre violência conjugal contra a mulher, construídas e compartilhadas no contexto das relações conjugais, evidenciando os processos psicossociais e culturais que possibilitam sua construção e os conteúdos que as compõem. Além disso, pretende-se compreender como as relações se iniciam, como elas evoluem e como os casais enfrentam ou enfrentavam seus problemas quotidianos.

Os resultados desta pesquisa poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas sobre a situação da mulher no país em geral e em Maputo em particular, e também na elaboração de programas de intervenção para a minimização de situações de violência contra as mulheres, principalmente aquela praticada pelo parceiro íntimo – cônjuge.

Portanto, como participante “declaro estar informada e ciente que os resultados finais desta pesquisa poderão contribuir para a elaboração de políticas públicas e programas de intervenção sobre o tema em estudo, e também para a construção de conhecimento científico a respeito do assunto. De livre e espontânea vontade responderei as perguntas do questionário e se necessário concederei entrevista, e estou informada que não serei remunerada por isso. Estou informada também que serei resguardada pelo sigilo absoluto, pelas informações pessoais que fornecerei durante a minha participação da pesquisa. Declaro ainda estar ciente que tenho a liberdade de recusar de participar ou interromper a minha participação a qualquer momento que quiser, sem penalização alguma, nem quaisquer prejuízos pessoal e/ou profissional. Além disso, estou informada que receberei

os esclarecimentos necessários antes, durante e após minha participação da pesquisa, e terei acesso aos resultados finais”.

Participante: _____

Pesquisador principal: _____

Aniceto Mateus

Tel.:; E-mail: anicetosabune@gmail.com

Pesquisadora Orientadora:

Prof.^a Doutora Ângela Maria de Oliveira Almeida

Universidade de Brasília – UnB/Instituto de Psicologia - IP

Tel. (05561) 8666-2541

E-mail: aalmeida54@gmail.com

Maputo, _____ de _____ de _____.